

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Pedro Mendes Martins

Geopolítica, Investimentos Externos e Defesa:
um estudo sobre as implicações da BRI no Cazaquistão



Rio de Janeiro
2020

Pedro Mendes Martins

**Geopolítica, Investimentos Externos e Defesa:
um estudo sobre as implicações da BRI no Cazaquistão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Militares

Orientador: Prof. Dr. Hélio Caetano Farias

Rio de Janeiro

2020

Pedro Mendes Martins

M386g Martins, Pedro Mendes

Geopolítica, Investimentos Externos e Defesa: um estudo sobre as implicações da BRI no Cazaquistão. / Pedro Mendes Martins. — 2020.

95 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Hélio Caetano Farias

Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 88-94.

1. GEOPOLÍTICA. 2. CHINA 3. GEOECONOMIA 4. CAZAQUISTÃO. I. Título.

CDD 320

PEDRO MENDES MARTINS

GEOPOLÍTICA, INVESTIMENTOS EXTERNOS E DEFESA: UM ESTUDO
SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA BRI NO CAZAQUISTÃO

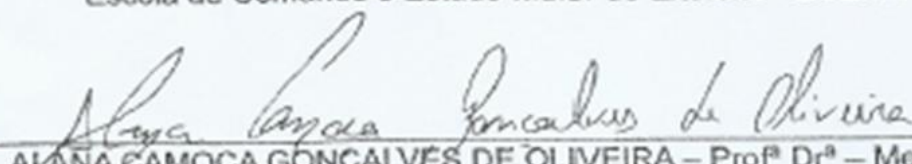
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como, pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 30 de abril de 2020.

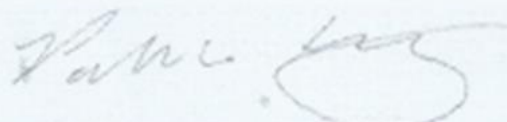
BANCA EXAMINADORA



HELIO CAETANO FARIAS – Prof Dr – Presidente –
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME



ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA – Profª Drª – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME



PABLO IBÁÑEZ – Prof Dr – Membro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Ciente:



PEDRO MENDES MARTINS – Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

Agradecimentos

Durante a nossa existência, aprendemos que três coisas são certas na vida: o nascimento, a morte e os impostos. Gostaria de acrescentar mais uma: a inevitabilidade da mudança. Não importa como passamos pela vida, ela está sempre mudando e, assim como a vida, também estamos mudando em vários níveis de análise. Ao escrever estas palavras, penso que sou uma pessoa diferente desde aquele fevereiro de 2018, quando cruzei as portas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Desde então, foram uma miríade de aulas, palestras, idas ao rancho e viagens pelo Brasil. Pude conhecer pessoas de diferentes partes, por vezes diferentes daquelas com que havia convivido até aquele momento. Também aprendi coisas que não me foram ensinadas na graduação, outras que haviam sido e muitas experiências novas em algum grau. De Brasília à Ponta Grossa passando por São Paulo, pude ver o Brasil de uma outra perspectiva e conhecer pessoas, lugares e instituições através de outros olhares.

Se a mudança é tão inevitável como havia dito no início desse breve texto, algumas coisas – de fato – permaneceram constantes no período de Mestrado. Começando pela minha família que esteve sempre presente das mais variadas formas ao longo desses anos. Seguindo, a minha parceira, companheira e meu amor, Midian Marques Rodrigues, que sempre esteve presente em todos os momentos, não importando a hora, lugar ou ocasião. Partilhar os últimos anos da minha vida ao seu lado foi uma das melhores coisas que me aconteceram na vida. Muito obrigado pelos quase 6 anos juntos! Que possamos ter vários mais! Aos meus colegas, tanto os que já conhecia e os que eu conheci ao longo dessa jornada, a presença de vocês foi importante, uma vez que somos resultado das pessoas que conhecemos ao longo da vida. Aos professores, passados e presentes, sem os ensinamentos de vocês, essas linhas jamais teriam sido possíveis. Por fim, mas não menos importante: à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por todo o apoio financeiro dado ao longo do Mestrado.

Resumo

Em 2013, o Presidente Xi Jinping fez um discurso em Astana, no Cazaquistão, criando a vertente terrestre do programa Belt and Road Initiative (BRI). Naquele mesmo ano, em um discurso em Jacarta, na Indonésia, Xi Jinping criou a vertente marítima desse mesmo programa. A partir da ótica da Geopolítica, especialmente com inspiração nos trabalhos de Mackinder, Spykman, e da Geoeconomia, analisa-se a BRI como uma resposta às preocupações chinesas com o suprimento de recursos estratégicos e, ao mesmo tempo, como meio de projeção de poder e influência econômica. Ao desenvolver o programa, a China precisa lidar com o seu entorno estratégico, marcado por tensões geopolíticas significativas. Para isso, o governo chinês promoveu uma série de mudanças no seu setor de Defesa, seja considerando explicitamente a necessidade de proteger os seus “*overseas interests*” ou mudando a estruturação das suas Forças Armadas. Considerando o tamanho da BRI, cerca de 70 países e um orçamento estimado em 1 trilhão de dólares, o presente trabalho irá fazer um estudo de caso das implicações de suas implicações no Cazaquistão. Argumenta-se que o Cazaquistão tem um papel de destaque, seja pelas suas reservas de petróleo, seja seu papel como *hub* logístico. Ao mesmo tempo, analisa-se os impactos dessas implicações no setor de Defesa do Cazaquistão.

Palavras-Chave: Geopolítica – China – Geoeconomia – Cazaquistão

Abstract

In 2013, President Xi Jinping delivered a speech in Astana, Kazakhstan, creating the terrestrial component of the Belt and Road Initiative (BRI) program. That same year, in a speech in Jakarta, Indonesia, Xi Jinping created the maritime aspect of that same program. From the perspective of Geopolitics, especially inspired by the works of Mackinder, Spykman, and Geoeconomics, BRI is analyzed as a response to Chinese concerns with the supply of strategic resources and, at the same time, as a means of power projection and economic influence. In developing the program, China needs to deal with its strategic environment, marked by significant geopolitical tensions. To this end, the Chinese government has promoted a series of changes in its Defense sector, whether explicitly considering the need to protect its “overseas interests” or changing the structure of its Armed Forces. Considering the size of the BRI, circa 70 countries and a budget estimated at 1 trillion dollars, the present work will make a case study of the implications of its implications in Kazakhstan. It is argued that Kazakhstan has a prominent role, either because of its oil reserves or its role as a logistics hub. At the same time, the impact of these implications on Kazakhstan's Defense sector is analyzed.

Keywords: Geopolitics - China - Geoeconomics - Kazakhstan

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Montante do financiamento aos projetos do BRI por meio dos bancos públicos chineses e instituições multilaterais.....	41
Tabela 2 – Investimento chinês por setor da economia global nos períodos 2005-2013 e 2014-2018 (em bilhões de dólares)	42
Tabela 3 - Gastos militares entre 2013 e 2018 (em bilhões de dólares)	54
Tabela 4 – Gastos militares entre 2013 e 2018 (em bilhões de dólares)	55
Tabela 5- Gastos militares entre 2013 e 2018 (em % do PIB)	55
Tabela 6 – Composição dos gastos militares chineses no período de 2013 a 2017.....	56
Tabela 7 – Reservas comprovadas de petróleo por região do mundo em 2018 (em %)	61
Tabela 8 - Produção de petróleo na CEI em milhares de barris por dia.....	62
Tabela 9 – Investimentos no setor de transporte e estocagem do Cazaquistão no período de 2013 a 2018.....	67
Tabela 10 – Número de projetos bilaterais da China na Ásia Central por setor (2013 a 2019).....	74
Tabela 11- Número de projetos no setor de Comércio e Desenvolvimento Industrial da China na Ásia Central.....	75
Tabela 12– Importação de equipamentos militares do Cazaquistão no período de 2013 a 2018 (em milhões de dólares)	79
Tabela 13 – Importações chinesas de equipamento militares de 2013 a 2018 (em milhões de dólares).....	81

Lista de Figuras

Figura 1 - Rotas de importação de petróleo para a China e seus respectivos “Choke Points” .	18
Figura 2 - Mapa da Belt and Road Initiative (BRI).....	19
Figura 3 - Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC).....	20
Figura 4 - Mapa da Ásia Central.....	22
Figura 5- O Heartland de Mackinder.....	22
Figura 6 – Organização das Forças Armadas chinesas (PLA).....	50
Figura 7 – Organização dos Comandos de Teatro das Forças Armadas chinesas (PLA).....	51
Figura 8 – Mapa da Organização operacional do People’s Liberation Army (PLA).....	51
Figura 9 – Composição do Western Theater Command.....	53
Figura 10 – Reservas de Petróleo do Cazaquistão.....	68
Figura 11 –Dutos de Petróleo e Gás no território cazaque.....	69
Figura 12 – Gasodutos, oleodutos e ferrovias no Cazaquistão.....	71
Figura 13 - Doca seca de Khorgos.....	72
Figura 14- A “Western Europe – Western China Highway”.....	73

Lista de Abreviações

AIIB	Asia Investment Infrastructure Bank
BCIM	Bangladesh - China - India- Myanmar
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil - Rússia- Índia - China - África do Sul
CE	Comunidade Europeia
CIS/CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CPEC	China Pakistan Economic Corridor
CSTO	Collective Security Treaty Organization
EAEU	Eurasian Economic Union
EUA	Estados Unidos da América
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCCh	Partido Comunista Chinês
PLA	People's Liberation Army
PLAA	People's Liberation Army-Army
PLAAF	People's Liberation Army- Air Force
PLAJLSF	People's Liberation Army- Joint Logistic Support Office
PLAN	People's Liberation Army-Navy
PLARF	People's Liberation Army – Rocket Force
PLASSF	People's Liberation Army- Strategic Support Force
SCO	Shanghai Cooperation Organization
UE	União Europeia
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UEE	União Econômica Eurasiática

Índice

Introdução	12
1. Capítulo 1: A Geopolítica e a Centralidade da Ásia	16
1.1 : Introdução ao Capítulo	16
1.2 : Centralidade da Eurásia: o resgate das teorias de Mackinder e Spykman ...	17
1.3 : A Geoeconomia como fundamento da expansão do poder.....	25
1.4 : A BRI à luz das dimensões geoeconômica e geopolítica	31
1.5 : Conclusão do Capítulo	35
2. Capítulo 2: A Iniciativa Belt And Road: Financiamento e Aspectos da Defesa	377
2.1 : Introdução do Capítulo	377
2.2 : O financiamento da BRI	377
2.3 : A BRI e o Entorno Estratégico chinês: a dimensão da Defesa.....	455
2.4 : Conclusão do Capítulo	577
3. Capítulo 3: O Cazaquistão à luz da Geopolítica: Recursos Energéticos, Rotas Logísticas e Defesa	59
3.1 : Introdução do Capítulo	59
3.2 : Os recursos energéticos cazaques e a sua importância para a BRI	60
3.3 : O Cazaquistão como hub logístico para a BRI	65
3.4 : O Cazaquistão e as questões de Defesa da BRI	76
3.5 : Conclusão do Capítulo	83
4. Conclusão	855
5. Referências	89

Introdução

Em 2013, o Presidente chinês Xi Jinping lançou o programa “One Belt, One Road” (OBOR) em visitas presidenciais ao Cazaquistão e à Indonésia. Posteriormente redenominada de “Belt and Road Initiative” (BRI), a iniciativa é um programa de investimentos em infraestrutura que envolve cerca de 70 países e um orçamento estimado em um trilhão de dólares. Ela é composta por duas vertentes: uma terrestre, a “New Silk Route”, e uma marítima, a “21st Century Maritime Silk Route”. Por causa das cifras e do número de países envolvidos, a BRI é um dos acontecimentos internacionais mais importantes dos últimos anos. Ademais, existem divergências na literatura sobre o assunto. Existem autores como Zhang (2018) que tratam a BRI como um projeto meramente econômico e outros autores, como Shirley Yu (2019), que tratam o projeto como sendo um projeto geopolítico chinês.

Diante do escopo da BRI e das divergências teóricas, a presente dissertação busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como o estudo de caso do Cazaquistão evidencia que a BRI pode ser compreendida como um instrumento geoeconômico de projeção do poder chinês para a Ásia Central? Pretende-se argumentar que o Cazaquistão tem destacada importância na Ásia Central, na medida em que o país exerce o papel de “*hub*” logístico e é detentor de significativas reservas de petróleo. O caso do Cazaquistão demonstra como a BRI busca uma resposta às preocupações geopolíticas da China, como a diversificação de fornecedores de petróleo, a redução da dependência das rotas econômicas do Mar do Sul da China e do Estreito de Málaca, bem como a busca por novos mercados para produtos e empresas chinesas.

A partir dessa questão, tem-se como objetivo geral entender como a BRI é uma resposta à uma preocupação geopolítica por parte do governo chinês. Como objetivos específicos, busca-se analisar a vertente terrestre da BRI. A análise envolverá um estudo de como o programa de investimentos se organiza, os corredores aos quais os investimentos são direcionados e a dimensão da Defesa envolvida na iniciativa. Com isso, o segundo objetivo específico é o de analisar os fundamentos geopolíticos que estão inseridos dentro da BRI. Finalmente, o terceiro objetivo específico está ligado com o estudo de caso do Cazaquistão. Desenvolve-se a ideia de que o Cazaquistão tem uma posição de destaque, recebendo amplos investimentos em infraestrutura de transporte e no setor de petróleo. Os elementos estimulam o governo cazaque no desenvolvimento de uma política externa que busca a autonomia do país frente as duas

potências vizinhas, China e Rússia. Ademais, analisa-se como a posição destacada do Cazaquistão, os investimentos presentes no país e sua política externa estão relacionadas com o setor de Defesa, seja pela compra de equipamentos militares ou a realização de exercícios conjuntos.

O presente trabalho procura argumentar que a BRI é um projeto de forte inspiração geoeconômica. Parte-se da hipótese de que esta surgiu para contornar três grandes preocupações geopolíticas da China: a dependência de rotas comerciais da China, especialmente a dependência de rotas comerciais no Estreito de Málaca, a diversificação das zonas e das rotas fornecimento de petróleo e a busca por novos mercados consumidores para os produtos e empresas chinesas. Começando pelas rotas marítimas, defende-se o argumento de que a economia chinesa é altamente dependente de rotas comerciais marítimas que passam pelo Mar do Sul da China e o Estreito de Málaca. Essas regiões são consideradas “Choke Points” ou “pontos de estrangulamento”, isto é, áreas do globo que – se bloqueadas – têm um impacto elevado na economia e comércio internacionais. Diante de tal cenário, o governo chinês estaria desenvolvendo investimento em transportes e infraestrutura para contornar tais “Choke Points” e diminuir a dependência das regiões citadas.

A segunda preocupação geopolítica é a de que a economia chinesa é altamente dependente das importações de petróleo, majoritariamente oriundas do Oriente Médio. Complementando a dependência econômica chinesa dos “Choke Points”, o fornecimento de petróleo – por vezes – também passa por essas regiões sensíveis, tornando o fornecimento de petróleo para a China mais propenso a tensões. Para contornar tal preocupação, o governo chinês estaria investindo no setor energético de outros países detentores de reservas de petróleo para diminuir a sua dependência do Oriente Médio, região do globo marcada por instabilidades geopolíticas.

A terceira preocupação geopolítica do governo chinês é a busca por mercados para os produtos e empresas chinesas. A preocupação está presente no 13º Plano Quinquenal (2016-2020) elaborado pelo governo chinês. Nele, o governo chinês reconhece as desigualdades e ineficiências do modelo de desenvolvimento econômico chinês, defendendo uma mudança nesse para solucionar seus problemas. No documento, a Belt and Road Initiative (BRI) desempenha um papel relevante para o contorno dessa preocupação na medida em que promove os produtos e empresas chinesas no exterior.

Para fundamentar a argumentação, o presente trabalho irá usar tanto a perspectiva da Geopolítica quanto da Geoeconomia. Na perspectiva geopolítica, algumas das obras utilizadas são as de Nicholas Spykman (1970), Halford Mackinder (2011,1919), bem como Michael Gerace (1991), Paulo Duarte (2015), Saul Cohen (2015), Ariel Cohen (2015) e Ivanov e

Volovoj (2014). No caso de Mackinder, parte-se das ideias a respeito do “Heartland” para sustentar teoricamente o destaque que o Cazaquistão tem dentro da Belt and Road Initiative (BRI). Com isso, defende-se que a conjunção de características do seu território- posição, configuração do relevo, tamanho e reservas naturais – faz do Cazaquistão um país estratégico à projeção de poder e influência econômica chinesa. No caso de Spykman, usar-se-á sua relação do território com a política externa de um país, bem como a sua fundamentação do poder militar em bases econômicas. Com isso, argumenta-se que a BRI é resultado de preocupações geopolíticas chinesas dentre elas, a dependência de rotas comerciais marítimas que passem por Choke Points -incluindo importações de petróleo - deixando o país vulnerável no seu abastecimento. Para contornar tais preocupações geopolíticas, destaca-se o papel a ser desempenhado pelos corredores econômicos da BRI.

Além da perspectiva da Geopolítica, o presente trabalho inspira-se nas perspectivas teóricas da Geoeconomia. Em trabalho recente, Blackwill e Harris (2016, p.20) definem a perspectiva quando Estados usam “economic instruments to promote and defend National interests, and to produce beneficial geopolitical results, and the effects of other nation’s economic actions on a country’s geopolitical goals”. Assim, argumenta-se que a China faz uso de instrumentos econômicos para a consecução dos objetivos geopolíticos. Isso pode ser demonstrado quando se analisa o direcionamento dos investimentos chineses dentro do escopo da BRI, concentrando-se em setores como energia, transporte e logística, como será demonstrado ao longo do trabalho. Ademais, Blackwill e Harris (2016) demonstram que a geoeconomia é um traço constante na condução da política externa chinesa.

A escolha do estudo de caso do Cazaquistão se justifica por motivos econômicos, geográficos e geopolíticos. Além de ter sido um dos países em que a BRI foi lançada – mais especificamente, a sua vertente terrestre – o Cazaquistão é um dos maiores países do mundo em extensão territorial, contando com um relevo – em sua maioria – pouco acidentado. A conformação física do território cazaque o destaca para obras de infraestrutura logística. Além disso, a economia cazaque é a maior da Ásia Central e o relacionamento do país com a China representa a maior parcela do relacionamento comercial chinês com os países da Ásia Central. A economia cazaque é grande exportadora de recursos naturais como petróleo e gás natural. Geopoliticamente, o Cazaquistão é um país mediterrâneo – isto é, sem saídas para o oceano - situado entre duas grandes potências – China e Rússia. Diante desse contexto geopolítico, o país adotou em seu Conceito de Política Externa, uma inserção internacional que busca balancear o relacionamento das potências, com o objetivo de se buscar uma autonomia estratégica do país no cenário internacional.

Para desenvolver a argumentação, o presente trabalho é organizado em três capítulos. No primeiro, far-se-á uma discussão teórica a respeito da Geoeconomia, sobretudo a abordagem desenvolvida por Blackwill e Harris (2016), bem como trar-se-á elementos da geopolítica clássica, como os trabalhos desenvolvidos por Nicholas Spykman e Halford Mackinder. A ideia é desenvolver um escopo teórico que será adotado para a análise da Nova Rota da Seda e o caso do Cazaquistão. Adiante, o capítulo irá discutir o papel geoeconômico e geopolítico do Cazaquistão na Nova Rota da Seda.

O segundo capítulo irá discutir a composição da Nova Rota da Seda no campo comercial, de investimentos e no seu financiamento, discutindo os desafios que o programa enfrenta em tais áreas. Além disso, será discutido os desafios na área de segurança envolvendo este programa e o processo de modernização militar chinesa, conforme exposto na Estratégia Militar de 2015 e o “National Defense in the New Era” de 2019. Finalmente, o terceiro e último capítulo irá discutir o estudo de caso do Cazaquistão, em especial o seu papel como país fornecedor de recursos energéticos, como *hub* logístico e os impactos disso no setor de Defesa do Cazaquistão. Quando se analisa a distribuição do petróleo pelo mundo, se percebe a importância da Ásia Central e do Cazaquistão em particular como produtores e exportadores dessa *commodity*. Devido à destacada importância do Cazaquistão e sua localização entre duas potências, Rússia e China, o país adota como conceito de política externa, a Política Externa Multivetorial, na qual se busca contrabalançar a influência das duas potências e buscar acordos que se contrabalanceiam mutuamente, buscando-se a autonomia estratégica do país.

1. Capítulo 1: A Geopolítica e a centralidade da Ásia

1.1: Introdução ao Capítulo

Em dezembro de 2018, o governo chinês comemorou os 40 anos das reformas de abertura econômica implementadas por Deng Xiaoping. As reformas tiveram um importante papel no crescimento econômico chinês posterior e que transformariam o país em uma potência econômica mundial. Ademais, não se pode deixar de observar que mesmo após a abertura econômica, o crescimento chinês tem forte participação do Estado. Mais do que isso, o crescimento econômico leva em consideração o cenário internacional e geopolítico. Quando se analisam as diferentes formas pelas quais o desenvolvimento chinês ocorreu durante sua história recente é possível perceber uma constante característica geoeconômica, isto é, o uso de ferramentas econômicas para finalidades geopolíticas. Durante a Guerra Fria, o governo chinês buscou inserir-se de forma competitiva dentro do bloco comunista, de modo a competir com a União Soviética pela primazia dentro do referido bloco. Assim, a rivalidade sino-soviética torna-se um elemento central na análise do modelo de desenvolvimento chinês e a sua inserção internacional durante a Guerra Fria (RADCHENKO, 2010, DIKOTTER, 2014).

O mais recente episódio da condução econômica chinesa pelo Estado e baseado em considerações geopolíticas é a criação da Belt and Road Initiative (BRI) em 2013. Ela é composta por duas vertentes: uma marítima, a “21st Century Maritime Silk Route” e uma terrestre, a “New Silk Route”. A última, por sua vez, é composta por 5 corredores econômicos: o corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar (BCIM, na sigla em inglês), o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês), o corredor China-Mongólia-Rússia e os corredores China-Ásia Central-Europa e China-Ásia Central-Sudoeste Asiático.

O programa, nascido com o intuito de promover investimentos em transportes e infraestrutura, é caracterizado pela ausência de uma formalidade institucional centralizada, sendo um conjunto de arranjos bilaterais entre a China e os países integrantes desse programa de investimentos. Bruno Hendler (2017), por exemplo, aponta para o caráter “convenientemente vago” do programa no sentido da inexistência de arcabouço institucional para a totalidade dos corredores e investimentos da BRI e no seu forte caráter bilateral. Para o autor, tal característica tem a vantagem de ser flexível o bastante para acomodar diferentes países dentro do programa.

O presente capítulo argumenta que a BRI é um programa que pode ser analisado tanto

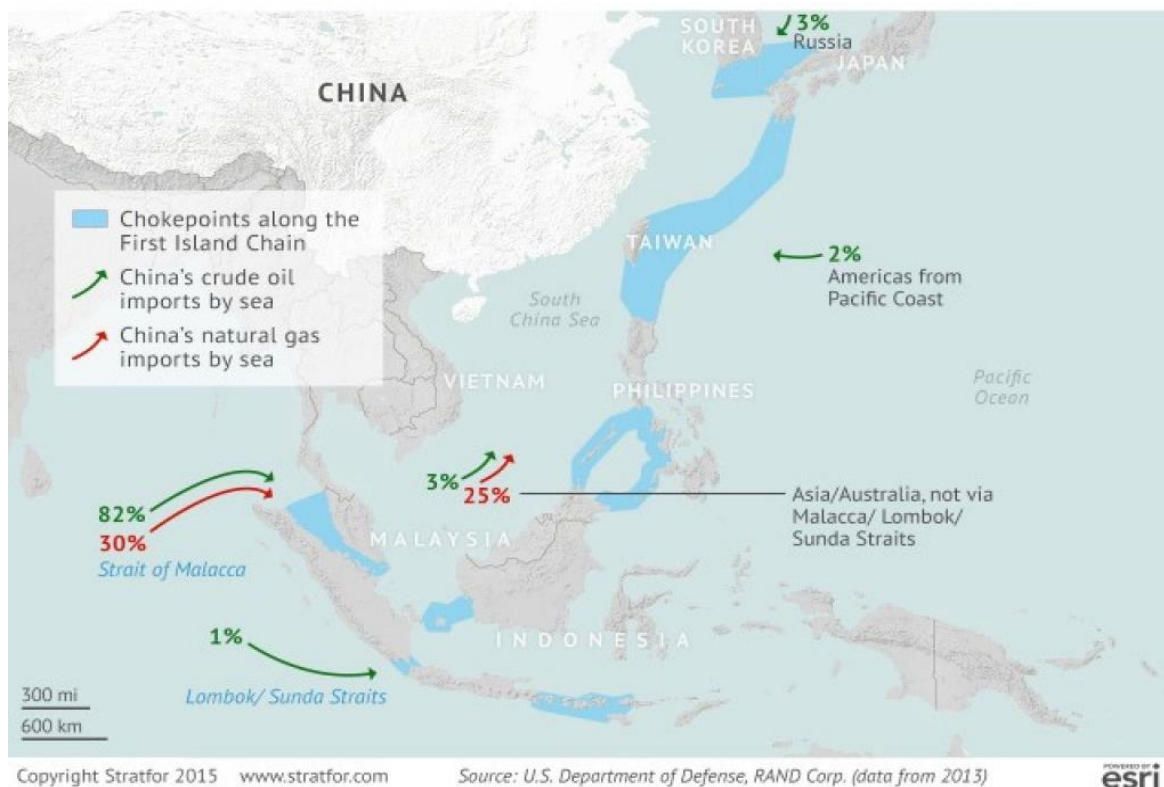
por uma perspectiva geopolítica quanto geoeconômica. Uma análise fundamentada nas duas perspectivas permite a visualização do que foi apresentado como as principais preocupações geopolíticas por parte do governo chinês. Portanto, o presente capítulo irá analisar a dinâmica geopolítica da BRI, tendo como inspiração os trabalhos desenvolvidos por Mackinder e Spykman, seguido de uma análise geoeconômica da BRI e finalizando com uma abordagem que evidencia as preocupações geopolíticas existentes dentro desta iniciativa.

1.2: Centralidade da Eurásia: o resgate das teorias de Mackinder e Spykman

A BRI pode ser analisada tanto por uma perspectiva geopolítica quanto geoeconômica. Como destacado nas contribuições de autores clássicos, como nas do geopolítico norte-americano Nicholas Spykman (1970), a geografia de um país é um dos aspectos mais importantes e determinantes da política externa de um país. Ainda segundo o americano (1970, pp.41-42), o território de um Estado é a base na qual ele opera tanto em tempos de guerra quanto a posição estratégica que ele ocupa no armistício chamado paz. Para Spykman (1970, pp.41-42), a geografia também é o fator mais fundamental na política externa de um Estado porque é o fator mais permanente. Segundo ele, o tamanho do território afeta a força relativa na disputa pelo poder, somado ao tamanho da população, o acesso a recursos naturais e a estrutura econômica que tornam um país mais ou menos vulnerável a um bloqueio.

A partir de tais considerações, pode-se perceber a importância central do território para a política externa de um país e o modo como ela se insere no contexto internacional. No presente trabalho, isso se traduz no fato de que a China é um país cuja maior parte da população e do seu dinamismo econômico está nas suas áreas litorâneas que, por sua vez, são reféns de rotas marítimas que passam pelo Mar do Sul da China, onde possui disputas territoriais com vários vizinhos. A “Military Strategy” da China de 2015 dá sustentação ao argumento quando dispõe que “the security of overseas interests concerning energy and resources, strategic sea lines of communication (SLOCs), as well as institutions, personnel and assets abroad, has become an imminent issue”. Essa disposição da Estratégia Militar chinesa de 2015 pode ser visualizada quando analisamos – na Figura 1 – as rotas de importações de petróleo para a China e os “Choke Points” (“Pontos de Estrangulamento”, em tradução livre).

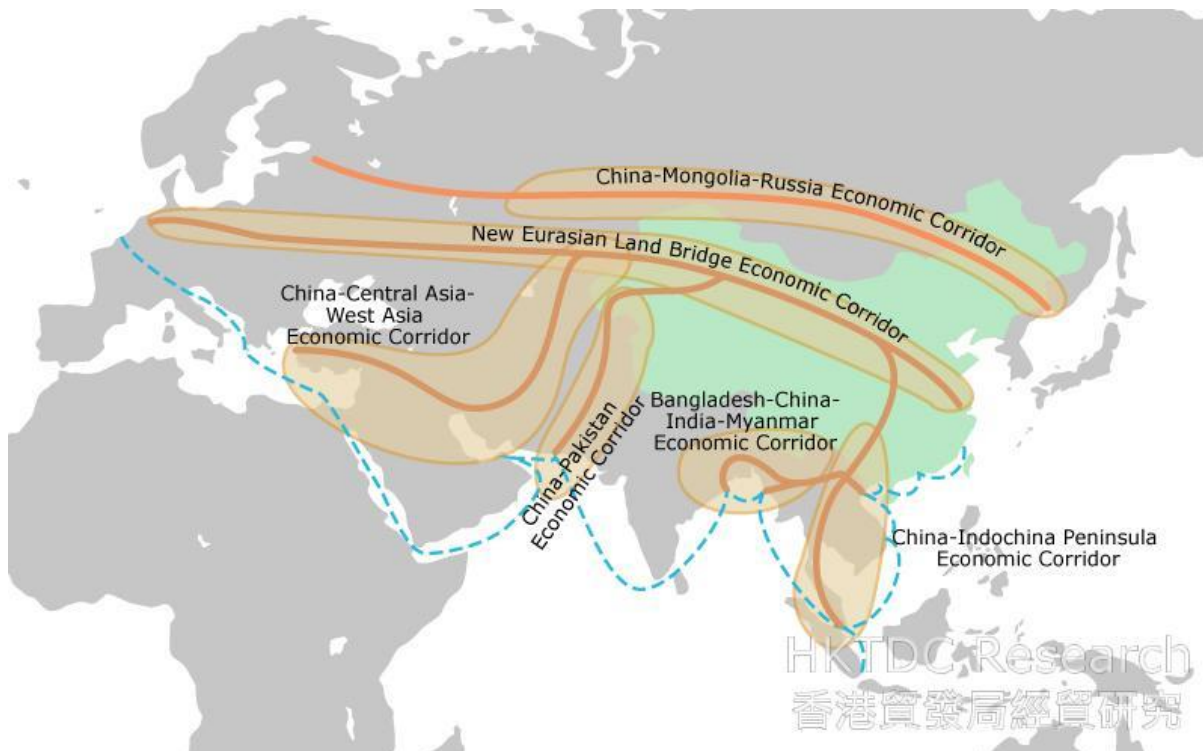
Figura 1- Rotas de importação de petróleo para a China e seus respectivos “Choke Points”



Fonte: WHAT a U.N. Ruling Against China Means. **Stratfor**, Washington. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/what-un-ruling-against-china-means>>. Publicado em: 12 jul. 2016. Acessado em: 27 de setembro de 2019

A disposição das rotas marítimas de importação de petróleo chinesas expostas pela figura 1 corrobora o argumento de que a BRI é marcada por um conjunto de preocupações geopolíticas, a saber: a redução da dependência das rotas marítimas supracitadas, a redução da importação da dependência de petróleo por meio de tais rotas e a busca por novos mercados. Nesse sentido, a forma como os corredores econômicos estão presentes no escopo da BRI - em especial a vertente terrestre - demonstra que, ainda que não seja explícito nos documentos oficiais chineses sobre esta iniciativa - a preocupação com as rotas comerciais marítimas e a dependência da economia chinesa delas - é central ao governo chinês quando esse elaborou tal iniciativa, o que pode ser visualizado na Figura 2, ao se analisar a composição dos corredores econômicos terrestres da BRI e a direção para onde os corredores rumam.

Figura 2 - Mapa da Belt and Road Initiative (BRI)



Fonte: "ONE Belt, One Road" Initiative: The Implications for Hong Kong. **Hong Kong Trade Development Council**, Hong Kong, p.1-6, abr. 2015. Disponível em: <<http://economists-pick-research.hktdc.com/business-news/article/Research-Articles/One-Belt-One-Road-Initiative-The-Implications-for-Hong-Kong/rp/en/11X000000/1X0A23WV.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2015

Além da preocupação com a dependência da economia chinesa com as rotas marítimas comerciais, uma outra preocupação geopolítica que marca a BRI é a questão do fornecimento de fontes de recursos naturais estratégicos, especialmente o petróleo, para a China. Spykman (1970, p.134), em outro contexto, apresentou elementos que evidenciam a dependência chinesa desse recurso em particular. Para o autor, a China detinha os recursos de poder para uma civilização industrial, mas não abundantes, inexistindo indícios de campos de petróleo ou potencial hídrico quando se tomava a vasta população chinesa, ainda que existissem consideráveis depósitos de carvão no país (SPYKMAN,1970).

Mesmo considerando o momento histórico em que Spykman escreveu a sua obra, a sua análise ainda é contemporânea quando consideramos o dado de que a China é a maior consumidora mundial de petróleo, sendo responsável por 20% de todo o consumo do planeta, bem como precisa importar 50% do petróleo consumido internamente, cifra que poderá chegar a 75% em 2035 (CHEN, FAZILOV, 2013, p.38). A preocupação é traduzida em termos oficiais no documento “Vision and Actions on Energy Cooperation in Jointly Building Silk Road

Economic Belt and 21st Century Maritime Silk Road”, no qual o governo chinês afirma que “The Initiative also aims to improve regional energy safety and to optimize the distribution of energy resources”.

Nesse sentido, por meio da análise dos dados existentes em matérias de comércio e investimentos e dos documentos oficiais a serem discutidos ao longo do trabalho e tomando como inspiração as análises de geopolíticos clássicos como Spykman, demonstra-se que a BRI tem uma preocupação geopolítica voltada tanto para a diminuição das dependências de rotas comerciais marítimas no seu comércio exterior quanto com a origem das importações de petróleo para a China. Em comum, o caminho traçado pelo petróleo importado pela China é justamente por meio das rotas comerciais apresentadas na Figura 1. Uma forma de lidar com as preocupações geopolíticas é a criação de obras de infraestrutura e transporte que evitam passar por essas rotas comerciais. Ilustrativo disso é a criação do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês) que busca ligar o porto de Gwadar na costa paquistanesa ao oeste chinês, sendo um caminho alternativo ao petróleo importado do Oriente Médio. Isso pode ser visualizado na Figura 3, a qual demonstra a forma como o CPEC foi organizado para contornar as preocupações geopolíticas mencionadas.

Figura 3 - Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC)



Fonte: CHINA urges Pakistani leaders to resolve issues over CPEC project. **Dawn**, Islamabad, v. 3, n. 1, p.1-3, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1231852>>. Publicado em: 09 jan. 2016. Acessado em: 27 de setembro de 2019

Outra forma de lidar com as preocupações geopolíticas é buscar em outros países o petróleo necessário para o funcionamento da economia chinesa. Na sua vertente terrestre, tal preocupação é traduzida com o esforço do governo chinês de buscar o petróleo na região que Mackinder caracterizou como sendo parte do Heartland - porção da Eurásia rica em recursos naturais (dentre os quais, ferro e petróleo). A região é rica em recursos naturais e inacessível por meio da navegação marítima, ainda que tenha aparecido na obra de 1904 de Mackinder, só receberá o nome de “Heartland” na obra “Democratic Ideals and Reality” de 1919. Na obra, Mackinder descreve o extremo norte da Ásia como uma costa inacessível coberta de gelo, salvo em poucas regiões e épocas do ano, e foz dos rios Lena, Yenisei e Ob (MACKINDER,1919, p.92). Na região sul da Sibéria, continua Mackinder, existem regiões largas, sem acesso ao oceano e onde existem as desembocaduras dos rios Volga e Ural, que desaguam no Mar Cáspio e as desembocaduras dos rios Oxus e Jaxartes, que desaguam no Mar de Aral (MACKINDER,1919, p.92).

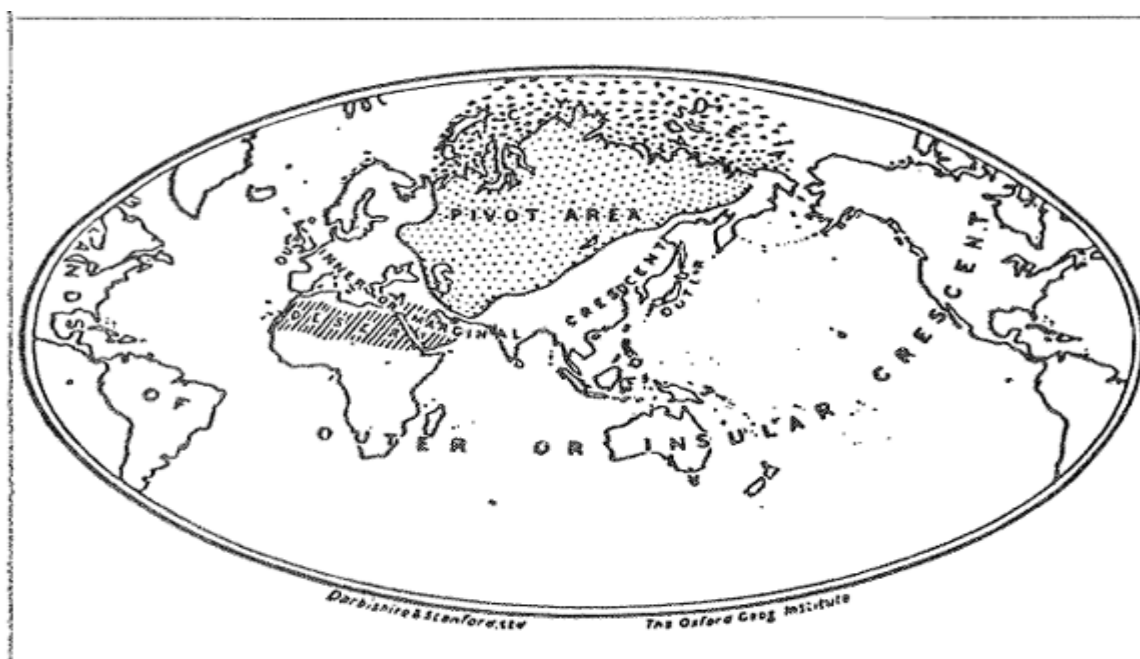
A essa região, cujo acesso por meio das ferrovias transcontinentais constituiriam uma revolução nas relações da humanidade com o espaço geográfico, é dado o nome de “Heartland” (MACKINDER,1919, p.93). Ainda na descrição feita por Mackinder, existe um corredor desértico, o deserto do Saara, que separa a África subsaariana do Norte da África (MACKINDER, 1919, p.96). Entre o Heartland e o Saara existe uma lacuna que é ocupada pela Arábia, uma porção de terra separada pelos rios Nilo e Eufrates e cuja característica mais distinta é o fato de que ela é transpassada por quatro caminhos marítimos: o Nilo, o Mar Vermelho e o Eufrates e o Golfo Pérsico (MACKINDER,1919, p.96). É importante notar que a junção do Saara, com o Heartland e a Arábia formam um cinturão inacessível ao poder marítimo, salvo pelos quatro caminhos marítimos supracitados (MACKINDER,1919, p.97). Como a Figura 4 irá evidenciar, a Ásia Central possui parte das características daquilo que Mackinder conceituou como sendo o “Heartland”

Figura 4 – Mapa da Ásia Central



Fonte: CUNLIFE, Barry. **By Steppe, Desert and Ocean: The Birth of Eurasia**. Oxford: Oxford University Press, 2015. 541 p

Figura 5- O Heartland de Mackinder



Fonte: MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A geopolítica do poder terrestre revisitada. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 34, p.55-69, dez. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451994000300005>

Segundo Chen e Fazilov (2013, p.39) a escolha chinesa pela Ásia Central se deu pelo fato de que a região é geograficamente próxima do mercado consumidor chinês, bem como é relativamente mais estável do que os países do Oriente Médio, conferindo maior atratividade para os campos de petróleo da região. Por causa desses fatores, ainda segundo Chen e Fazilov (2013, p.39), o comércio entre China e Ásia Central saiu de 527 milhões de dólares em 1992 para 40 bilhões de dólares em 2011. Dentro da Ásia Central, deve-se dar destaque para o Cazaquistão, país que reúne características geográficas e econômicas que lhe dão uma posição de destaque dentro da BRI. Uma delas é o fato de que o país reúne parcialmente as características do que Mackinder definiu como Heartland, em especial a conformação territorial pouco acidentada e a posse de recursos naturais estratégicos, como o petróleo. Mais adiante, demonstrar-se-á como o país faz uso dessas características para se inserir dentro da BRI e buscar uma inserção internacional autônoma.

A partir de tais considerações, pode-se perceber a importância central do território para a política externa de um país e o modo como ela se insere no contexto internacional. No presente trabalho, isso se traduz no fato de que a China é um país cuja maior parte da população e do dinamismo econômico está nas suas áreas litorâneas. Tais áreas, por sua vez, são fortemente condicionadas pelas rotas marítimas que passam pelo Mar do Sul da China, onde tem disputas territoriais com vários vizinhos. Ademais, os investimentos na vertente terrestre da BRI e no porto de Chabahar no Paquistão podem servir como uma forma de diminuir a importância das rotas marítimas para a economia chinesa.

Por isso, o presente trabalho adotará como marco teórico a geopolítica, em especial os trabalhos de Halford Mackinder e Nicholas Spykman. No primeiro caso, trabalha-se com a sua análise da geopolítica mundial, em especial com os seus conceitos de “Heartland” e sua abordagem do poder terrestre. No segundo, trabalha-se com análise de Spykman sobre os diferentes tipos de conflito, da necessidade do poder militar se assentar em bases econômicas e a análise que o autor fez da Ásia e, em particular, da China. Ao mesmo tempo, analisa-se o conceito de “geoeconomia”, aqui entendidos como: “The use of economic instruments to promote and defend national interests, and to produce beneficial geopolitical results, and the effects of other nations’ economic actions on a country’s geopolitical goals” (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p.20) ou como Edward Luttwak (1990) colocou: “ a lógica da Guerra pela gramática do comércio”.

A relevância do conceito para a análise da projeção chinesa na Ásia Central reside no fato de que - segundo Blackwill e Harris (2016, p.21) - a crise de 2008 e a ascensão econômica

chinesa são comumente apontados como eventos que aumentaram o interesse acadêmico sobre o campo da geoeconomia, o que insere o trabalho em um debate mais amplo do estado da arte no campo. As ferramentas geoeconômicas são variadas e, assim como na geopolítica, são dependentes de fatores estruturais e escolhas políticas. Desse modo, como os Estados diferem nas suas capacidades de projeção geopolítica, eles vão diferir no seu ferramental geoeconômico. Mesmo sendo considerado um campo distinto da geoeconomia, ela tem laços com a geopolítica, permitindo o uso de ambos dentro de um mesmo trabalho. Ademais, podemos traçar paralelos com os escritos de Spykman, dado que o mesmo afirma (SPYKMAN, 1970, p.35) que as guerras modernas só podem ser travadas de forma bem-sucedida se tiverem uma base de fornecimento de recursos naturais e de uma produção industrial elevada, dado que a provisão para uma força armada moderna não seria fruto de poucos arsenais, mas da totalidade da economia de um país.

Nesse contexto, pode-se ver a centralidade geopolítica do Cazaquistão no programa de investimentos BRI. A partir de uma ótica mackinderiana, o país se insere dentro da área mais ampla de Heartland. A expansão chinesa na região segue os ensinamentos de Mackinder, uma vez que o autor já havia admitido em seus escritos a possibilidade de uma potência do Crescente Interno Eurasiano conquistar o Heartland (MELLO, 1999, p.108). Além disso, do ponto de vista de Nicholas Spykman, a projeção chinesa está inserida na preocupação do autor de evitar que uma potência do Rimland conseguisse dominar a Eurásia (MELLO, 1999, p.105). Já no campo da geoeconomia, podemos analisar a BRI como parte de uma estratégia geoeconômica chinesa de obter os recursos econômicos que ela precisa não somente para o seu desenvolvimento doméstico, como para criar os elementos econômicos necessários para a sua projeção de poder.

Assim, pode-se perceber o caráter central do Cazaquistão a partir da ótica dos trabalhos geopolíticos de Mackinder e Spykman. Isso demonstra não somente a importância dos trabalhos desenvolvidos pelos dois autores, como a validade dos mesmos enquanto ferramenta de análise da realidade contemporânea. O caso do Cazaquistão evidencia como o Heartland é um conceito válido quando se analisa o destaque do país para a geopolítica da Ásia Central, o que ajuda a entender o caráter estratégico do país para a vertente terrestre da BRI e o seu papel na superação das preocupações geopolíticas chinesas.

1.3: A Geoeconomia como fundamento da expansão do poder

Como comentado anteriormente, o presente trabalho fará uso conjunto das considerações geopolíticas de Mackinder e Spykman e de considerações geoeconômicas na análise sobre a BRI. Para Blackwill e Harris (2016, p.21), a Geoeconomia foi um campo do conhecimento cujo interesse foi renovado a partir da crise de 2008 e da ascensão econômica chinesa que, mesmo sendo essencialmente de natureza econômica, traz consequências tão relevantes desde que os Estados Unidos ascenderam como a maior potência mundial no pós-II Guerra.

Ainda segundo os autores (BLACKWILL, HARRIS,2016, p.24), da mesma forma como a geopolítica analisa o poder estatal a partir de como o Estado exerce poder sobre o território, a Geoeconomia analisa o poder estatal a partir de como um Estado constrói e exerce poder a partir do uso de ferramentas geoeconômicas. Dessa maneira, pode-se depreender que a Geoeconomia trata da combinação de uma lógica geopolítica com o emprego de meios econômicos, de modo que as ações e opções econômicas de um determinado Estado estão inseridas em uma lógica de poder mais ampla (BLACKWILL, HARRIS,2016, p.24). Quando se considera a improbabilidade de um conflito militar convencional ocorrer entre potências nucleares ou em áreas sensíveis do globo em termos econômicos e comerciais - como o Mar do Sul da China, por exemplo - percebe-se que o recurso a ferramentas e estratégias geoeconômicas é recorrente na política internacional contemporânea.

Sobre isso Blackwill e Harris (2016) demonstram alguns casos em que a política externa chinesa fez uso de instrumentos geoeconômicos na consecução de seus interesses. Um caso emblemático que os autores apontam é o de Taiwan, considerado um limitador ao desenvolvimento e projeção do poder naval chinês e, em eventual conflito militar, uma possível base de operações militares estrangeiras (BLACKWILL, HARRIS,2016, p.95). À luz dessas considerações, os autores pontuam que a estratégia do governo chinês ante ao de Taipei é baseado na contenção e na pressão por uma reunificação pacífica de Taiwan à China. Pelo lado da contenção, o governo chinês faz uso de ferramentas geoeconômicas no sentido de que condiciona o estabelecimento de relações econômicas ao reconhecimento da política de “China única”, isto é, as relações econômicas são condicionadas ao reconhecimento de que Taiwan é parte integrante da China, impossibilitando a existência de relações políticas com os dois governos. Com tal estratégia, o governo chinês conseguiu reduzir o reconhecimento

internacional de Taiwan a poucos países na América Latina, África e Pacífico (BLACKWILL, HARRIS,2016, p.95).

Pelo lado da pressão, o governo chinês usa do relacionamento econômico com Taiwan para pressionar o governo deste país em negociações políticas e militares. Um destaque nessa direção é a assinatura do Economic Cooperation Framework Agreement (ECFA) que estabelece um mecanismo de cooperação econômica inter-estreito no qual os interesses agrícolas de Taiwan - tradicional reduto dos opositores à unificação - foram beneficiados (BLACKWILL, HARRIS,2016, p.97). À medida que as relações entre Pequim e Taipei se desenvolveram, a interdependência assimétrica do governo de Taiwan perante o chinês ficou mais evidente. Muito da efetividade do desenvolvimento da interdependência econômica de Taiwan perante a China faz com que os custos de um conflito sejam aumentados para Taiwan e, mais do que isso, para o restante do mundo, devido à importância financeira de Taiwan para a economia internacional (BLACKWILL, HARRIS,2016, p.102).

Um segundo caso em que se pode perceber a condução geoeconômica chinesa na política externa tem a ver com o Sudeste Asiático. Nessa parte da Ásia, os objetivos chineses são sumarizados em três elementos: impor custos aos países com disputas territoriais com a China, dismantelar o sistema de alianças americano na Ásia e a manutenção de parceiros-chave como Camboja, Laos e Myanmar (BLACKWILL, HARRIS,2016, p.111). Nesse sentido, a disputa territorial da China com Brunei, Malásia, Filipinas e Vietnã - pleito mais conhecido pelo nome “Nine Dash Lines” - está relacionado com o controle de rotas marítimas estratégicas para o governo chinês e, mais do que isso, expandir militarmente a China na região, contrabalanceando a influência americana e indiana na região (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p.111). Para cumprir com os objetivos de política externa, o governo chinês tem recorrido a um espectro de ações que envolvem manobras militares e medidas de pressão econômica de variados tipos (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p.112).

Parte da estratégia chinesa consiste no aumento dos investimentos de infraestrutura ao longo dos países da Ásia continental com o passar dos anos. Os investimentos servem para fornecer acessos a recursos naturais para a China e diminuir a dependência chinesa das rotas marítimas cuja segurança é garantida pela Marinha americana (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p.116). Para fins de ilustração, 90% do comércio exterior chinês passam por rotas marítimas e a comunicação entre as regiões leste e oeste do país passa por pontos sensíveis como o estreito de Málaca, pelo qual passaram 85% das importações de petróleo chinesas em 2013. (BLACKWILL, HARRIS,2016, p.116). A postura chinesa é facilitada pelo elevado comércio bilateral da China com os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático, na

sigla em inglês). Destaca-se o acordo de livre comércio China-ASEAN (CAFTA, na sigla em inglês) o qual foi estruturado de modo a garantir aos países da ASEAN acesso ao mercado chinês e garantir a imagem de “ator hegemônico regional benevolente” (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p.113, p.115).

Segundo Blackwill e Harris (2016), o governo chinês não se limita a usar ferramentas econômicas bilaterais para a consecução de seus objetivos geopolíticos. Na verdade, o governo chinês teria feito uso de instituições para a realização dos objetivos. Destacar-se-ia, nesse contexto, a criação do Banco Asiático de Infraestrutura e Investimentos (AIIB, na sigla em inglês), composto por 57 países e no qual o governo chinês seria o maior participante com 50% do capital de 50 bilhões do Banco (BLACKWILL, HARRIS, 2016, pp.114-115). No que se refere às atividades, o AIIB deverá oferecer empréstimos para o setor de transporte, telecomunicações e projetos de energia em países em desenvolvimento da região, rivalizando com os projetos feitos pelo Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, na sigla em inglês) (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p.115).

Mesmo com o destaque dado por Blackwill e Harris à instituição, os seus investimentos têm sido menores do que outras instituições chinesas. Segundo os dados disponibilizados pelo portal do AIIB, o ano de 2018 experimentou um investimento de 7,5 bilhões de dólares em 35 projetos distintos¹. Conquanto tenha uma postura similar no tocante à importância da criação do AIIB e do seu uso para a consecução de objetivos geopolíticos e de política externa, Tom Miller (2017, p.37) afirma que o AIIB é tão somente mais uma das ferramentas geoeconômicas chinesas, tendo em vista que a maior parte do financiamento dos projetos da BRI são financiados pelos bancos estatais chineses, notadamente o Eximbank da China e o Banco de Desenvolvimento Chinês (CDB, na sigla em inglês) (MILLER, 2017, p.38), o que é corroborado pelos dados dos investimentos realizados pelo banco em 2018.

Desde o seu lançamento, a BRI foi alçada ao posto de prioridade do governo chinês, como uma forma de promover o desenvolvimento do país e resolver os já citados problemas diagnosticados na economia chinesa. No 19º Congresso do Partido Comunista, Xi Jinping defende que: “We should pursue the Belt and Road Initiative as a priority” (CHINA, 2017, p.30). O já citado 13º Plano Quinquenal afirma:

We will actively advance the development of international economic cooperation corridors, such as the China-Mongolia-Russia corridor, the China-Central Asia-West Asia corridor, the China-Indochina Peninsula

¹ Fonte: <https://www.aiib.org/en/news-events/annual-report/2018/home/index.html>

corridor, the new Eurasian Continental Bridge, the China-Pakistan corridor, and the Bangladesh-China-India-Myanmar corridor (...) We will strengthen international cooperation on energy and resources and production chains, and increase local processing and conversion. We will support the development of international container shipping services and postal train routes such as those between China and Europe.” (CHINA, 2016, pp.147-148)²

Mesmo considerando a importância dada pelo governo chinês a BRI, ela ainda não se configura na forma de uma instituição multilateral formada pela China e os países que compõem a BRI, adotando-se um caráter bilateral entre a China e os países participantes do programa. Segundo Bruno Hendler (2017), isso é uma estratégia para não vincular os membros do programa às alianças políticas ou expô-los às contradições que inevitavelmente irão aparecer, enquanto que para Tu Xinquan (2018, p.200): “BRI is largely a network of China-centered bilateral arrangements rather than a multilateral framework simultaneously covering all participants countries. It is not intended to or able to form a more institutionally or economically integrated Eurasia”. O caráter vago pode ser instrumentalizado pelo governo chinês de acordo com os seus interesses econômicos e de segurança (HENDLER,2017, p.1.). Nesse contexto, a evolução dos programas do BRI reforça não só o caráter do programa como “economic statecraft”, mas também os interesses estratégicos da China, como a manutenção da estabilidade nos países vizinhos e o não surgimento de alianças contrárias à sua projeção.

Por esses motivos, muitos analistas têm se mostrado céticos, quando não críticos com relação à BRI. Segundo Koparka (2017), o programa é constituído por objetivos explícitos e implícitos. No lado explícito, este é apresentado como sendo multilateral, proposto pelas lideranças da China e apoiado por vários países com a finalidade de fortalecer a conectividade, transporte e comunicações entre os diferentes países e povos. Já os aspectos implícitos do programa residem no fato de que em um contexto de intenso crescimento econômico, Pequim passou a ver os países circundantes como fontes de matérias primas e mercados para os seus produtos. Segundo o autor, o projeto multibilionário chinês não seria imune dos interesses geoestratégicos, econômicos e políticos. Para ele (KOPARKA,2017, p.2), a China tenta exercer

² Avançaremos ativamente o desenvolvimento de corredores de cooperação económica internacional, como o corredor China-Mongólia-Rússia, o corredor China-Ásia-centro-oeste asiático, o corredor da Península da China-Indochina, a nova ponte continental eurasiática, o corredor China-Paquistão, e o corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar (...). Reforçaremos a cooperação internacional em matéria de energia, recursos e cadeias de produção, bem como aumentaremos o processamento e a conversão locais. Apoiaremos o desenvolvimento de serviços de transporte de contentores internacionais e rotas de comboios postais, tais como as entre a China e a Europa. "(Tradução Nossa)

dominação sobre países menores e menos desenvolvidos ao mesmo tempo em que tenta exportar o excesso de capacidade instalada de setores da economia chinesa para outros países.

Posição semelhante à de Singh e Sahgal (2017, p.1) que sustentam que a iniciativa “Belt and Road”, que os autores chamam de “OBOR”, como uma “grande estratégia” de ambição e escopos sem precedentes. Para os autores, a retórica chinesa de que o programa é de uma “cooperação win-win” não se sustenta, uma vez que o programa visaria a estabelecer acesso a recursos naturais, integrar os mercados chineses, fazer uso do excesso da capacidade produtiva doméstica chinesa e desenvolver as regiões periféricas do país. Ao mesmo tempo, os autores afirmam que o projeto refletiria uma postura de buscar acordos de dependência econômica, influência política e exercer poder hegemônico (SINGH, SAHGAL, 2017, p.2).

Sobre isso, Kahraman (2018, p.49) afirma que embora a BRI pudesse fornecer oportunidades às empresas indianas, a Índia deveria dar prioridade às percepções políticas sobre seus interesses comerciais e rejeitar uma contribuição para o desenvolvimento e alargamento da BRI. Zhang (2018, p.332) discorda da posição dos autores supracitados ao afirmar que a BRI não é um programa voltada para a expansão da esfera de influência chinesa ou uma forma de competição geoestratégica da China com os EUA. Segundo o autor, a percepção da iniciativa como um projeto geopolítico é resultado do caráter ambíguo dos seus objetivos e abordagens, refletindo-se na multiplicidade de abordagens sobre a iniciativa, até mesmo entre acadêmicos chineses (ZHANG, 2018, p.335).

Além desse argumento, Zhang (2018, p.335) defende que uma explicação para a percepção daquilo que ele chama de “agenda geopolítica oculta” chinesa dentro da BRI seria a diferença ostensiva entre a retórica pacifista da China em seus documentos oficiais e as ações assertivas nas disputas territoriais do Mar do Sul da China, bem como do seu esforço de modernização militar. Ainda segundo o autor (ZHANG, 2018, p.335), o comportamento assertivo do governo chinês estimula que outros países vejam a BRI como uma forma de executar objetivos geopolíticos.

No entanto, Shirley Yu adota uma postura oposta à de Zhang e mais parecida com a de Koparka (2017), Singh e Sahgal (2017) e Kahraman (2018). A autora afirma que a BRI é a visão chinesa acerca do futuro eurasiático, sendo equivalente à estratégia norte-americana no pós-II Guerra Mundial (YU, 2019, pp.1-2). Ainda segundo a autora, a criação da BRI é um “retorno ao pivô mackinderiano do Heartland” (YU, 2019, p.9), na medida em que a Eurásia é “Lugar de nascimento da BRI” (YU, 2019, p.10). Além disso, o desenvolvimento da infraestrutura chinesa pode mudar o eixo gravitacional do poder do Mar para a terra, isto é, das rotas marítimas da Ásia-Pacífico para a Eurásia, dado que o primeiro ainda é marcado pela

hegemonia norte-americana - a despeito dos recentes esforços de modernização naval chinês (YU, 2019, p.10) – isso é, para uma região onde a posição estratégica norte-americana ficou fragilizada após a decisão da retirada das tropas norte-americanas no Afeganistão (YU,2019,p.10). A posição de Shirley Yu não é isolada dentre os analistas. Segundo Francis Sempa (2019), a leitura da obra de Mackinder permite aos estrategistas contemporâneos entenderem as implicações estratégicas da BRI. Além disso, Adam Leong Kok Wey (2019, p.1) argumenta que a BRI pode ser observada como uma “Grande Estratégia” chinesa voltada para garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas, garantia de acesso a recursos naturais e a expansão das suas atividades comerciais e sua influência. Continuando a sua argumentação, o autor ainda defende que a lógica estratégica por detrás da BRI pode ser elucidada a partir das observações feitas por Mackinder – na vertente terrestre da BRI – e por Mahan – na sua vertente marítima (WEY, 2019, p.1). Segundo o autor, a leitura da vertente terrestre da BRI à luz das observações de Mackinder permite compreender que o acesso chinês ao que Mackinder chamou de “Heartland” faria com que a China conseguisse obter benefícios econômicos e garantir interesses estratégicos. Wey (2019) continua afirmando que acessar o “Heartland” permitiria à China desenvolver as províncias ocidentais, assegurar o acesso a recursos naturais pela Ásia Central ou pelo Corredor Econômico China-Paquistão, bem como desenvolver rotas comerciais terrestres que possam diminuir a dependência das rotas marítimas chinesas.

Por isso, BRI pode ser interpretada como um projeto geoeconômico voltado a lidar com preocupações geopolíticas chinesa: a dependências das rotas marítimas e a questão do acesso às fontes energéticas para a economia chinesa, sobretudo petróleo. Vale reafirmar que, muitas vezes, as preocupações geopolíticas estão interligadas, isto é, a questão do acesso às fontes energéticas é uma preocupação geopolítica na medida em que os recursos passam pelas supracitadas rotas marítimas. As preocupações geopolíticas, no entanto, não são explícitas nos documentos oficiais chineses sobre a BRI e não são objeto de consenso na literatura existente sobre o tema. Existem autores como Shirley Yu que defendem o caráter geopolítico e geoeconômico da BRI e outros como Zhang (2018) que criticam a postura, apontando os elementos comerciais do programa. Nesse contexto, a percepção da BRI como um projeto geopolítico chinês é possível quando se analisa os documentos chineses a partir de uma leitura dos clássicos da Geopolítica e da Geoeconomia.

1.4: A BRI à luz das dimensões geoeconômica e geopolítica

Conforme apresentado no início do capítulo, a BRI é um projeto de desenvolvimento chinês baseado em uma análise da conjuntura internacional, em especial nas preocupações geopolíticas do governo chinês com a dependência de rotas marítimas que passem por regiões de instabilidade e a origem do petróleo importado que, por sua vez, passa pelas supracitadas rotas. Ela é composta por duas vertentes: uma marítima e uma terrestre. Dada a escala do programa, o presente trabalho - para fins de delimitação - será focado na vertente terrestre da BRI.

Na sua vertente terrestre, a BRI pode ser analisada como uma tentativa do governo chinês de acessar os recursos econômicos do Heartland por meio do uso de ferramentas geoeconômicas. Nela, a importância da Ásia Central é destacada por ser a região do globo com uma extensão de 4000 quilômetros de leste a oeste, equivalente à da Europa (Asian Development Bank, 2010, p.3) e majoritariamente pouco acidentada, dado que somente na parte sul da região, as altitudes ultrapassam 1000 metros acima do mar (Asian Development Bank, 2010, p.3). Em termos econômicos, a Ásia Central é uma região que se destaca tanto em termos de reservas e produção de petróleo. Segundo dados da edição de 2019 Anuário Estatístico da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP ou OPEC, na sigla em inglês), a região produziu um total de 13,186 milhões de barris de petróleo por dia em 2018 e possui reservas estimadas em mais de 119 milhões de barris de petróleo³. É com base nessas informações que Breitmaier (2016, p.1) argumenta:

“(..)the region has growing significance for Chinese energy supply diversification: China has built three pipelines in the post-Soviet Central Asian States and in 2014, it purchased about 53% of its imported natural gas from Turkmenistan and nearly 6% from Kazakhstan and Uzbekistan. Kazakhstan is also a major provider of uranium to China (65% in 2014). Finally, the region is a vital transit area of the ambitious \$890 billion ‘One Belt, One Road Initiative’ (OBOR) (...)”⁴

³ O anuário estatístico da OPEP considera Europa Oriental e a Eurásia como uma única região e, com isso, coloca os dados da Federação Russa junto com países como Cazaquistão e Turcomenistão. O mesmo se observa na regionalização feita pelo anuário estatístico da British Petroleum (BP). (N.A)

⁴ “(...) a região tem importância crescente para o processo de diversificação da fonte de energias chinesa: a China construiu três dutos nos Estados pós-soviéticos da Ásia Central e, em 2014, importou aproximadamente 53% de todo seu gás natural do Turcomenistão e quase 6% de Cazaquistão e Uzbequistão. O Cazaquistão também é um

Além disso, a esfera da segurança doméstica e regional chinesa também é um aspecto central na dinâmica da China na Ásia Central no escopo da BRI. Segundo Berfosky (2012, pp. 2-3):

“China’s Central Asian economic policies in general and economic and technical assistance in particular have in recent years been partly driven by the objective of securing region-wide support for fighting what Beijing calls the region ‘three evils’: terrorism, separatism and extremism.(...) the ‘deal’ between China and Central Asian governments is, at least from a chinese perspective, fairly simple: no Chinese interference in Central Asian politics in return for Central Asian assurances not to support or finance separatism in Xinjiang⁵

No que se refere às já mencionadas características físicas da região, os investimentos chineses na região têm ajudado essa parte do mundo a voltar a ser um “hub” logístico, aproximando a Ásia da Europa. Atualmente, o envio de produtos da Ásia para a Europa demora 40 dias quando, por meio os investimentos chineses na área de infraestrutura e transporte reduzem o tempo para 10 dias (BERFOSKY, 2012, p.4).

Dentro da Ásia Central como um todo, dá-se destaque para o Cazaquistão. O país é aquele que melhor reúne as características daquilo que Mackinder conceituou como Heartland e, por isso, é o país da região que melhor traduz a tentativa chinesa de lidar com as preocupações geopolíticas de forma geoeconômica. No que se refere à sua geografia física, o país é o 9º país do mundo em extensão territorial e com uma altitude média de 387 metros (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2010, p.30; STERNBERG, AHEARN, McCONNELL, 2017, p.7). Ademais, o Cazaquistão é rico em recursos naturais, dado que o país é um dos líderes mundiais em reservas de carvão, zinco e urânio, sendo dono do 2º maior depósito de Urânio do mundo, bem como um dos 20 maiores produtores de petróleo no mundo (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2010, p.31), com uma produção de petróleo estimada em 1,5

importante fornecedor de urânio para a China (65% em 2014). Finalmente, a região é uma área de trânsito vital da ambiciosa iniciativa Cinturão e Rota, avaliada em 890 bilhões de dólares “(OBOR) (Tradução Nossa)

⁵ As políticas econômicas para a Ásia Central da China, em geral, e a assistência econômica e técnica, em particular, nos últimos anos, foram parcialmente impulsionadas pelo objetivo de assegurar o apoio de toda a região para lutar contra o que Pequim chama a região de " três males ": o terrorismo, separatismo e extremismo. (...) o "acordo" existente entre China e os governos asiáticos centrais é, pelo menos de uma perspectiva chinesa, razoavelmente simples: nenhuma interferência chinesa na política interna dos países da Ásia Central em troca de garantias dos países em não apoiar ou financiar o separatismo em Xinjiang “(Tradução Nossa)

milhões de barris de petróleo por dia e reservas da ordem de 30 milhões de barris de petróleo segundo o Anuário Estatístico da OPEP.

O destaque do Cazaquistão dentro da BRI é traduzido e verificado pela qualidade e nível de comércio e investimentos envolvendo o país no contexto da Ásia Central. Desde o desmantelamento da União Soviética em 1991, o governo da República Popular da China tem procurado desenvolver um relacionamento bilateral intenso com as repúblicas da Ásia Central. Dentre elas, o relacionamento com o Cazaquistão é considerado “estratégico”, o que demonstra a importância dada ao relacionamento de Pequim com Nursultan (PEYROUSE, 2008, p.34).

O profícuo relacionamento entre Astana e Pequim pode ser verificado quando se analisam os dados econômicos concretos. O Cazaquistão é a maior economia da Ásia Central tanto em termos de PIB, estimado 159 bilhões de dólares em termos nominais, quanto em termos per capita, com um PIB per capita de 8,800 dólares. No que se refere aos investimentos estrangeiros diretos, o Cazaquistão é o país da Ásia Central que mais os recebe. Segundo dados do Banco Mundial, o país recebeu 4,542 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros diretos em 2017, ante os 2,314 bilhões de dólares em investimentos no Turcomenistão, o segundo maior receptor de investimentos estrangeiros diretos naquele ano, segundo o Banco Mundial. Para além dos dados, o país tem como principais parceiros comerciais a China - correspondendo a 13,35% das exportações e 27,71% das importações do país em 2016 - e a Rússia, correspondendo a 10,66% das exportações e 31,10% das importações do país no mesmo ano. Vale lembrar que, em 2013, ano de lançamento da BRI, a Rússia contava como destino de 8,82% das exportações e a China como destino de 20,61% das exportações cazaques.

Ao mesmo tempo, Astana se tornou a 12º maior receptora de investimentos externos segundo o “China Going Global” de 2017, uma sensível melhora quanto ao seu índice de 2013, ano de lançamento do BRI, quando o país era o 38º maior destino (THE ECONOMIST, 2018, p.2). Para os dados do Banco Nacional do Cazaquistão, por seu turno, o maior investidor estrangeiro direto no país é a Holanda e o setor que mais recebe Investimentos Estrangeiros Diretos (IED’s) no país é o setor de mineração e extração. Esta última informação está de acordo com a pauta de exportação do país, grande exportador de minérios e petróleo. À primeira vista, a primeira informação tornaria parte da análise sem fundamentação nos dados econômicos. No entanto, a OCDE, na publicação “OECD Investment Policy Review: Kazakhstan 2017”, evidencia que parte significativa dos IED’s, tanto de entrada quanto de saída de Astana, são das chamadas “Special Purposes Enterprises” (SPE’s na sigla em inglês), sendo também origem de

80% dos IED's holandeses no país (OCDE,2017, p.51)⁶.

Em resumo, podemos perceber que a BRI é um programa geoeconômico e geopolítico da República Popular da China (RPC). É geoeconômico porque por meio de investimentos em infraestrutura e logística, o governo chinês busca adquirir os recursos, como o petróleo, que não existem em quantidade suficiente dentro do território chinês. Como nas palavras de Blackwill e Harris (2016, p.42): “(...) Chinese energy insecurity poses national security risks - risks that Beijing has sought to mitigate through its international energy investments - is now a widely agreed fact (...)”. A análise tem fundamento quando se analisa a Estratégia Militar da China de 2015, a qual afirma:

“China, as a large developing country, still faces multiple and complex security threats, as well as increasing external impediments and challenges. Subsistence and development security concerns, as well as traditional and non-traditional security threats are interwoven. Therefore, China has an arduous task to safeguard its national unification, territorial integrity and *development interest* (grifo nosso)” (CHINA,2015, p.3)⁷

A seguir, o documento continua:

“On the issues concerning China’s territorial sovereignty and maritime rights and interests, some of its offshore neighbors take provocative actions and reinforce their military presence on China’s reefs and islands that they have illegally occupied(...) It is thus a long-standing task for China to safeguard its maritime rights and interests. Certain disputes over land territory are still

⁶ As “Special Purpose Enterprises” (SPE’s) são empresas constituídas nos Países Baixos em busca das vantagens financeiras, econômicas e tributárias do país. Nesse sentido, muitas empresas estrangeiras fazem uso dessas subsidiárias na hora de realizar investimentos estrangeiros diretos. Portanto, os dados dos Países Baixos não invalidam a importância dos investimentos chineses no Cazaquistão, dado que os investimentos dessas empresas no Cazaquistão nem sempre são investimentos nacionais do país, mas de subsidiárias de empresas estrangeiras localizadas no país. (Nota do Autor).

⁷ “A China, como um grande país em desenvolvimento, ainda enfrenta ameaças de segurança múltiplas e complexas, além dos impedimentos e desafios externos em progresso. Nesse sentido, as preocupações de segurança de subsistência e desenvolvimento, bem como ameaças de segurança tradicionais e não-tradicionais estão interconectadas. Portanto, a China tem uma tarefa árdua para salvaguardar a sua unificação nacional, integridade territorial e interesse de desenvolvimento” (grifo nosso; Tradução Nossa)

smoldering(...). Regional terrorism, separatism, and extremism are rampant. All these have a negative impact on the security and stability along China's periphery" (CHINA,2015, p.3)⁸

Assim, pode-se perceber a BRI como sendo parte de um esforço chinês para lidar com as já mencionadas preocupações geopolíticas. No entanto, ao fazer uso dos investimentos em infraestrutura do programa, o país acaba tendo que lidar com questões geopolíticas no seu entorno estratégico, as quais - muitas vezes - têm conexões com a própria manutenção da estabilidade doméstica do país, como a preocupação com o terrorismo e os impactos disso na província autônoma de Xinjiang.

1.5: Conclusão do Capítulo

O presente capítulo buscou desenvolver uma análise da BRI a partir de uma leitura geopolítica e geoeconômica. Na primeira seção, a discussão sobre geopolítica – em especial os trabalhos de Mackinder (2011,1919), Spykman (1970), Gerace (1991), Ariel Cohen (2007), Saul Cohen (2015), Paulo Duarte (2015), Ivanov e Volovoj (2014) – e da Geoeconomia evidenciaram que a criação da BRI por parte do governo chinês está relacionada com preocupações geopolíticas. A saber: a redução da dependência da economia chinesa de rotas marítimas comerciais que passam por áreas de tensão – como o Mar do Sul da China e o Estreito de Málaca – e a garantia de recursos energéticos – especialmente, o petróleo – cujo fornecimento não passe por tais rotas. Ao mesmo tempo, a análise da BRI inspirada pela argumentação desenvolvida por Mackinder indica que a busca por fontes de recursos energéticos por parte da China vai em direção à área que Mackinder conceituou como sendo parte do “Heartland”.

A segunda seção tratou da perspectiva teórica da Geoeconomia, em especial a perspectiva de Blackwill e Harris (2016), que desenvolvem a ideia de que a política externa chinesa pode ser analisada como sendo marcada por uma condução geoeconômica. Aplicando este entendimento ao tema em estudo, tem-se que a BRI, ao ser constituída por um conjunto de

⁸ Sobre as questões relativas à soberania territorial da China e aos direitos e interesses marítimos, alguns dos seus vizinhos tomam ações provocativas e reforçam a sua presença militar nos recifes e ilhas chinesas as quais eles ocuparam ilegalmente (...). É, portanto, uma tarefa contínua para a China salvaguardar os seus direitos e interesses marítimos. Determinadas disputas sobre o território estão em tensão constante (...). O terrorismo regional, o separatismo e o extremismo estão em franco crescimento. Todos estes têm um impacto negativo na segurança e estabilidade ao longo da periferia da China " (Tradução Nossa).

investimentos em infraestruturas, pode ser interpretada como sendo uma ferramenta geoeconômica para lidar com as preocupações geopolíticas já mencionadas. Por fim, a terceira seção introduziu o papel do Cazaquistão dentro da BRI, destacando que a sua conformação territorial pouco acidentada e as suas reservas de hidrocarbonetos como petróleo e gás natural faz com que o país possa ser analisado como sendo parte integrante do “Heartland”, bem como insere o país de forma destacada dentro da BRI. Com isso, responde-se parcialmente ao questionamento de como o estudo de caso do Cazaquistão evidencia o caráter geopolítico e geoeconômico da BRI. No capítulo a seguir, desenvolve-se a forma pela qual a BRI é financiada e os aspectos de Defesa que estão inseridos dentro do programa de investimento chinês.

2. Capítulo 2: A Iniciativa Belt and Road: financiamento e aspectos da Defesa

2.1- Introdução do Capítulo

Como discutido no capítulo anterior, a BRI é um projeto geoeconômico chinês criado para atender imperativos econômicos e geopolíticos do país. Mesmo considerando a escala do programa, por vezes comparado com o Plano Marshall⁹ pelo montante e número de países envolvidos, a BRI é parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento calcada nas considerações acerca da estrutura e da dinâmica do sistema internacional. Desde os primórdios da República Popular da China (RPC), as considerações sobre a dinâmica do poder no mundo são parte integrante das estratégias de desenvolvimento econômico adotadas por este país. São essas considerações acerca da dinâmica do poder mundial que ajudam a se perceber a linha de continuidade existente em estratégias de desenvolvimento em momentos e contornos tão díspares como o “Grande Salto para a Frente” e “As Quatro Modernizações”. Assim, o presente capítulo debruça-se sobre a BRI, tratando tanto das questões relacionadas ao financiamento e as questões de Defesa.

2.2: O financiamento da BRI

O programa de investimentos da BRI foi lançado em 2013 no Cazaquistão e Indonésia. Nessas ocasiões, a BRI foi apresentada como sendo composta por uma vertente terrestre, a Silk Road Economic Belt, e uma marítima, a 21st Century Maritime Silk Road. Oficialmente, a justificativa chinesa para o lançamento da BRI - exposta no documento “Building the Belt and Road: Concept, Practice and China’s Contribution” publicado em 2017 - é de ser uma proposta chinesa voltada para a cooperação pacífica e desenvolvimento comum ao redor do mundo (CHINA,2017), sendo uma resposta chinesa aos desafios associados à globalização (CHINA,2017). Segundo o documento:

“Around the world today, economic globalization and regional integration has stimulated strong potential for economic activity, while scientific and technological

⁹ O Plano Marshall foi um plano de auxílio econômico e financeiro implementado pelos EUA no pós-II Guerra para recuperar economicamente a Europa devastada. Para além dessa dimensão econômica, no entanto, havia a preocupação norte-americana de impedir que a União Soviética aproveitasse o cenário de destruição na Europa para expandir-se geopoliticamente na Europa Ocidental.

progress has greatly improved the efficiency of work and daily life. (...) But challenges they have to face are also on the increase: world economic growth is sluggish, and traditional engines are becoming weaker in fueling that growth; globalization is facing new difficulties, and ideas of openness and cooperation in line with the interests of all mankind are under threat (...) It is for this reason that China has proposed the Belt and Road Initiative.”¹⁰

Ainda segundo a visão oficial, os países envolvidos dentro da BRI aderiram ao princípio de crescimento compartilhado por meio da discussão e colaboração, juntando-se para a construção de um novo sistema de governança econômica global (CHINA,2017, p.4). Mais do que isso, a BRI seria caracterizada pela igualdade e inclusão, baseada no pragmatismo e manifesta os interesses dos países envolvidos - inclusive a China (CHINA,2017, p.5). Segundo o documento citado:

“ China is willing to combine the experience and foundations of its own development with the development will and comparative strengths of all countries, and use the Belt and Road as an important opportunity and a cooperation platform to promote economic policy coordination among various countries, improve connectivity, foster bilateral and multilateral cooperation with a broader scope and at a higher and deeper level, and build a new cooperation framework that is open, inclusive, balanced and mutually beneficial”¹¹

No que se refere ao escopo do programa de investimentos, o governo chinês afirma que desenvolveu 5 rotas para a BRI, sendo três da Silk Route Economic Belt (SREB) e duas para a 21st Century Maritime Silk Route. Na SREB, uma das rotas passaria pelo noroeste da nordeste chineses até a Europa e o Mar Báltico passando pela Ásia Central e a Rússia, uma rota passaria pelo noroeste chinês até o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo por meio da Ásia Central e o Oriente Médio¹² e, finalmente, uma do sudoeste chinês até o Oceano Índico passando pela

¹⁰ Ao redor do mundo, a globalização e integração econômica estimulou intenso potencial para a atividade econômica, enquanto o progresso científico e tecnológico melhorou a eficiência do trabalho e da vida cotidiana. (...), mas os desafios que eles (os países) enfrentam estão aumentando: o crescimento econômico está lento e os motores tradicionais estão perdendo a eficácia na promoção do crescimento, a globalização enfrenta novos desafios e ideias como abertura e cooperação para o bem-estar de toda a humanidade estão sob ameaça. É por isso que a China propôs a Iniciativa Belt and Road” (Tradução nossa).

¹¹“A China está disposta a combinar a sua experiência e fundamentos do seu próprio desenvolvimento com o desejo de desenvolvimento e vantagens comparativas de todos países, usando a Belt and Road como uma importante oportunidade e plataforma de cooperação para promover a coordenação de políticas econômicas entre vários países, melhorar a conectividade, intensificar a cooperação bilateral e multilateral em um escopo mais amplo e denso e construir uma rede de cooperação que seja aberta, inclusiva, equilibrada e mutuamente benéfica” (Tradução nossa)

¹² No documento chinês aparecia o termo “Ásia Ocidental” para referir-se ao Oriente Médio. (N.A)

península da Indochina. Já na 21st Maritime Silk Route, com 2 rotas, as duas começando nos portos costeiros chineses, mas indo para o Oceano Índico e a Europa pelo Mar do Sul da China e o estreito de Málaca, enquanto que o segundo vai para o Pacífico Sul através do Mar do Sul da China (CHINA,2017, pp.9-10).

No que se refere às rotas, o governo chinês decompõe as rotas da SREB em seis corredores econômicos: New Eurasian Land Bridge, China-Mongolia-Russia Economic Corridor, China-Central Asia - West Asia Economic Corridor, China - Indochina Peninsula Economic Corridor, China-Pakistan Economic Corridor e, por fim, Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor, como foi demonstrado na Figura 2.

De acordo com os documentos oficiais chineses, a BRI é uma proposta chinesa de abordar os desafios existentes envolvendo a globalização por meio da cooperação pacífica e o desenvolvimento comum. O argumento é modulado quando se considera a perspectiva de analistas, inclusive chineses, sobre o tema. Na visão de Garcia-Herrero e Xu (2018, p.1) e de Sean Miner (2016, p.11), a BRI é uma resposta tanto a desafios internos quanto externos chineses. No campo externo, os autores afirmam que o governo chinês percebia uma tendência conflituosa com parceiros econômicos como os EUA e a União Europeia, de modo que a BRI seria a forma pela qual o governo chinês manteria sua influência econômica, balanceando o cenário de disputa com os americanos e europeus. Sobre os aspectos internos que justificariam a BRI, Garcia-Herrero e Xu (2018, p.1) e Miner (2016, p.12) também afirmam que a China está vivenciando uma queda gradual no crescimento econômico, o que estimulou o governo chinês a explorar oportunidades de investimentos no exterior, incluindo países nos quais poder-se-ia aplicar sua experiência na construção de infraestrutura.

A ideia tem similaridades com a desenvolvida por Simeon Djankov (2016). Para o autor, existiriam variados motivos por detrás da criação da BRI. Em primeiro lugar, segundo Djankov (2016), estaria a necessidade de diminuir a dependência da economia chinesa dos investimentos domésticos em infraestrutura e o crescimento econômico associado a isso (DJANKOV, 2016, p.7). Em segundo lugar, a BRI ajudaria não somente a internacionalização do renminbi - a moeda chinesa - como os investimentos em infraestrutura mencionados acima poderiam impulsionar o crescimento econômico nos países receptores dos investimentos chineses, mas também aumentando a demanda por produtos chineses (DJANKOV, 2016, p.7).

Mais do que isso, os investimentos levados a cabo pela BRI também são direcionados à garantia do fornecimento de recursos energéticos para a economia chinesa, dado que o país se tornou o maior consumidor de recursos energéticos e tem no carvão - altamente poluente - sua maior fonte de energia, de maneira que os danos causados por tal fonte levou o país a buscar

outras fontes mais limpas - ainda que importadas - em outros países (DJANKOV, 2016, p.7).

Os investimentos são financiados por meio dos bancos públicos chineses como o Banco da China, Banco Industrial e Comercial da China, Banco de Construção da China e o Banco Agrícola da China e alguns organismos multilaterais de financiamento em que a China tem grande participação como o Asian Investment and Infrastructure Bank (AIIB) e o “Silk Road Fund” (DJANKOV, 2016, p.9). No caso específico do AIIB, os dados recolhidos no seu site oficial dão conta de que foram realizados um total de 64 projetos (sendo 29 deles no ano de 2019) com um orçamento total estimado em 12,24 bilhões de dólares. Dos projetos, 31% deles são de Energia, 23% Finanças e 20% de Transportes.

A maioria dos projetos, no entanto, possui um orçamento baixo se comparado com os aportes de outras instituições envolvidas com a BRI. À título de ilustração, o projeto do gasoduto Trans-Anatólia do Azerbaijão – aprovado em 2016 - tem um custo estimado em 600 milhões de dólares. Mesmo valor para o projeto de armazenamento de gás natural “Tuz Golu” da Turquia, aprovado em 2018. Outros investimentos relevantes feitos pelo AIIB são projetos relacionados à infraestrutura urbana como o projeto de se criar um serviço de ônibus rápido em Karachi (Paquistão) aprovado em 2019 com um orçamento estimado em 71,81 milhões de dólares e o projeto de usina eólica “Zhanatas” no Cazaquistão, aprovado em 2019 com um orçamento estimado em 47,9 milhões de dólares.

Segundo o relatório OCDE Business and Financial Outlook de 2018, as cifras envolvidas pelos bancos chineses e multilaterais envolvidos no financiamento da BRI são:

Tabela 1- Montante do financiamento aos projetos da BRI por meio dos bancos públicos chineses e instituições multilaterais

Instituição financiadora	Montante investido (em bilhões de dólares)
Banco de Desenvolvimento da China (até 2015)	110
China Eximbank (até 2015)	80
Banco Comercial e Industrial da China	159
Banco da China (até 2017)	100
Fundo da Nova Rota da Seda (até 2015)	40
Banco de Construção da China	10
Novo Banco de Desenvolvimento (até 2016)	1,26
Corporação de Exportação e Créditos de Seguro da China (até 2015)	570,56
Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (até 2016)	2,33

Fonte: CHINA's Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape. In: OECD Business and Finance Outlook. [s.i]: OCDE, 2018. p. 3-46

Somente em 2015, segundo Simeon Djankov (2016, p.8), empresas chinesas assinaram mais de 1400 contratos com um valor total de 37 bilhões de dólares inserido na iniciativa e, quando maturado, os investimentos na BRI deverão atingir a cifra de 4 trilhões de dólares. A esses dados, soma-se o fato de que esta envolve 65 países abrangendo um total de 60% da população mundial (DJANKOV, 2016, p.6). A análise dos dados da tabela 2 indica que, quando se decompõe os investimentos chineses por setor e no período anterior e após o lançamento da BRI, pode-se perceber que os investimentos chineses ainda se concentram em setores estratégicos para a economia chinesa como energia e metais.

Tabela 2: Investimento chinês por setor da economia global nos períodos 2005-2013 e 2014-2018
(em bilhões de dólares)

Setor/Período	2005-2013	2014-2018
Agricultura	18,99	61,45
Saúde	1,73	13,98
Tecnologia	8,43	43,99
Químico	7,53	4,31
Logística	3,32	29,42
Turismo	1,84	37,42
Energia	228,50	128,58
Metais	88,81	41,91
Transporte	23,67	86,42
Entretenimento	4,02	36,68
Utilidades	1,22	3,86
Finanças	36,45	39,64
Imobiliários	37,73	62,81
Outros	5,73	31,91
Total	467,97	622,38

Fonte: CHINA's Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape. In: OECD Business and Finance Outlook. [s.i]: OCDE, 2018. p. 3-46

Analisando os dados presentes na tabela, pode-se observar uma série de tendências, podendo-se ver um aumento de 32% nos investimentos internacionais chineses entre os

períodos de 2005 a 2013 e 2014 a 2018. Analisando setorialmente, contudo, percebe-se um outro conjunto de fatores. Em primeiro lugar, houve uma queda nos investimentos em setores de metais e energia (de 88,81 bilhões de dólares e 228,5 bilhões a 41,91 e 128,58 respectivamente), bem como houve um aumento nos investimentos de transporte e logística (de 23,67 e 3,32 a 86,42 e 29,42 respectivamente) e tecnologia, o último saindo de 8,43 a 43,99 bilhões de dólares no mesmo período.

No caso dos metais e energia, a queda nos montantes dos investimentos pode ser explicada pela queda no crescimento econômico e no esforço de mudança do modelo de desenvolvimento econômico chinês. Apesar disso, o setor de energia é um dos que mais recebe aportes internacionais chineses devido à dependência chinesa de fontes energéticas do exterior, em especial petróleo e gás natural. O caráter estratégico dos investimentos em energia se torna ainda mais evidente considerando o fato de que ser um atributo necessário não só para o funcionamento da economia chinesa como do aparato militar chinês.

Três outros elementos a serem destacados são os aumentos nos investimentos de transportes, logística e tecnologia quando se compara os dados de 2005 a 2013 e 2014 a 2018. Nos dois primeiros setores (transportes e logística), o imperativo geopolítico se destaca no sentido de que grande parte do comércio exterior chinês - inclusive as importações de recursos energéticos - passa por zonas marítimas de elevado risco como o Estreito de Málaca e o Mar do Sul da China. Por isso, os investimentos chineses nesses setores são focados em criar novas rotas comerciais para que o comércio exterior chinês fique menos vulnerável às zonas de tensões geopolíticas. Destaca-se nessa dinâmica a construção do Porto de Gwadar no âmbito do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês) e no porto seco de Khorgos na fronteira com o Cazaquistão, estando o projeto inserido no escopo da Nova Ponte Terrestre Eurasiática (New Eurasian Land Bridge, em inglês). No caso do setor de tecnologias, percebe-se a influência do esforço por parte do governo chinês em aumentar o valor agregado das suas exportações, como exposto no programa “Made in China 2025” e dos impactos dos aumentos nos investimentos na modernização militar que o PLA tem feito nos últimos anos (ver Tabela 6).

Por esses motivos, Simeon Djankov (2016) afirma que a BRI é comparada ao Plano Marshall do pós-II Guerra Mundial, ainda que para o autor a comparação seja inadequada. Mesmo com tais números, ela não é isenta de dificuldades. Na realidade, Garcia-Herrero e Xu (2018) afirmam que a BRI tem indicadores em comércio, investimentos e financiamento que matizam a importância da iniciativa e demonstram as variadas dificuldades que o programa chinês possui nos médio e longo prazos.

No campo comercial, por exemplo, os dados da OCDE (2018,30) demonstram que os países da BRI corresponderam a um total de 34% de todas as exportações chinesas no ano de 2017 ante 31% em 2013, ano de lançamento do projeto. Apesar disso, Garcia-Herrero e Xu (2018, p.6) apontam que o maior parceiro comercial chinês dentro da BRI são os países da ASEAN, com os quais Pequim têm uma balança comercial equilibrada devido à complementaridade econômica entre o bloco e a economia chinesa.

Em segundo lugar, segundo os autores, estariam os países do Oriente Médio, grupo que exporta recursos minerais - especialmente petróleo - e importadores de produtos manufaturados da indústria pesada e leve. Garcia-Herrero e Xu (2018, p.6) continuam afirmando que o Sul da Ásia é o terceiro maior parceiro econômico chinês dentro da BRI, mas com um intenso desbalanço comercial: exportando menos de 15 bilhões de dólares para a China e importando 96 bilhões de dólares da China. Em quarto lugar, a despeito da elevada importância estratégica, está a Federação Russa possuindo uma balança comercial similar à dos países do Oriente Médio, isto é, exportando recursos minerais - majoritariamente - e importando uma miríade de produtos manufaturados chineses. Por fim, os autores demonstram que os demais participantes da BRI: Ásia Central, Europa Central e do Leste, bem como a Mongólia correspondem a menos de 3% do comércio exterior chinês dentro da BRI.

Mesmo com os dados de investimentos supracitados, Garcia-Herrero e Xu (2018) apontam dados que gradualizam a importância dos investimentos chineses dentro do escopo da BRI. Segundo os autores, os investimentos dentro da BRI estão desigualmente distribuídos, tendo em vista que - por conta da estabilidade econômica, estrutura semelhante e mão-de-obra barata - os países da ASEAN são os preferidos pelas companhias chinesas para a terceirização da produção (GARCIA-HERRERO, XU, 2018, p.9). Analisando os dados em nível de país, os autores (GARCIA-HERRERO, XU, 2018, p.9) destacam o papel de Cingapura como o maior receptor de investimento chinês na região, 30% do total, o que demonstra a importância do país para os investimentos chineses, malgrado o papel do país como centro financeiro, o que poderia sugerir que os investimentos podem ser realocados em outros países em um segundo momento. A seguir, a Federação Russa desponta como grande receptor de investimentos chineses, o que é justificado pela importância geoestratégica do país para os investimentos chineses. Em seguida, Cazaquistão, Indonésia e Laos são os países que mais recebem investimentos chineses, em sua maioria, no setor energético.

Finalmente, os autores ainda apontam dados que os financiamentos dos projetos da BRI devem ser matizados. Originalmente, os investimentos chineses abordavam a necessidade de investimentos em infraestrutura na Ásia tendo como origem inversões maciças de capitais

chineses, os quais eram investidos para melhorar a qualidade dos ativos dos bancos chineses em um momento de expansão econômica (GARCIA-HERRERO, XU, 2018, p.13). A grande questão, segundo os autores, é que a queda no crescimento econômico dificulta a adoção desse tipo de comportamento por parte do governo chinês. Nessa direção, Garcia-Herrero e Xu (2018) apontam que apesar da BRI ser um projeto que aborda a demanda por investimentos em infraestrutura na Ásia, a necessidade de financiamento dos projetos é muito superior às capacidades que a economia chinesa atualmente dispõe.

Assim, a BRI é, de fato, um projeto geoeconômico criado para abordar questões geopolíticas e econômicas da República Popular da China. No entanto, uma análise nos indicadores demonstra que - apesar de sua magnitude - existem limites e desequilíbrios dentro do projeto de investimentos por parte do governo chinês. A tais limitações e desequilíbrios, somam-se questões de segurança envolvendo a inserção internacional chinesa.

2.3- A BRI e o Entorno Estratégico chinês: a dimensão da Defesa

No primeiro capítulo, discutiu-se o argumento de que a BRI era um esforço chinês baseado em uma preocupação geopolítica, argumento sustentado quando a perspectiva da Geopolítica clássica e da Geoeconomia eram empregadas na análise da iniciativa. Já a seção anterior do capítulo discutiu a composição desta e os seus elementos econômicos. Novamente, a perspectiva geoeconômica ganha força ao se perceber que dentre os setores favorecidos pelos investimentos chineses estão o de logística e o de transportes, enquanto que o setor de metais e de energia - a despeito de terem sofrido uma queda no montante de investimentos - mantiveram sua posição de destaque nos investimentos chineses. Em termos de economia doméstica, também pôde-se perceber que as preocupações geopolíticas chinesas vêm sendo abordadas com uma análise das dificuldades e limitações do modelo de desenvolvimento econômico chinês, como o 13º Plano Quinquenal (2016-2020) demonstra.

Nessa seção, procura-se retomar o apontamento feito no final do capítulo 1 de que os investimentos feitos dentro do escopo da BRI acabam por gerar uma necessidade de se abordar questões geopolíticas do entorno estratégico chinês, seja disputas territoriais com vizinhos ou ameaças não-estatais como o terrorismo. Como foi afirmado naquela ocasião, muitas das questões têm reverberações na situação doméstica chinesa, sendo uma delas a preocupação do governo chinês de um possível transbordamento do terrorismo para a província autônoma de Xinjiang. O argumento a ser desenvolvido aqui é o de que para lidar com as questões crescentes, o governo chinês teve que adotar uma série de medidas para garantir os seus “overseas interests” e manter a capacidade de ação das Forças Armadas chinesas (People’s Liberation Army-PLA),

seja na forma de maior exportação de armas, realização de exercícios conjuntos ou modernização das próprias forças armadas chinesas.

O mais recente documento oficial público que trata da Defesa do país e que demonstra as preocupações já citadas e esforços do governo chinês é o “China’s National Defense in the New Era”, lançado em 2019 pelo governo chinês. O documento começa argumentando que as ascensões dos países em desenvolvimento tornavam a configuração do poder mundial como mais equilibrada (CHINA,2019, p.2). Apesar disso, o documento afirma que questões regionais e globais de segurança internacional estão se intensificando, citando-se o reforço militar empreendido pela Federação Russa e as políticas unilaterais norte-americanas (CHINA,2019, p.2). No que se refere ao contexto da Ásia-Pacífico, o documento chinês analisa a situação regional como sendo estável, apresentando a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) como exemplo disso. Diz o documento: “The Shanghai Cooperation Organization (SCO) is forging a constructive partnership of non-alliance and non-confrontation that targets no third party, expanding security and defense cooperation and creating a new model for regional security cooperation”¹³.

A estabilidade da Ásia-Pacífico convive com disputas regionais não resolvidas e com a disputa entre potências motivada pela ascensão da Ásia-Pacífico como centro econômico e estratégico internacional (CHINA,2019, p.3). Sobre o tópico:

“Disputes still exists over the territorial sovereignty of some islands and reefs, as well as maritime demarcation. Countries from outside the region conduct frequent close-in reconnaissance on China, by air and sea, and illegally enter China’s territorial waters and the waters and airspace near China’s islands and reefs, undermining China’s national security”¹⁴

Adiante, a Estratégia Militar chinesa de 2019 reafirma os objetivos fundamentais da defesa nacional de salvaguardar a segurança política nacional, a segurança popular e a estabilidade social, bem como os princípios de salvaguardar os interesses e direitos marítimos e estrangeiros chineses (CHINA,2019, pp.5-6). Um desenvolvimento interessante no

¹³ A Organização de Cooperação de Xangai está forjando uma parceria construtiva de não-aliança e não-confrontação que não é direcionada a nenhuma terceira parte, aumentando a segurança, cooperação em defesa e criando um novo modelo de cooperação em segurança regional” (Tradução nossa)

¹⁴ “Disputas ainda persistem sobre a soberania territorial de algumas ilhas e recifes, bem como questões de demarcação marítima. Países extrarregionais conduzem frequentes reconhecimentos no território chinês pela via aérea e marítima e entram ilegalmente nas águas territoriais chinesas e nas águas e espaço aéreo próximo das ilhas e recifes, minando a segurança nacional chinesa.” (Tradução Nossa)

documento de 2019 perante o seu antecessor de 2015 é a questão da proteção dos “overseas interests” chineses. No documento de 2015, a expressão abrangente aparecia, mas é na edição de 2019 que ela é explicitada com mais intensidade. Diz o documento: “Overseas interests are a crucial part of China’s national interests. One of the missions of China’s armed forces is to effectively protect the security and legitimate rights and interests of overseas Chinese people, organizations and institutions” (CHINA,2019, p.13)¹⁵. Esse é um ponto de destaque na medida em que é uma evidência de que a leitura da BRI como uma ferramenta geopolítica chinesa a partir dos elementos da Geopolítica clássica e da Geoeconomia tem sustentação em documentos oficiais.

Ainda sobre os “overseas interests”, o documento afirma que eles estão sob ameaças imediatas como tensões regionais e internacionais, bem como o terrorismo e a pirataria, os quais ameaçam as missões diplomáticas, empresas e cidadãos chineses. Tal postura é parecida com aquela defendida por Ely Rotner (2018, p.3) quando ele argumenta que o governo chinês procura, ativamente, por bases no exterior para estacionar e alocar forças militares. O esforço pode ocorrer, ainda segundo Ely Rotner (2018, p.3), de formas tão variadas como pedidos de países da BRI em lidar com instabilidade doméstica até a concessão de infraestrutura de transportes em troca do perdão das dívidas dos países receptores dos investimentos chineses.

Ainda que o texto da Estratégia Militar chinesa de 2019 não mencione diretamente a BRI, o diagnóstico feito no documento se coaduna com a análise feita por autores como Hallgren e Ghiasy (2017), a BRI pode exacerbar questões latentes de segurança ou criar novas questões de Segurança. Segundos tais autores, a vertente terrestre aumentou as tensões geopolíticas no Sul da Ásia, na medida em que o CPEC passa por territórios disputados por China e Paquistão, enquanto a vertente marítima se encontra emaranhada na disputa marítima pelo Mar do Sul da China. Liu Hiaquan (2017) argumenta no mesmo sentido ao defender que ela convive com questões de segurança, as quais podem afetar o escopo dos projetos inseridos na BRI. Dentre as questões de segurança envolvidas, Liu Hiaquan aponta a competição entre potências assumindo a forma de projetos geoeconômicos que competem com a BRI na Ásia Central (HIAQUAN,2017). Além da disputa entre potências pelos recursos da Ásia Central, questões territoriais - terrestres e marítimas - também são apontadas pelo autor.

Aqui, a Estratégia Militar chinesa de 2019 também aponta para a complexidade das

¹⁵ Os interesses internacionais são parte crucial dos interesses nacionais da China. Uma das missões das forças armadas chinesas é proteger efetivamente a segurança e os direitos e interesses internacionais legítimos do povo, organizações ou instituições chinesas” (Tradução nossa)

questões fronteiriças envolvendo a República Popular da China, dado que o país tem uma fronteira terrestre de mais de 20 mil quilômetros e uma linha costeira de 18 mil quilômetros (CHINA, 2019, p.10). No caso marítimo, existe a disputa do Mar do Sul da China envolvendo Pequim e alguns países do Sudeste Asiático, o que pode ser especialmente grave considerando que os países da ASEAN possuem uma importância particular nos projetos da BRI conforme fora demonstrado anteriormente. Uma outra questão de segurança no contexto da BRI são distúrbios políticos nos países envolvidos diretamente com a BRI (LIU, 2017, p.138). Um caso que chama a atenção nesse sentido é o de Myanmar, cuja importância é estratégica para a BRI no sentido em que o país é estratégico no fornecimento de energia, acesso marítimo à Baía de Bengala e um conector com a vertente terrestre. No país, o mais estratégico complexo da BRI está em uma região conflituosa do país (HALLGREN, GHIASY, 2017, p.6).

No mesmo contexto, o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) também mostra vulnerabilidades na área de segurança. Segundo Hendrix (2016, p.27), o CPEC planeja conectar a cidade ocidental chinesa de Kashgar ao porto de Gwadar, na costa paquistanesa e, para isso, o projeto pretende passar por regiões habitadas por minorias marginalizadas nos dois Estados e na disputada região de “Jammu and Kashmir”. A preocupação com a questão da segurança dentro do Corredor do CPEC fez com que o país aumentasse as suas importações de equipamentos militares chineses. Segundo dados do “Stockholm International Peace Research Institute” (SIPRI) as exportações de equipamentos militares chineses para o Paquistão acumularam um total de 3,5 bilhões de dólares entre 2013 e 2018 ou 36% dos 9,6 bilhões de dólares exportados em equipamentos militares pela China no mesmo período. Ainda segundo os dados do SIPRI, só em 2018, as exportações para o Paquistão foram de 448 milhões de dólares ante um total de 1,04 bilhão de dólares em armamentos exportados naquele mesmo ano. Considerando o total de 5,08 bilhões de dólares em importações de equipamentos militares por parte do Paquistão, a China representou 68% das importações de equipamentos militares no período.

Internamente, a província autônoma de Xinjiang é um problema de segurança para o país. A província é importante porque é a área central da Silk Road Economic Belt (SREB) porque conecta a China por meio rodoviário, ferroviário e redes energéticas com oito países fronteiriços: Afeganistão, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Mongólia, Paquistão, Rússia e Tadjiquistão (HENDRIX, 2016, p.27). A província é habitada majoritariamente por uma etnia túrquica muçulmana que também habita países vizinhos em menores proporções, sendo que alguns destes recorrem a ações terroristas (HENDRIX, 2019, p.27).

Além disso, o terrorismo é a maior ameaça não-tradicional dentro dos países BRI. Nas

palavras de Chuchu Zhang e Chaowei Xiao (2017), deve ser observado que novos riscos de segurança estão envolvidos na BRI, especialmente o fato de que o autoproclamado Estado Islâmico está se direcionando para regiões que estão inseridas no BRI. Postura parecida com a de Ely Rotner (2018, p.3) quando ele argumenta que a instabilidade doméstica envolvendo os uigures de Xinjiang, o retorno de combatentes estrangeiros da Síria e Iraque e uma eventual instabilidade no Afeganistão e na Ásia Central no caso de retirada de tropas americanas do Afeganistão são riscos de segurança à BRI que devem ser considerados pelo governo chinês.

A preocupação é sustentada por evidências empíricas do documento “China’s National Defense in the New Era”. No documento, o governo chinês lista os exercícios militares internacionais com participação do People’s Liberation Army (PLA) e People’s Armed Police (PAP) desde 2012. Dentre os exercícios, pode-se citar o “Hand in Hand Anti-Terrorism Joint Training” realizado com o Paquistão em 2016, bem como o “Explore-2016 Joint Anti-Terrorism Training of Special Forces” com a Arábia Saudita em 2016, o “Cooperation-2016 Joint Anti-Terrorism Exercise” realizado com o Tadjiquistão em 2016 e, em 2015, o “Silk Road Cooperation-2015 Joint Counter Terrorism Training for Special Operations Units” realizado no Sri Lanka (CHINA,2019).

Em termos institucionais, o documento “The Diversified Employment of China’s Armed Forces” de 2012, o governo chinês menciona abertamente as “The threats posed by ‘three forces’, namely terrorism, separatism and extremism, are on the rise” (CHINA,2012). Diante de tal análise, o governo chinês - na sua Estratégia Militar de 2019 - afirma:

“To respond to the security threats facing the country, China’s armed forces take solid steps to strengthen military preparedness and comprehensively enhance combat capabilities for the new era. Efforts have been made to build the military strategy into a balanced and stable one for the new era, which focuses on defense and coordinates multiple domains”¹⁶

Segundo o documento “National Defense in the New Era” de 2019, a reforma no tamanho, estrutura e composição são centrais na otimização das forças armadas chinesas (PLA). Como consequência, o PLA está buscando se modernizar de forma a sair de um modelo quantitativo para um modelo qualitativo. Em outras palavras, uma mudança de um modelo

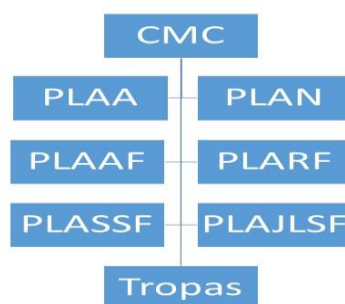
¹⁶ "Para responder às ameaças de segurança que enfrentam o país, as forças armadas da China tomaram passos sólidos para fortalecer a preparação militar e melhorar de forma abrangente as capacidades de combate para a nova era. Esforços foram feitos para construir uma estratégia militar equilibrada e estável para a nova era, que se concentra na defesa e coordena vários domínios" (Tradução Nossa)

intensivo em tropas para um intensivo em Ciência e Tecnologia. Na prática, a mudança significou - segundo o documento de 2019 (CHINA, 2019, p.18):

“The PLA has significantly downsized the active force of the PLAA, maintained that of the PLAAF at a steady number, moderately increased that of the PLAN and PLARF, and optimized the force structure of all services and arms. The PLA has restructured the defense reserves. The deployment of combat forces has been adjusted for a strategic configuration that meets the demands of safeguarding China’s national security in the new era”¹⁷

Uma das peculiaridades das Forças Armadas chinesas - cujo nome oficial é People’s Liberation Army (PLA) - é que para além da divisão em Marinha (PLA-Navy ou PLAN), Força Aérea (PLA- Air Force ou PLAAF) e Exército (PLA-Army ou PLAA), o país conta com mais três forças: a força de foguetes (PLA- Rocket Force ou PLARF), a força de apoio estratégico (PLA-Strategic Support Force ou PLASSF) e a força conjunta de apoio logístico (PLA- Joint Logistic Support Office ou PLAJLSF) (CHINA, 2019), bem como o fato de que as forças armadas chinesas são submetidas ao Partido Comunista Chinês (PCC) pela Comissão Militar Central do Partido (Central Military Commission ou CMC, em inglês) (ver Figura 4):

Figura 6: Organização das Forças Armadas chinesas (PLA)



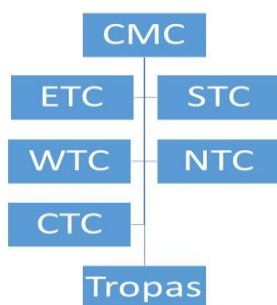
Fonte: Confecção do autor a partir da Estratégia Militar Chinesa de 2019 (CHINA, 2019, p.16).

Quanto à divisão operacional das suas forças armadas, o governo chinês deixou de usar os comandos militares de área (MAC, na sigla em inglês) para usar um modelo de Comandos de Teatro (“Theater Commands” em inglês) que seriam “(...) a lean and efficient joint

¹⁷ “O PLA tem reduzido significativamente a força ativa do PLAA, manteve a do PLAAF constante, aumentou moderadamente a do PLARF, e otimizou a estrutura de força de todos os serviços e armas. O PLA reestruturou as reservas de defesa. A implantação de forças de combate foi ajustada para uma configuração estratégica que atenda às demandas de salvaguardar a segurança nacional da China na nova era” (Tradução Nossa)

operations command system composed of permanent and specialized commanding establishments for both peacetime and wartime operations” (CHINA,2019, p.16). Nesse sentido foram criados os comandos ocidental (Western Theatre Command ou WTC, em inglês), norte (North Theater Command ou NTC, em inglês), central (Center Theater Command ou CTC, em inglês) e sul (Southern Theater Command ou STC, em inglês) (CHINA, 2019, p.16) (ver Figuras 5 e 6).

Figura 7 - Organização dos Comandos de Teatro das Forças Armadas chinesas (PLA)



Fonte: Confecção do autor a partir da Estratégia Militar Chinesa de 2019 (CHINA, 2019, p.17)

Figura 8 - Mapa da organização operacional do People’s Liberation Army (PLA)



Fonte: CHAKRAVORTY, Pk. Impact of PLA Reforms on Indian Armed Forces. In: BAJWA, Js. *China: Threat or Challenge*. New Delhi: Lancer Publisher, 2017. p. 1-6. Disponível em:

<http://www.indiandefencereview.com/spotlights/impact-of-pla-reforms-on-indian-armed-forces/>. Publicado em: 05 jun. 2017. Acessado em: 16 de set. 2019

Cada comando de teatro supracitado tem uma sede e uma função própria dentro do entorno estratégico chinês. O Comando Oriental (Eastern Theater Command ou ETC) é sediado no antigo comando militar de Nanjing, sendo responsável por operações envolvendo Taiwan e as disputas com o Japão (MCCAULEY, 2016, p.4). O Comando de Teatro Sul (Southern Command ou STC) é baseado na antiga região militar de Guangzhou e responsável por operações contra o Vietnã, no Mar do Sul da China e por prover forças contra um eventual conflito contra Taiwan (MCCAULEY, 2016, p.4). O Comando de Teatro Norte (Northern Theater Command ou NTC) é sediado na antiga região militar de Shenyang e nas províncias da Mongólia Interior e Shandong (MCCAULEY, 2016, p.4). O comando de teatro é responsável por responder eventuais instabilidades na península coreana ou fornecer suporte em operações contra o Japão. Já o Comando de Teatro Central (Center Theater Command ou CTC) é sediado nas antigas regiões militares de Beijing e Jinan, sendo responsável por defender a capital e desempenhar o papel de reserva estratégica para os demais teatros (MCCAULEY, 2016, p.4).

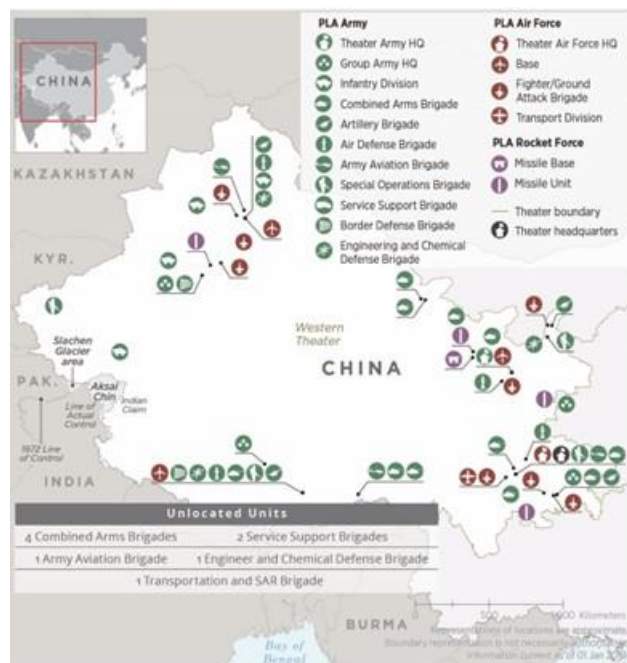
Com tais informações, pode-se perceber que - para o escopo do trabalho - o Comando de Teatro Ocidental (Western Theater Command ou WTC) deve ser alvo de foco especial. Este comando - o maior de todos em área - é sediado nas antigas regiões militares de Chengdu e Lanzhou. É ali que o PLA faz fronteira com a vertente terrestre da BRI. Na parte noroeste, o país faz fronteira com os países da Ásia Central: Quirguistão, Tadjiquistão e Cazaquistão. É ali também que se situa a província autônoma de Xinjiang - reduto da minoria uigur, que também tem comunidades nos países fronteiriços, bem como as comunidades étnicas dos países mencionados habitam a província de Xinjiang.

Na parte sudoeste do Comando ocidental, as tensões são presentes. É nessa parte do Comando de Teatro Ocidental que fica a província do Tibete, uma região que apresenta problemas com o governo central. Ao mesmo tempo, a região é marcada pela fronteira com a Índia, país com o qual o governo chinês já entrou em confrontos militares convencionais e onde se localiza a porção chinesa da Caxemira, palco de severas disputas entre China, Índia e Paquistão. Além de ser o maior de todos os comandos de teatros, o WTC é um comando com tarefas e ambiente complexos. No campo do seu relevo, o WTC abrange regiões de deserto e montanhas, o que limita as ações dos efetivos militares no comando de teatro (MCCAULEY, 2016, p.4, p.7).

Dentre suas atribuições, o Comando de Teatro Ocidental deve auxiliar a People's Armed Police (PAP - uma estrutura policial que não é ligada às Forças Armadas chinesas) na manutenção da estabilidade interna nas regiões do Tibete e Xinjiang, bem como ajudar em operações de resgate em desastres e participar de missões da Organização de Cooperação de

Xangai em caso de instabilidade na Ásia Central (MCCAULEY, 2016, p.4). Para McCauley (2016), no entanto, a principal atribuição do comando de teatro ocidental é lidar com as disputas fronteiriças com a Índia, nomeadamente Aksai Chin - porção chinesa da Caxemira - e Arunachal Pradesh, região indiana disputada pela China (MCCAULEY, 2016, p.4, p.6). A descrição do Western Theater Command (WTC) pode ser visualizada na Figura 8:

Figura 9 – Composição do Comando de Teatro Ocidental



Fonte: USA. Department of Defense (2019, p. 79). Annual report to congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019. Washington, DC: Department of Defense

Como pode-se ver na Figura 8, o Comando Ocidental das Forças Armadas chinesas (PLA, em inglês) tem uma concentração de tropas na parte noroeste, sendo que na fronteira do Cazaquistão, estão as do Exército (PLA-Army, em inglês) e de defesa aérea. Na parte sudoeste do Comando Ocidental, a concentração é relativamente menor, mantendo-se a existência de tropas de artilharia e baterias antiaérea. Uma das explicações possíveis para a concentração de tropas é o histórico de disputas interestatais envolvendo a China naquela região. A parte noroeste do Comando Ocidental faz fronteira com o Cazaquistão que, até 1992, era uma província da União Soviética com a qual a China tinha disputas fronteiriças até o início dos anos 2000¹⁸.

¹⁸ Vale comentar que na fase inicial da Guerra Fria, a China comunista e a União Soviética, mas – progressivamente – a relação bilateral foi se deteriorando, no que ficou conhecido como o “Cisma Sino-Soviético”. Esse é o nome dado a um conjunto de incidentes e tensões entre os dois países que culminaram com o rompimento

Na parte sudoeste do Comando Ocidental, a concentração de tropas está relacionada com a fronteira sino-indiana. Deve-se ressaltar que Índia e China são potências regionais rivais e que já tiveram confrontos militares diretos no passado. É importante destacar que as composições dos Comandos de Área são condicionadas pelas disputas geopolíticas envolvendo o governo chinês. Por tal motivo e por razões geográficas evidentes, a Marinha chinesa (PLA-Navy) tem as suas esquadras localizadas nos Comandos Norte, Leste e Sul.

Além disso, os esforços de modernização militar chinesa e as preocupações geopolíticas que estão refletidas na BRI e aquelas com as quais o governo chinês tem que lidar provocaram um aumento nos gastos militares chineses. A análise é corroborada quando se analisa a evolução dos gastos militares chineses frente aos gastos militares dos demais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e da Índia, explicitados na Tabela 3.

Tabela 3 – Gastos militares entre 2013 e 2018 (em bilhões de dólares)

País/ Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
EUA	673	631	616	612	605	633
China	176	191	204	215	227	239
França	53	54	56	58	60	59
Reino Unido	49	47	46	46	46	46
Rússia	66	71	77	82	66	64
Índia	51	54	54	60	64	66

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>

As informações também são corroboradas quando se analisa pela metodologia empregada pelo International Institute Strategic Studies (IISS), a despeito das diferenças existentes quanto à mensuração dos gastos entre o SIPRI e o IISS¹⁹. Comparando os gastos militares entre 2013 e 2018 dos membros permanentes do Conselho de Segurança e a Índia,

de relações entre os dois países, confrontos fronteiriços no Rio Ussuri, na Mongólia Exterior. série de tensões que culminaram com o rompimento dos dois países comunistas durante os anos O relacionamento bilateral só seria normalizado nos anos 2000, após o desmantelamento da União Soviética e a criação da Organização de Cooperação de Xangai. (DIKOTTER,2014). (N.A)

¹⁹ Existem diferenças importantes nos valores observados pelo SIPRI e pelo IISS. Uma explicação plausível é a de que o IISS usa a definição da OTAN de gastos de defesa, enquanto o SIPRI faz recurso a fontes de acesso aberto. Nesse sentido, as diferenças entre os valores podem se dar pela diferença entre o que é considerado gasto de defesa ou não, a depender da base de dados empregada (N.A).

também se verifica um aumento dos gastos militares chineses, conforme pode-se ver na Tabela 4.

Tabela 4 – Gastos militares entre 2013 e 2018 (em bilhões de dólares)

País/ Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
EUA	600	581	597	604	602	643
China	112	129	145	145	150	168
França	68	53	46	47	48	53
Reino Unido	57	61	56	52	50	56
Rússia	52	70	65	58	61	63
Índia	36	45	48	51	52	57

Fonte: International Institute of Strategic Studies (IISS). Military Balance (2014). Washington, 501p. International Institute of Strategic Studies (IISS). Military Balance (2015). Washington, 501p. International Institute of Strategic Studies (IISS). Military Balance (2016). Washington, 501p. International Institute of Strategic Studies (IISS). Military Balance (2017). Washington, 501p. International Institute of Strategic Studies (IISS). Military Balance (2018). Washington, 501p.

International Institute of Strategic Studies (IISS). Military Balance (2019). Washington, 501p

Mesmo com tais dados, o “National Defense in the New Era” 2019 argumenta que os gastos militares chineses estão crescendo de forma menos destacada do que outros países. No documento (CHINA, 2019), os gastos médios em defesa no quinquênio 2012-2017 da China foram menores do que os demais membros permanentes do Conselho de Segurança e da Índia: de 1,3% do PIB. Enquanto isso, a proporção foi de 3,5% do PIB para os EUA, 4,4% para a Federação Russa, 2,5% da Índia, 2,3% da França e 2,0% do Reino Unido no mesmo período. Quando consideramos os gastos medidos pelo SIPRI, a argumentação se sustenta empiricamente, conforme explicitado na Tabela 5.

Tabela 5 – Gastos militares entre 2013 e 2018 (em % do PIB)

País/ Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
EUA	3,8	3,5	3,3	3,2	3,1	3,2
China	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
França	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3
Reino Unido	2,1	1,9	1,9	1,8	1,8	1,8
Rússia	3,8	4,1	4,9	5,5	4,2	3,9
Índia	2,5	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>

Analisando a composição dos gastos militares chineses disponibilizados no documento “National Defense in the New Era” (CHINA,2019), percebe-se que os gastos têm ido para a categoria de “equipamentos” - o que incluem manutenção e pesquisa e desenvolvimento (R&D) - e não tanto no que o documento considera como “Gasto com Pessoal” e “Despesas com Treinamento”. Os dados podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6 – Composição dos gastos militares chineses no período de 2013 a 2017

Ano	Gasto com Pessoal		Despesa com Treinamentos		Equipamentos		Total ²⁰
	Quantia ²¹	%	Quantia	%	Quantia	%	
2013	32,3	27	43,6	36,4	38,1	36	119,6
2014	38,6	28,6	43,6	32,3	52,7	39,1	134,9
2015	45,3	31	42	28,8	58,7	40,2	145,9
2016	46,1	31,3	40,2	27,4	60,7	41,3	147,0
2017	47,5	30,8	43,4	28,1	63,4	41,1	154,4

Fonte: BÉRAUD-SUDREAU, Lucie. China’s 2019 Defence White Paper: the long road to transparency in defence spending. **International Institute For Strategic Studies**, Washington. Disponível em: <https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2019/08/china-white-paper-defence-spending-transparency>.

Publicado em: 30 ago. 2019

Um elemento a ser destacado na análise, no entanto, é o fato de que os gastos militares chineses são considerados “opacos” (BÉRAUD-SURDREAU, 2019). Segundo Lucie Béraud-Surdreau (2019), os dados disponibilizados pelo governo chinês nos seus “White Papers” são subestimados. Para a autora, considerando a metodologia empregada pelo IISS, os gastos chineses são da ordem de 1,7 a 1,8% do PIB chinês e não os 1,2 ou 1,3% do PIB que o governo chinês publicou no seu último documento. Como os dados da Tabela 5 demonstraram, os gastos militares chineses por proporção do PIB estão – na verdade – na ordem de 1,9% do PIB. As informações demonstram as dificuldades de se analisar os gastos militares chinesas, bem como torna difícil a análise dos gastos militares por meio dos Comandos de Teatro, cujos aporte por

²⁰ Em bilhões de dólares (N.A)

²¹ Em bilhões de dólares (N.A)

parte do governo central chinês em língua inglesa não foram localizados no decorrer desta pesquisa.

2.4- Conclusão do Capítulo

Como o primeiro capítulo demonstrou, o projeto BRI é um projeto chinês que carrega em si características geoeconômicas. Quando se analisa a forma pela qual os corredores da BRI foram criados, percebe-se o esforço de resolver as já mencionadas preocupações geopolíticas da China, isto é, a necessidade de garantir recursos estratégicos para o desenvolvimento da economia chinesa, como petróleo, e de reduzir a dependência da economia chinesa de rotas comerciais marítimas que passem pelo Mar do Sul da China e o Estreito de Málaca, “choke points” (“pontos de estrangulamento”, em inglês) do comércio exterior chinês. No presente capítulo, o objetivo foi discutir os aspectos de financiamento e de Defesa existentes dentro da BRI.

Na seção sobre o financiamento da BRI, os dados disponíveis publicamente demonstraram que a maior parte dos investimentos tiveram um aumento quando tomados em uma análise mais ampla. Setorialmente, no entanto, pode-se perceber que alguns setores tiveram maior destaque dentro do projeto, especialmente os setores de transportes e logística. Mesmo aqueles que tiveram uma queda na sua participação, como metais e energia, ainda despontam como setores relevantes como destino dos investimentos chineses. Assim, percebe-se que o argumento da preocupação geopolítica realizado no primeiro capítulo tem sustentação quando se analisa os setores de investimentos chineses no escopo da BRI.

Na seção sobre Defesa, os investimentos da BRI se inserem em um entorno estratégico marcado por tensões geopolíticas já existentes, ocorrendo a possibilidade de agravamento destas. A realização dos investimentos nas referidas áreas gerou um esforço de se proteger os investimentos chineses, elemento que apareceu na Estratégia Militar chinesa de 2015, bem como de modernizar as Forças Armadas chinesas para que elas pudessem fazer frente a tais desafios. Incluem, além disso, questões associadas ao aumento nos gastos militares, à realização de exercícios militares conjuntos e à modernização militar das suas forças armadas.

Assim, o presente capítulo procurou demonstrar que o argumento de que a BRI é um projeto com características geoeconômicas possui sustentação nos dados empíricos acerca dos investimentos chineses e sua distribuição por setor. Ademais, os investimentos se inserem em áreas do entorno estratégico chinês marcadas por tensões geopolíticas. Como resultado, a

Estratégia Militar chinesa de 2015 prevê a necessidade de proteção aos “overseas interests” chineses, bem como a estruturação das Forças Armadas chinesas passou por uma transformação para atender aos desafios. No próximo capítulo, o foco de análise será o estudo de caso do Cazaquistão. Conforme apresentado anteriormente, o país apresenta características estratégicas dentro da componente terrestre da BRI como a sua conformação territorial, seus recursos naturais - especialmente petróleo - e sua posição como maior economia da Ásia Central e o maior parceiro econômico da China na Ásia Central.

3. Capítulo 3: O Cazaquistão à luz da Geopolítica: recursos energéticos, rotas logísticas e defesa

3.1: Introdução do Capítulo

No primeiro capítulo deste trabalho, discutiram-se aspectos geopolíticos e geoeconômicos para a análise da BRI. No segundo capítulo, a discussão se concentrou nos seus elementos econômicos e de defesa, bem como os desafios que o projeto chinês enfrenta nessas duas áreas. Agora, o presente capítulo se concentra no estudo de caso do Cazaquistão e como o país se insere dentro da BRI.

Como dito anteriormente, a iniciativa carrega um conjunto de preocupações geopolíticas, isto é, uma preocupação com a dependência de rotas comerciais instáveis no Mar do Sul da China e no Estreito de Málaca e a necessidade de garantir acesso estável a recursos energéticos como petróleo, cujo carregamento muitas vezes passa por tais rotas. Paulo Duarte (2018, p.11) defende que a BRI evidencia a necessidade de garantir o acesso a recursos energéticos, reduzir a dependência econômica das províncias costeiras chinesas, desenvolver as províncias remotas da China e o desenvolvimento e estabilização de Xinjiang. A Ásia Central tem um papel destacado nesse sentido. Sobre o assunto, Tahzin (2008, p.63) argumenta que a região está situada estrategicamente e possui um potencial econômico vasto, tanto em termos de capital humano quanto em recursos naturais.

Dentro da Ásia Central, pretende-se dar destaque para o Cazaquistão²². Como será desenvolvido no capítulo, as suas reservas de petróleo e sua conformação territorial favorável à construção de infraestrutura dá ao país um destaque na BRI. O desempenho econômico do Cazaquistão também é digno de nota. O PIB per capita, por exemplo, saiu de 1.647 dólares em 1991 para 13.172 dólares per capita em 2013 (STRONSKI, 2019, p.2). A conjunção de tais fatores tornou o país um ator estratégico dentro da BRI, conferindo uma posição de destaque para o governo chinês (STRONSKI, 2019, p.3) e incentivando vários investimentos chineses em setores de infraestrutura e energia (LE CORRE, 2019, p.1; ZOGG, 2019, p.1). Uma outra preocupação do país é com a questão do terrorismo, especialmente a expansão de grupos fundamentalistas que atuam no Afeganistão e poderiam se espalhar para o país (TAHZIN, 2008,

²² Uma dificuldade encontrada no estudo de caso do Cazaquistão é o fato de que o país se tornou independente apenas em 1992, quando da dissolução da União Soviética. Até 2019, o país só possuiu um Presidente – Nursultan Nazambayev – quando este renunciou e ascendeu ao poder o atual Presidente Kassym-Jomart Tokayev. Por ser um país de independência recente e pelo fato de ter tido poucas lideranças, um exame aprofundado da política externa do país fica prejudicado. (N.A)

p.64; STRONSKI, 2019, p.3).

Por ser um país mediterrâneo (sem acesso aos oceanos) - possuindo características do que Mackinder chamou de “Heartland” - o Cazaquistão se insere como um país “preso” entre duas potências: China e Rússia. Para evitar a excessiva dependência de um único parceiro, o país adota - como será desenvolvido - uma estratégia de política externa “Multivetorial” (STRONSKI, 2019, p.3; ZOGG,2019, p.1), na qual o país busca manter um equilíbrio entre suas parcerias, a fim de se buscar a autonomia estratégica do país. Isso pode ser observado no programa de investimentos “Nurly Zhol”, um conjunto de investimentos em infraestrutura cuja análise será desenvolvida no decorrer do capítulo.

Assim, o argumento central a ser desenvolvido é o de que o Cazaquistão - por uma miríade de fatores geográficos, econômicos e geopolíticos - possui uma importância central dentro da BRI. Esses fatores vão desde a conformação territorial pouco acidentada do país, permissiva à construção de obras de infraestrutura e a presença de recursos naturais de caráter estratégico como petróleo e gás natural. Assim, discute-se a inserção do Cazaquistão dentro da BRI a partir de três perspectivas: a energética, o papel do país enquanto corredor de transporte e os impactos no setor de Defesa do país.

3.2- Os recursos energéticos cazaques e a sua importância para a BRI

Como dito nos capítulos anteriores, a BRI é um projeto de características geoeconômicas criado pela China. Um dos seus objetivos é buscar mercados para a capacidade ociosa da indústria chinesa, bem como adquirir recursos naturais estratégicos para o desenvolvimento do país. O caráter geoeconômico se evidencia pelo fato de que tal campo de análise - entendido como o uso de ferramentas econômicas para a consecução de objetivos geopolíticos - se observa no fato de que as preocupações do projeto - em promover a redução da capacidade ociosa das empresas chinesas por meio da sua internacionalização e dos investimentos chineses no exterior em áreas como infraestrutura e energia - são elementos fundamentais para a manutenção da capacidade de projeção geopolítica chinesa no sistema internacional.

No caso energético, a questão do petróleo tem um caráter estratégico no sentido de que a economia chinesa é dependente desse recurso energético, bem como a maioria dos equipamentos militares. Considerando o pensamento de Spykman, o qual sustenta que os conflitos militares dependem de uma economia industrial sólida, o caráter estratégico do petróleo e seus derivados se observa. Considerando o caráter fundamental do petróleo e seus

derivados, pode se observar a seguinte distribuição do recurso no cenário global nos termos da Tabela 7:

Tabela 7: Reservas comprovadas de petróleo por região do mundo em 2018 (em %)

Região	Porcentagem
Oriente Médio	48,3%
América do Sul e Central	18,8%
América do Norte	13,7%
Comunidade dos Estados Independentes (CEI)	8,4%
África	7,2%
Ásia Pacífico	2,8%
Europa	0,8%
Total	100%

Fonte: Confecção do autor a partir de dados do British Petroleum Statistical Book 2019

Dentro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), o Mar Cáspio se apresenta como uma região de potencial energético elevado. Nas palavras de Ariel Cohen (2007, p.11), a região apresenta a terceira maior reserva de petróleo do mundo atrás da Rússia e do Golfo Pérsico. Analisando os dados da região, pode-se perceber um destaque maior para a Federação Russa e o Cazaquistão como grandes produtores de petróleo, conforme os termos da Tabela 8:

Tabela 8 - Produção de Petróleo na CEI em milhares de barris por dia

País/ Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Azerbaijão	888	861	851	838	792	795
Cazaquistão	1737	1710	1695	1655	1838	1927
Rússia	10.870	10860	11007	11269	11255	11438
Turcomenistão	254	257	262	244	232	222
Uzbequistão	63	61	59	58	61	64
Outros	35	35	36	36	37	38

Fonte: Confeção do autor a partir de dados do British Petroleum Statistical Book 2019

Com tais dados, percebe-se que a região como um todo, a Federação Russa e o Cazaquistão são atores centrais no que se refere ao mercado de petróleo. Por esse motivo, Ariel Cohen (2007) defende que as potências regionais e globais estão atuando em um “New Great Game” acerca dos recursos energéticos do Cáspio. Em tais novas circunstâncias, defende o autor, Rússia, China, EUA, bem como Irã, Índia e outros atores regionais estão concentrados nessa parte do mundo, atraindo investimentos e intrigas internacionais.

Começando pela Rússia, Ariel Cohen (2007, p.84) destaca o fato de que o relacionamento com a Rússia é considerado de primeira prioridade para Astana²³. Mesmo com a visão dentro da elite russa de que o Cazaquistão era parte do “Exterior Próximo” de Moscou, os dois países conseguiram manter um relacionamento profícuo (COHEN, 2007, pp. 86-87). Por compartilharem o acesso às reservas e à infraestrutura do Mar Cáspio, bem como laços políticos e culturais, os dois países conseguiram coordenar políticas tanto em assuntos domésticos e internacionais entre Astana e Moscou (COHEN, 2007, p.87). No campo específico do petróleo e gás, um conjunto de acordos de cooperação entre Rússia e Cazaquistão permitiram concessões mútuas no que se refere à demarcação das reservas (COHEN, 2007, p.89).

Apesar disso, Ariel Cohen (2007) demonstra que o relacionamento profícuo esconde

²³ A capital do país era Astana, mas após a renúncia do Presidente Nursultan Nazarbayev nos últimos anos, a capital foi renomeada Nursultan.

uma relação de desigualdade entre os dois países. Para ele, o fato do Norte de o Cazaquistão ser habitado por russos étnicos poderia ser usado pela Federação Russa para promover uma instabilidade dentro do território cazaque (COHEN, 2007, p.86). Após o colapso da União Soviética, a Federação Russa tentou manter um controle estratégico sobre as exportações de petróleo do Cáspio, em geral, e do Cazaquistão em particular. A ideia seria impedir que os países da Comunidade de Estados Independentes desenvolvessem uma independência perante o governo russo (COHEN, 2007).

Além da Federação Russa, o governo da República Popular da China (RPC) é outro ator interessado nas reservas de petróleo e gás natural do Cazaquistão. Segundo Cohen (2007, p. 91), a China começou a ver a Ásia Central como uma “retaguarda estratégica” na eventualidade de uma confrontação com os EUA, Taiwan ou Japão, o que fez a região subir na lista de prioridades econômicas, na medida em que a economia chinesa começou a se desenvolver. Ainda segundo o autor, o Cazaquistão tinha um lugar especial nessas considerações por ser um dos maiores produtores mundiais de recursos estratégicos como petróleo e gás natural.

Analisando os dados do Banco Nacional do Cazaquistão²⁴ (2019), percebe-se que a análise feita por Ariel Cohen tem sustentação empírica. Os dados demonstram que desde o lançamento da BRI em 2013, os investimentos no setor de petróleo e gás do país saltaram de 5,7 bilhões de dólares para 12,08 bilhões de dólares. O mesmo pode ser percebido quando se analisam os investimentos no setor metalúrgico do país que viu um salto de 1,97 bilhões de dólares em 2013 para 2,74 bilhões de dólares em 2018.

Quando se analisa por país, os investimentos chineses sofreram uma queda de 2,24 bilhões de dólares em 2013 para 1,48 bilhões de dólares em 2018. Como explicitado no capítulo 1, no entanto, os dados são suscetíveis a distorções porque, frequentemente, a origem do capital investido pode não condizer com a origem registrada nos bancos de dados públicos sobre os investimentos. Uma evidência de que possa ser o caso reside no fato de que, no mesmo período, os investimentos holandeses no país saltaram de 6,52 bilhões de dólares em 2013 para 7,39 bilhões de dólares em 2018 (NATIONAL BANK OF KAZAKHSTAN, 2019). Ao mesmo tempo, o Cazaquistão e a Holanda têm um acordo bilateral de investimentos em vigor desde 2007 (UNCTAD, 2019).

Nesse cenário, é possível supor que parte dos investimentos holandeses sejam de filiais chinesas em solo holandês fazendo uso dos benefícios criados pelo tratado entre os dois países.

²⁴ Os dados públicos disponibilizados pelo Banco Nacional do Cazaquistão não permitem fazer uma correlação dos investimentos de cada país por setor da economia cazaque, permitindo somente a análise desses dados considerando o país de origem ou o setor de destino.

A mesma hipótese pode ser verificada quando se analisam os dados referentes aos investimentos norte-americanos no país. No período de 2013 a 2018, os investimentos americanos do país saltaram de 2,43 bilhões de dólares para um total de 5,34 bilhões de dólares. Novamente, é possível a análise de que uma parte dos investimentos americanos no Cazaquistão durante o período seja de subsidiárias estrangeiras - incluindo chinesas - fazendo uso dos benefícios do acordo bilateral de investimento que o Cazaquistão tem com os Estados Unidos da América desde 1992.

No que se refere ao papel dos Estados Unidos na Ásia Central como um todo e no Cazaquistão em particular, Ariel Cohen (2007) argumenta que os Estados Unidos foram os pioneiros nos investimentos no setor de petróleo e gás no Cazaquistão após o fim da União Soviética. A análise feita pelo governo cazaque era se aproximar dos Estados Unidos como forma de obter recursos econômicos para o país e garantir a manutenção da independência do país. Após os atentados do 11 de setembro de 2001, o país ganhou nova importância para a diplomacia americana no sentido de que o país - conquanto não fora sede de nenhuma base americana - permitiu o uso do espaço aéreo cazaque pela Força Aérea americana apoiar suas operações no Afeganistão (COHEN, 2007, p.95).

É durante esse período que o governo norte-americano lança a “Great Central Asia Strategy”, pela qual a importância do país é reafirmada como mantenedor da segurança no Afeganistão e como forma de limitar a influência regional da Rússia, China e Irã (COHEN, 2007, p.95). Por fim, os líderes da União Europeia enxergam o Cazaquistão como um ator que desempenha um papel na segurança energética europeia ante a conhecida dependência do bloco das importações de petróleo e gás russo.

Diante de tal cenário geopolítico complexo, no qual diversas potências regionais e mundiais buscam se aproximar do Cazaquistão, o país - no seu Conceito de Política Externa 2014-2020, publicado em 2014 - afirma que os princípios de política externa do país serão: “Kazakhstan’s foreign policy is based on the principles of multi-vector, balance, pragmatism, mutual benefit, and solid defense of its national interests”. Por tais termos, o país buscará desenvolver uma inserção internacional cujo objetivo final é a busca pela autonomia baseada em uma estratégia de dissuasão.

Isso seria possível com a inserção cazaque nos projetos das grandes potências para a região, sempre buscando negociar os melhores termos para consecução de tal fim. Isso ajuda a explicar o fato de que o país é um dos membros fundadores da União Econômica Eurasiática (UEE), bloco econômico criado pela Federação Russa em 2015, parte integrante da Belt Road Initiative (BRI) e de ter feito parte da Northern Distribution Network, esforço americano de

suprir as tropas americanas e da OTAN no Afeganistão passando pelo território cazaque. A estratégia de política externa multivetorial também se destaca quando se analisa os acordos bilaterais de investimentos assinados pelo país desde a sua independência. Em um total de 51 acordos assinados e ratificados pelo país, é digno de destaque os acordos com os Estados Unidos (1992), Coreia do Sul (1996), Irã (1996), Reino Unido (1995), China (1992), Turquia (1992), França (1998), Índia (1996)²⁵ e a Federação Russa (1998) (UNCTAD, 2019). No campo energético, a doutrina de política externa também se verifica quando analisamos a Estratégia 2050, publicada em 2012, na qual se diz que: “We diversified our export markets and secured our positions, thereby having reduced our dependence on any particular export direction”.

Pode-se perceber, assim, que o Cazaquistão se insere dentro de um contexto geopolítico mais amplo na Ásia Central por conta das suas reservas de petróleo e gás natural. Essas reservas são objeto de interesses geopolíticos e geoeconômicos variados por parte de atores como Estados Unidos, Rússia e a própria China. Por causa de tais interesses, a liderança do governo cazaque resolveu adotar uma postura de política externa marcada pelo pragmatismo, sendo conhecido pelo rótulo de “Multi-Vetorial”. Pelos seus termos, o país busca fazer acordos internacionais e adotar uma postura com vários dos atores relevantes, a fim de tirar as melhores oportunidades para o país, como o grande número de acordos bilaterais de investimento assinados desde a independência do país - 51 ao todo - pode demonstrar.

3.3: O Cazaquistão como *hub* logístico para a BRI

Além do caráter estratégico por causa das reservas de hidrocarbonetos como petróleo e gás natural, o caráter estratégico do Cazaquistão dentro da BRI está diretamente associado com a infraestrutura de transportes, a qual transforma o país em um hub logístico dentro do projeto chinês. A sua conformação territorial pouco acidentada faz com que o país possua características daquilo que Mackinder definiu como “Heartland” e que foi discutido no capítulo 1. Ademais, a sua característica de “país do Heartland” se destaca quando se percebe que o território cazaque é rico em recursos estratégicos como petróleo, conforme explicitado nas tabelas anteriores. Essas características tornaram o país um receptor de destaque de investimentos chineses nos setores de infraestrutura e energia, conforme Le Corre (2019), Zogg (2019) e Stronski (2019) argumentaram. Por isso, Ivanov e Volojov (2014, p.27) entendem que a Ásia Central e Cazaquistão em particular são parte integrantes daquilo que Mackinder

²⁵ O Tratado com a Índia foi denunciado unilateralmente em 2017 (nota do autor).

conceituou como sendo o Heartland. Ademais, os autores também destacam que “Central Asia is a unique in its kind region, wedged on different sides by interests of the great powers: the american military presence in Afghanistan on the one hand and the geographic proximity of Russia and China on the other will inevitably lead to a clash of their geopolitical interests” (IVANOV, VOLOJOV, 2014, p.29).

Como comentado no capítulo 1, o Cazaquistão se destaca dentre os países da Ásia Central por ter uma conformação territorial propícia a investimentos em infraestrutura, bem como uma situação de fronteiras mais estabilizada. Por esse motivo, o país se tornou um *hub* logístico importante dentro da BRI. A tais fatores soma-se o fato de o governo chinês está preocupado com a excessiva dependência do país com as importações de petróleo e gás natural do Oriente Médio e das rotas que passam por estreitos e o Mar do Sul da China, áreas de “estrangulamento” (“choke points”) do comércio internacional e chinês. É justamente por causa da dependência chinesa dos estreitos e das rotas comerciais do Mar do Sul da China que uma parte dos investimentos chineses no escopo da iniciativa se direciona a buscar alternativas para o fornecimento de recursos energéticos para a economia chinesa. Um caso ilustrativo desse contexto é o Corredor Econômico China-Paquistão, uma série de projetos de infraestrutura no Paquistão - no qual o Porto de Gwadar se destaca - voltados a obter melhor acesso ao petróleo do Oriente Médio, sem passar pelos pontos de estrangulamento citados naquele capítulo.

Dentro do escopo do trabalho, o direcionamento dos investimentos chineses se dá no Cazaquistão. Como demonstrado anteriormente, o país é dono de importantes reservas de gás natural e petróleo. Os dados do Banco Nacional do Cazaquistão (2019) demonstram um aumento nos investimentos no setor de transportes desde o início da BRI em 2013. Naquele ano, os investimentos em transportes e estocagem eram de 429 milhões de dólares, enquanto em 2018, o investimento foi de 786 milhões de dólares. Decompondo os investimentos no setor de transportes, temos a seguinte situação de acordo com a Tabela 9:

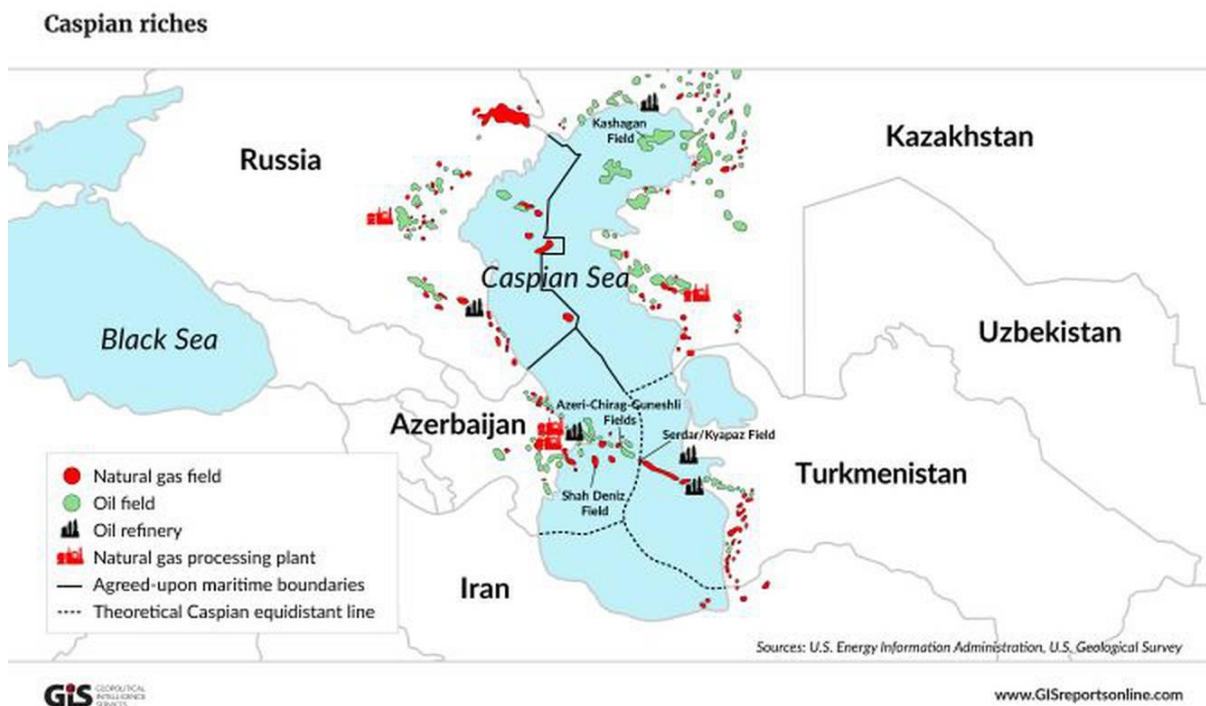
Tabela 9: Investimentos no setor de transportes e estocagem do Cazaquistão no período de 2013 a 2018 (em milhões de dólares)

Invest./ Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Transporte terrestre e por dutos	185,0	505,7	323,1	459,3	608,2	717,7
Dutos	193,3	492,7	263,2	460,7	577,7	640,7
Aquaviário	6,6	0,8	-3,6	-7,4	-3,4	2,3
Aéreo	21,6	-10,5	0,8	1,5	21,7	5,6
Armazenamento	214,5	234,9	162,9	62,2	164,9	59,8
Correios	2,0	0,7	0,6	-1,1	0,0	0,7
Total	429,7	731,7	483,8	514,5	791,4	786,0

Fonte: Confecção do Autor a partir de dados do Banco Nacional do Cazaquistão de 2019

A partir dos dados mencionados, pode-se perceber que dentro do setor de transportes e armazenagem do Cazaquistão, os investimentos nos dutos - tanto oleoduto quanto gasodutos - têm uma significativa participação no setor. Como demonstrado na Figura 10 abaixo, a maior parte das reservas do petróleo e gás natural do país estão na parte ocidental, no Mar Cáspio e na fronteira com a Rússia. Além disso, por ser um país sem acesso aos mares externos, fica dependente do uso de dutos para a exportação de seu petróleo e gás natural, explicando-se, assim, o destaque dado aos investimentos nesse tipo de transporte logístico.

Figura 10 - Reservas de Petróleo do Cazaquistão



Fonte: NAKHLE, Carole. Caspian oil and gas in a world of plenty. **Geopolitical Intelligence Service**, Liechtenstein
Disponível em: <<https://www.gisreportsonline.com/caspian-oil-and-gas-in-a-world-of-plenty,energy,2240.html>>.
Publicado em: 12 jun. 2017

Durante a Guerra Fria, os investimentos soviéticos eram direcionados ao desenvolvimento dos campos de petróleo na Sibéria Ocidental (COHEN, 2007, p.90). Com isso, as reservas de hidrocarbonetos do Cazaquistão se tornaram parte da reserva estratégica de petróleo da União Soviética, de modo que os primeiros poços de petróleo do país - descobertos durante os anos 1970 e 1980 - ficaram majoritariamente inexplorados até os anos 1990 (COHEN, 2007, p.14). Por isso, a independência do Cazaquistão conviveu com uma crise econômica profunda, a despeito das reservas existentes no país (COHEN, 2007, p.116). A explicação reside no fato de que o país, após a sua independência, sofreu com a falta de infraestrutura para desenvolver os grandes poços petrolíferos e conectá-los com os mercados internacionais (COHEN, 2007, p.119).

Ademais, a pouca infraestrutura existente herdada da União Soviética conecta o petróleo cazaque com os portos russos para acessar os mercados internacionais, em especial a Europa (COHEN, 2007, p.119). Aproveitando-se da dependência cazaque no setor, os líderes do governo russo buscaram manter o controle sobre as rotas de transporte, opondo-se a alternativas que dessem independência frente a essas rotas por parte dos países da Ásia Central. Como mencionado anteriormente, a estratégia de política externa cazaque consiste em diversificar

parceiros para obter não só melhores condições de inserção internacional, como também a busca de uma autonomia estratégica do país. Sobre isso, Ariel Cohen (2007, p.90) argumenta que, durante os primeiros anos de independência, o governo do Cazaquistão trabalhou para estabelecer um equilíbrio entre aqueles vetores geopolíticos –Estados Unidos, União Europeia, China e Rússia - com a finalidade de proteger os seus interesses nacionais, ao mesmo tempo em que implementava uma estratégia de desenvolvimento integrada que, por vezes, desviava da agenda estratégica de seus parceiros. Como resultado de tal estratégia de política externa, o Cazaquistão tem buscado atrair investimentos internacionais para contrabalançar a sua dependência da infraestrutura russa para promover suas exportações. Sobre o assunto, observa-se na Figura 11 que:

Figura 11 - Dutos de petróleo no território cazaque



Fonte: LEVINE, Steve. Kazakh Oil: A War of Nerves. **Business Week**, Stanford. Disponível em: <<http://large.stanford.edu/publications/coal/references/levine1/>>. Publicado em: 11 set. 2008. Acessado em: 28 de set. 2019

Alinhado com a estratégia de política externa, os dutos mais recentes construídos dentro do Cazaquistão seguem a lógica de buscar o balanceamento com diversas potências a fim de se obter as melhores oportunidades para o país. Nesse contexto, os dutos “Caspian Pipeline Consortium” (CPC) e “Atyrau-Samara”, por exemplo, são um projeto conjunto entre Rússia e

Cazaquistão - envolvendo também o governo de Omã e mais 10 empresas incluindo Chevron e Rosneft no caso da CPC – o que exemplifica o caráter estratégico do relacionamento entre Moscou e Astana (atualmente renomeada para “Nursultan”). Além de mostrar o grau de parceria entre os dois países, o CPC é marcado por ter uma relação de custo mais eficiente, bem como tem a peculiaridade de ser um duto controlado pelos produtores, nos quais os dutos pertencem a uma terceira parte (COHEN, 2007, p.135).

Ao mesmo tempo, o duto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) é um duto projetado para a diversificação das redes de dutos da Ásia Central (COHEN, 2007, p.140). O projeto foi apoiado técnica e politicamente pelo governo americano, estendendo-se das capitais do Azerbaijão e da Geórgia até o porto turco de Ceyhan. Segundo Cohen (2007), ainda que o duto não tenha participação do governo cazaque, o gás desse país corresponde a 50% do gás exportado pelo BTC (COHEN, 2007, p.140). Além do BTC, existe o duto Atyrau-Alankshou - também conhecido como o duto Cazaquistão-China - que visa a transportar sem intermediários os hidrocarbonetos cazaques ao mercado consumidor chinês. Segundo Cohen (2007), tanto o BTC quanto o duto Cazaquistão-China são formas encontradas pelos líderes cazaques de diminuir a dependência da infraestrutura russa para a exportação do seu petróleo e gás.

Para além dos investimentos cazaques e estrangeiros na infraestrutura de dutos de petróleo e gás natural, a conformação territorial plana do Cazaquistão permite que o país seja um hub logístico para a exportação de produtos chineses para a Europa (e vice-versa). Como os dados do Banco Nacional do Cazaquistão demonstraram, o setor de transportes terrestres tem grande participação nos investimentos estrangeiros diretos direcionados ao país. A importância do setor de transportes e o papel de hub logístico do Cazaquistão para a vertente terrestre da BRI é destacada quando sobrepomos a infraestrutura logística do país. A figura 12 demonstra que o terreno propício ao papel do país como hub logístico fica evidenciada na quantidade de oleodutos, gasodutos e ferrovias construídas no território do país.

Figura 12 - Gasodutos, Oleodutos e Ferrovias no Cazaquistão



Fonte: ZOGG, Benno. Kazakhstan: A Centrepiece in China's Belt and Road. *Css Analysis In Security Policy*, Geneva, v. 249, n. 1, p.1-4, set. 2019

Um outro caso de destaque que evidencia a importância do setor de transportes no país é a doca seca Khorgos, na fronteira sino-cazaque. Considerada a maior doca seca do mundo, a doca seca de Khorgos conta com uma zona de desenvolvimento industrial de 73 km² e transporta produtos chineses para o mercado cazaque, dos demais países da Ásia Central e em direção à Europa (HANAYI, 2017, p.1), conforme ilustrado na Figura 13. Ao mesmo tempo, a doca seca serve para estabilizar e desenvolver economicamente a região autônoma de Xinjiang, região chinesa fronteiriça ao Cazaquistão e com um histórico de tensões com o governo central.

Figura 13- Doca seca de Khorgos



Fonte: TANG, Didi. China completes new silk road to Europe. *The Moscow Times*, Moscow, v. 3, n. 1, p.1-3, out. 2018. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/china-completes-new-silk-road-to-europe-highway-is-part-of-belt-and-road-initiative-n89q0ll3f>. Acesso em: 10 out. 2018

Segundo Sano (2017, p.1), o envio de produtos chineses pela doca seca de Khorgos demora 10 dias para chegar aos mercados europeus, ante os 40 dias pelas rotas marítimas comerciais. Outro projeto que demonstra o caráter estratégico do Cazaquistão enquanto hub logístico, é o projeto “Western Europe-Western China Highway”, uma rodovia de mais de 8 mil quilômetros de extensão, ligando a cidade portuária de Lianyungang até a cidade de São Petersburgo, no Mar Báltico. Novamente, a doca seca de Khorgos e o território do Cazaquistão aparecem como elementos primordiais no projeto.

Figura 14 - A “Western Europe - Western China Highway”



Fonte: YUTONG, Wang. Riding the Western Europe-Western China Highway: a connection between Europe and Asia. **China Global Television Network**, Pequim, v. 3, n. 1, p.1-3, abr. 2019. Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/3d3d514e7749544f33457a6333566d54/index.html>>. Acesso em: 16 abr. 2019

Aproveitando o potencial do país como *hub* logístico, o governo cazaque lançou um programa de investimentos conhecido como “Nurly Zhol” (“Bright Path”, em inglês ou “Caminho Resplandecente”, em português). Oficialmente nomeado como “Nurly Zhol State Infrastructure Development Plan 2014-2019”, o programa foi um conjunto de investimentos - público e privados - no setor de construção civil e infraestrutura do Cazaquistão como uma forma de desenvolver o potencial logístico do país em um contexto no qual os preços internacionais do petróleo estavam em baixa. Segundo os dados oficiais sobre o programa, os objetivos são (KAZAKHSTAN, 2019):

“Formation of the uniform economic market by the integration of macroregions of the country on the basis of forming of the effective infrastructure on the ‘hub’ principle for the ensuring the long-term economic growth of Kazakhstan, and also the realization of the antirecessionary measures for the support of the separate sectors of economy in the conditions of the deterioration of an environment in the foreign markets”

Ao mesmo tempo, os dados oficiais demonstram que dentre as tarefas do programa de investimentos cazaques estão a criação de infraestrutura efetiva de transporte e logística, fortalecimento da infraestrutura energética e o apoio à exportação (KAZAKHSTAN, 2019).

A complementaridade dos dois projetos fez com que os dois países articulassem um

plano conjunto de integração entre os dois programas. Nessa articulação, alguns projetos - inicialmente 51 projetos - industriais chineses seriam transferidos para o Cazaquistão (KASSENOVA, 2017, p.112). Dentre os projetos industriais estão a construção de uma fábrica de polipropileno, com valor estimado em 2,6 bilhões de dólares dos quais 2 bilhões financiados pelo Banco de Desenvolvimento da China e com duração de 2017 até 2021 (AMINJONOV et al, 2019, pp.8-11). Também são parte dos esforços de integração, a construção de instalações de mineração de titânio, orçada em 900 milhões de dólares e com período de 2017 a 2020, bem como a modernização das refinarias de Shymkent e Atyrau, com orçamentos de 1,85 bilhões de dólares e 884 milhões de dólares respectivamente, com financiamento do Eximbank chinês em ambos os projetos e com participação da estatal chinesa de petróleo China National Petroleum Company (CNPC) no primeiro caso (AMINJONOV et al, 2019, pp.8-11). Por causa de tais fatores, o Cazaquistão tem uma posição central dentro da BRI em comparação com seus vizinhos da Ásia Central, conforme destacado na Tabela 10:

Tabela 10 - Número de projetos bilaterais da China na Ásia Central por setor (2013 a 2019)

País/Setor	Comércio e Desenv. Ind.²⁶	Ferrovias e Con. Rod.	Conectividade Energética	Projetos Pessoa-a-Pessoa	Total por país
Cazaquistão	61	14	20	7	102
Quirguistão	17	11	5	13	46
Tadjiquistão	17	16	7	4	44
Uzbequistão	24	5	12	2	43
Turcomenistão	12	5	4	5	26
Total por setor	131	51	48	31	261

Fonte: Confecção do Autor a partir de dados de Aminjonov et al (2019, p.4)

²⁶ Segundo Aminjonov et al (2019, p.4) o setor de Comércio e Desenvolvimento Industrial abrange: a) exploração, desenvolvimento e processamento mineral e de petróleo, b) indústria, c) finanças e TI, d) agricultura e alimentos (Nota do Autor)

Analisando especificamente o setor de Comércio e Desenvolvimento Industrial (Comércio e Desenvolvimento Industrial), temos que:

Tabela 11 - Números de Projetos no setor de Comércio e Desenvolvimento Industrial da China na Ásia Central (2013 a 2019)

País/Setor	Exploração, Desenv., Processamento de Petróleo e Minérios	Indústria	Agricultura e Alimentos	Finanças e Tecnologia da Informação	Total por país
Cazaquistão	23	17	17	4	61
Quirguistão	9	3	2	3	17
Tadjiquistão	3	6	6	2	17
Uzbequistão	5	18	1	Sem dados	24
Turcomenistão	7	Sem dados	1	4	12
Total por setor	47	44	26	14	131

Fonte: Confecção do Autor a partir de dados de Aminjonov et al (2019, p.4)

Além disso, a complementaridade econômica entre Cazaquistão e a China, fator que dá destaque para a inserção do Cazaquistão dentro da BRI demonstra uma das principais preocupações geopolíticas e geoeconômica chinesas, a saber: a busca por novos mercados para as empresas chinesas. Os investimentos chineses no Cazaquistão atraíram diversas empresas chinesas para o país, sobretudo do setor químico. É o caso da empresa de cimento DANAKE Corporation, a qual iniciou a construção de uma fábrica no país, com custo estimado em 117 milhões de dólares em 2019 (AMINJONOV et al, 2019, p.7). Também é o da empresa “Tianchen Chemical Company”, a qual começou o processo de construção de uma fábrica na cidade portuária de Atyrau – com a construção se iniciando em 2020 e a conclusão estimada em 2024 – com custo estimado em 1,6 bilhões de dólares (AMINJONOV et al, 2019, p.7). Por fim, também é o da empresa “Jianghuai Automobile Company” começou o processo de construção de uma fábrica no Cazaquistão em 2015, com um custo estimado em 22 milhões de dólares (AMINJONOV et al, 2019, p.10).

Com essa análise, pode-se perceber que o Cazaquistão tem uma posição de destaque dentro da BRI tanto pela sua posição estratégica e relevo físico, permissiva a obras de infraestrutura e que conferem ao país um status de hub logístico para a China. Ao mesmo tempo, a sua condição de país detentor de recursos naturais estratégicos para o desenvolvimento chinês como petróleo e gás natural conferem ao país uma posição geopolítica favorável no contexto internacional. A posição favorável como *hub* logístico e como detentor de recursos naturais de caráter estratégico também acarretam desafios no aspecto da segurança e defesa do país.

3.4 O Cazaquistão e as questões de Defesa da BRI

Como apresentado no capítulo 2, os investimentos levados a cabo dentro do escopo da BRI, acarretaram importantes desafios de segurança para as lideranças chinesas e suas forças armadas. Esse é um dos fatores que estimularam a reforma nas Forças Armadas chinesas (People's Liberation Army - PLA) em suas várias composições. No capítulo supracitado, apresentou-se as reformas na estruturação do PLA como respondendo a desafios que seriam enfrentados pelas forças armadas chinesas tanto de caráter estatal, como a rivalidade com a Índia e a disputa sobre a Caxemira, quanto ameaças não-estatais como a presença de grupos islâmicos atuando na Ásia Central e na província autônoma de Xinjiang, fronteira a esses países da Ásia Central. Vale comentar que, a propósito do trabalho, conceitua-se “Defesa” como uma das manifestações da definição weberiana do Estado como comunidade humana que no interior de determinado território, reclama para si o monopólio da coerção física legítima (WEBER, 1964, t. II, p.1056 apud LÓPEZ, 2018, p.327). Em outras palavras, Defesa aqui envolve diretamente a proteção do território, população estabelecida, suas autoridades e instituições estatais (LÓPEZ,2018, p.332).

Continuando nessa análise, a seção discorre sobre as questões de segurança e defesa da BRI e seus impactos no Cazaquistão, mantendo o foco tanto em ameaças estatais quanto não-estatais. Sobre isso, Nadège Rolland (2019, pp 2-3) afirma:

“BRI’s wide geographic scope over remote regions where the security situation can be volatile due to political instability, social unrest, and religious extremism, potentially putting at risk the safety of a growing number of Chinese business, workers and assets. (...) Nontraditional security threats such as terrorists attacks, natural disasters, an transnational organized crime could affect the security of both Chinese citizens and infrastructure. Traditional security threats are also a cause of concern, primarily on the Maritime Silk Road, where the main security challenge to China’s interests is

posed by the U.S Navy and more generally the U.S forward military presence in the Western Pacific, Indian Ocean, and Persian Gulf regions”²⁷

Aplicando o raciocínio ao escopo do trabalho, Nikolas Swanstrom (2015, pp.3-4) afirma que:

“China’s western neighborhood is characterized by insecurity with the arch of instability ranging from Pakistan and Kyrgystan, with the states of the region having become a hotbed for extremism and political radicalization. This problem is made worse by the fact that China’s western border is vulnerable, with its own separatist groups in CA, and which can easily cross the Chinese border which remains poorly guarded. (...) It is also a central concern for China to maintain secularized and politically friendly governments in CA; this does not necessarily indicate that they oppose democratic governments but definitely governments that could harbor anti-Chinese views. The establishment of religiously directed governments or Western (or Russian) oriented governments would decrease Chinese influence in the region, something that is against the long-term interest of China”²⁸

Para manter a sua influência entre os países da região, o governo chinês tem investido na realização de treinamentos conjuntos, bem como na venda de equipamentos militares para as forças armadas dos países da Ásia Central. Segundo Pantucci (2019, p.65), as Forças Armadas Chinesas têm investido no intercâmbio com alunos de países da Ásia Central na “PLA Academy of Military Sciences”, escola de formação de quadros das forças armadas chinesas. Não só isso, o governo tem realizado vários exercícios bilaterais com os países centro-asiáticos,

²⁷ “O escopo geográfico amplo da BRI se estende em regiões remotas, onde a situação de segurança pode ser volátil devido à instabilidade política, tensões sociais e extremismo religioso, colocando em risco a segurança do crescente número de negócios, trabalhadores e ativos chineses. (...) Ameaças não-tradicionais de segurança como ataques terroristas, desastres naturais e crime organizado transnacional podem afetar a segurança de cidadãos e infraestruturas chineses. Ameaças tradicionais de segurança também são uma causa de preocupação, especificamente para a Maritime Silk Road, onde o maior desafio de segurança aos interesses chineses é colocado pela Marinha americana e a presença avançada militar americana na parte ocidental do Pacífico, Índico e no Golfo Pérsico” (tradução nossa)

²⁸ A fronteira ocidental chinesa é caracterizada por uma insegurança com um arco de instabilidade do Paquistão até o Quirguistão, com os Estados da região tendo se tornado um nascedouro de extremismo e radicalização política. Esse problema é agravado pelo fato de que a fronteira ocidental da China é vulnerável, com os seus próprios grupos separatistas, a radicalização política e religiosa, grupos criminosos que colaboram com governos, e grupos da Ásia Central, que podem facilmente cruzar a fronteira chinesa, ainda fracamente vigiada. (...). Também é uma preocupação da China a manutenção de governos seculares e politicamente amigáveis na região, isso não indica necessariamente que eles se opõem a governos democráticos, mas sim à governos que podem arborar visões anti-chinesas. O estabelecimento de um governo religioso, pró-Occidente (ou pró-Rússia) pode diminuir a influência chinesa na região, algo contrário aos interesses de longo prazo da China” (tradução nossa).

como o Tianshan-I, exercício antiterrorista realizado com o governo do Cazaquistão em 2006 (PANTUCCI, 2019, p.65).

Segundo Hass (2016, p.381), desde 2002 até 2016, a China participou de 16 treinamentos militares com os países da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês) de um total de 22 exercícios realizados no período. Dos 22 exercícios realizados no período, 8 deles eram o “Antiterror” - isto é, preocupados com o combate ao terrorismo - e oito deles eram o “Peace Mission”, exercícios da SCO voltados para ameaças convencionais, sobrando - segundo este autor - seis cujo propósito são não-identificados (HASS,2016, p.387). Ainda segundo tais dados (HASS,2016, p.387), os 22 exercícios foram realizados seis vezes na Rússia, seis na China, três vezes no Cazaquistão, cinco vezes no Quirguistão, três vezes no Tadjiquistão e duas vezes no Uzbequistão²⁹.

Com isso, o argumento de que a China usa da sua participação em exercícios militares para manter a sua influência nos países da Ásia Central é sustentada empiricamente, bem como mostra a preocupação regional com temas como o combate ao terrorismo. Todos os países envolvidos nos exercícios mencionados têm ou tiveram problemas envolvendo o terrorismo internacional, devendo-se acrescentar também as recentes preocupações desses Estados com um retorno das instabilidades regionais decorrentes da retirada dos Estados Unidos do Afeganistão e o retorno de jihadistas que combateram na Síria para os seus países de origem.

A preocupação com a temática do terrorismo se manteve nos anos de 2017 e 2018 (USA, 2019, p.20; USA, 2018). No ano de 2017, a China participou de mais 7 exercícios militares com a temática de combate ao terrorismo. Alguns deles não tinham nomenclatura definida, como nos exercícios envolvendo o Nepal, Vietnã, Quirguistão e um realizado na China com a participação dos membros da Organização de Cooperação de Xangai. Outros tinham nomes específicos, como o “Cooperation 2017” realizado com a Rússia, o “United Shields 2017” realizado com Belarus. Já em 2018, a China participou de 5 exercícios de combate ao terrorismo. Dentre eles, o “Golden Dragon 2018” – exercício de antiterrorismo e assistência humanitária – realizado com o Camboja, o Peace Mission 2018 – ocorrido na Rússia no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai – o “Hunting Falcon 2018” feito com Belarus, bem como o “Hand in Hand” exercício bilateral realizado com a Índia e “Warrior VI 2018”, com o Paquistão (USA, 2018, p.25).

A análise da origem das tropas chinesas que participaram dos exercícios mencionados é dificultada pela não-disponibilidade de tais informações em língua inglesa, agravada pelo fato

²⁹ O somatório dos locais que receberam os exercícios é superior ao número de exercícios porque em três ocasiões, os exercícios tiveram mais de um anfitrião (N.A)

de que após as reformas que deram origem aos “Theater Commands”, muitos batalhões e agrupamentos mudaram de nome, tornando a identificação mais difícil. No entanto, é lícito supor que os exercícios realizados dentro do escopo da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, em inglês) podem ter sido realizadas pelas tropas estacionadas no Western Theater Command (ver figura 8), dado que McCauley (2016, p.4) afirma que as responsabilidades externas do Comando envolvem eventuais instabilidades na Ásia Central com a atuação dessas tropas dentro do escopo da Organização de Cooperação de Xangai.

Além da realização de treinamentos conjuntos com países da Ásia Central, o governo chinês tem se esforçado para impulsionar a venda de armas chinesas para os países da Ásia Central. Ainda segundo Pantucci (2019, p.67) a venda de equipamentos militares para os países da Ásia Central demonstra o desenvolvimento da influência de longo prazo da China na região. O autor ainda cita a compra do veículo não-tripulado Wing Loong e do transporte militar Y8F200W por parte do Cazaquistão em 2006 como um exemplo do esforço chinês em tal direção. No entanto, quando analisamos os dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) para a importação de equipamentos militares para o Cazaquistão, a análise feita por Pantucci (2019) fica matizada.

Tabela 12 - Importação de equipamentos militares do Cazaquistão no período 2013 a 2018 (em milhões de dólares)

País de origem/Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Canadá	4	4	X	4	X	4
Alemanha	3	3	3	7	13	X
Rússia	54	28	441	198	163	266
China	X	X	X	9	X	23
Espanha	24	24	X	24	24	X
EUA	X	3	X	3	3	X

Fonte: Confecção do autor a partir de dados disponíveis em: Stockholm International Peace Studies (SIPRI).
IMPORTER/EXPORTER TIV TABLES. Disponível em:
http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php. Acessado em 13 de novembro de 2019

Dentre as explicações para os dados da venda de equipamentos militares para o Cazaquistão podem ser citados alguns elementos dignos de nota. Um deles é o fato de que o Cazaquistão foi um país pertencente à União Soviética. Como tal, era parte integrante do complexo militar soviético, produzindo peças para a Marinha soviética, bem como fornecendo equipamentos e matérias-primas para o programa nuclear soviético (BAIZAKOVA, 2014, p.4). Quando a União Soviética se desmantelou nos anos 1990, as empresas situadas no país passaram por dificuldades, de modo que muitas delas faliram ou foram reconvertidas para setores civis, como engenharia, dificultando a criação de uma Base Industrial de Defesa cazaque (BAIZAKOVA, 2014).

Por ter sido parte do complexo militar soviético, os equipamentos cazaques eram de origem soviética ou russa. Com o início do processo de crescimento econômico do país com a alta dos preços internacionais de petróleo, o país passou a comprar mais equipamentos militares e a se modernizar militarmente, comprando equipamentos russos e estrangeiros (BAIZAKOVA, 2014). A primazia da venda de equipamentos russos pode ser explicada tanto considerando o papel histórico – parte integrante do complexo militar soviético - do Cazaquistão nesta indústria, bem como o seu pertencimento à Organização do Tratado da Segurança Coletiva (CSTO) – aliança militar formada por Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Rússia. A aliança militar foi criada nos anos 1990 sob iniciativa russa para manter a sua influência na Ásia Central após o desmantelamento da União Soviética. Um dos termos do seu tratado constitutivo é o benefício na hora de se comprar equipamentos militares russos pelos Estados-membros da organização.

Nesse sentido, uma explicação plausível para o destaque dos equipamentos militares russos no Cazaquistão é o papel histórico do Cazaquistão na indústria e o seu caráter de membro do CSTO - o que lhe dá acesso a equipamentos militares russos a preços competitivos - tornando o Cazaquistão e demais membros da organização dependentes da indústria de defesa russa. Uma outra possibilidade de se analisar o tópico seria a própria dinâmica da crescente indústria de defesa chinesa. Conquanto esteja em um processo acelerado de desenvolvimento, a China ainda tem na Federação Russa o seu principal fornecedor de equipamentos militares no período analisado.

Tabela 13 - Importações chinesas de equipamentos militares de 2013 a 2018 (em milhões de dólares)

País de origem/Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Rússia	788	705	742	636	909	1304
França	182	148	160	117	98	84
Ucrânia	86	140	86	90	103	108
Reino Unido	70	70	70	60	40	20
Suíça	65	65	65	65	33	33

Fonte: Confecção do autor a partir de dados disponibilizados por Stockholm International Peace Studies (SIPRI).
 IMPORTER/EXPORTER TIV TABLES. Disponível em:
http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php. Acessado em 13 de novembro de 2019

Por tais motivos, a inserção internacional da China em matéria de Defesa a partir da BRI deve ser matizada quando analisam-se os dados disponíveis sobre comércio de armas. Para além das questões tradicionais de segurança, os projetos dela também podem ser alvos de ameaças não-tradicionais, notadamente os chamados “três males”: separatismo, extremismo religioso e terrorismo. Segundo Shicor (2008, pp 56-57), o governo chinês articulou os três objetivos relacionando os diretamente a província autônoma de Xinjiang e a população uigur habitante daquela região. Para o autor, pela questão de o separatismo ser mais delicada para o governo chinês do que para os vizinhos da Ásia Central, as lideranças chinesas passaram a pressionar suas contrapartes da Ásia Central a restringir as atividades dessas comunidades em seus países de origem (SHICOR,2008, p.57).

Do mesmo modo, o governo chinês tem associado o extremismo religioso - notadamente o fundamentalismo islâmico - com a atuação de grupos étnicos uigures em Xinjiang (SHICOR,2008). A questão mais sensível para o governo chinês e para os países vizinhos da Ásia Central - notadamente o Cazaquistão -, no entanto, é a temática do terrorismo. O fenômeno do terrorismo não é uma questão alienígena à Ásia Central. Após a independência dos países a região, ocorreu a atuação de vários grupos fundamentalistas islâmicos desejosos de estabelecer um governo islâmico na região (LANG,2017, p.1). Após o fracasso de tal projeto, os militantes

dessas organizações se estabeleceram no Afeganistão e no Paquistão, lutando ao lado das forças do Talibã (LANG,2007) e, mais recentemente, junto com o Estado Islâmico na Síria e no Iraque. Segundo Lang (2017, p.3), de 2 a 5 mil cidadãos desses países foram para a Síria combater com as forças do Estado Islâmico desde 2011.

Com o anúncio da retirada das tropas americanas do Afeganistão em 2014, a preocupação com o terrorismo ganhou força tanto na China quanto no Cazaquistão. No caso chinês, deve-se dar destaque ao chamado “Corredor Wakhan”, uma região montanhosa situada entre China, Afeganistão e Tadjiquistão com um potencial de abrigar terroristas (VAN DER KLEY, 2019, p.73). O interesse chinês na região é limitar o “spillover”³⁰ da instabilidade do Afeganistão e a ação dos grupos terroristas atuantes em tal país para a província autônoma de Xinjiang (VAN DER KLEY, 2019, p.73). A preocupação com o terrorismo também abrange o governo cazaque, dado que em sua Doutrina Militar de 2017, a mais recente, o governo cita textualmente a “globalization of terrorism and extremism, the expansion of the geography of their actions and areas of activity” (KAZAKHSTAN, 2017, p.2). Assim, a preocupação de ambos os países é justificada não só pelo supracitado histórico de terrorismo na região, como pelo fato de que uma parte dos insurgentes que lutam ao lado do Talibã no Afeganistão são das etnias desses países, incluindo uzbeques, tadjiques, turcomenos, cazaques e até uígures (LANG,2013, p.17). Tais grupos tiram seus fundos das atividades exercidas em áreas dominadas - como as áreas tribais do norte do Paquistão - e remessas de simpatizantes e outros grupos terroristas, como a Al- Qaeda ((LANG,2013, p.20), realizando de atentados terroristas a até uso de táticas de guerrilha (LANG,2013, p.19).

Assim, o envolvimento do Cazaquistão na BRI demonstra que a inserção do país no projeto gera uma série de demandas em matéria de segurança e Defesa. Por um lado, o papel histórico do Cazaquistão no complexo militar soviético e sua permanência na CSTO impedem que a China - com sua indústria de Defesa em franco crescimento - tenha um papel de proeminência no país. Por outro lado, a retirada das tropas americanas do Afeganistão gerou a preocupação na China e no Cazaquistão sobre a intensificação do terrorismo na região, dado o histórico da região com relação ao terrorismo.

³⁰ “Transbordamento” (tradução nossa)

3.5 Conclusão do Capítulo

Nos capítulos anteriores, desenvolveu-se a ideia de que a BRI carrega em si uma tripla preocupação geopolítica, a saber: uma preocupação com a dependência de rotas comerciais instáveis no Mar do Sul da China e no Estreito de Málaca, a necessidade de garantir acesso estável a recursos energéticos – como petróleo – e busca por novos mercados para os produtos e empresas chinesas. Diante dessas preocupações geopolíticas, a Ásia Central tem destaque por causa da sua posição estratégica e seu potencial econômico vasto, tanto em termos de capital humano quanto recursos naturais (TAHZIN, 2008, p.63). Dentro da Ásia Central, o Cazaquistão aparece com destacada importância.

Conforme buscou-se desenvolver durante o capítulo, o Cazaquistão tem uma significativa quantidade de petróleo em seu território, sobretudo no Mar Cáspio. Por causa disso, as reservas do país foram e são objeto de interesse de diversas potências. Para a Federação Russa, trata-se de usar as reservas de petróleo do Cazaquistão como recurso geopolítico a ser usado na sua relação com a União Europeia, dado que a infraestrutura logística dos dutos cazaques passa pelo território russo ou são propriedades de empresas russas. Para a União Europeia, trata-se de uma região rica em petróleo que pode ser usada para reduzir a dependência da Federação Russa como fornecedora energética para a Europa. Para a China, finalmente, trata-se de um fornecedor de recursos naturais que – por estar mais perto territorialmente – se apresenta como uma forma de mitigar a dependência das importações de petróleo do Oriente Médio e das rotas comerciais que passam pelo Mar do Sul da China e o Estreito de Málaca. Diante da multiplicidade de interesses de potências no país, o Cazaquistão adota como conceito de política externa uma abordagem na qual se busca usar a multiplicidade de interesses para preservar a autonomia estratégica do país, o que ficou conhecida como “Política Externa Multivetorial”.

Ademais, o Cazaquistão recebeu investimentos em infraestrutura, como a doca seca de Khorgos – a maior do mundo – em sua fronteira com a China. Com o empreendimento, espera-se exportar produtos chineses para a Europa de forma mais barata e rápida do que os tradicionais meios comerciais, os quais – muitas vezes – passam por regiões instáveis. Diante das condições favoráveis e procurando diminuir o peso das exportações de produtos primários na sua economia, o Cazaquistão criou o programa “Nurly Zhol” que busca desenvolver obras de infraestrutura e construção civil, projeto que tem sido complementar aos investimentos realizados pela BRI no país. Por causa desses fatores, o país tem recebido diversos investimentos chineses em energia, infraestrutura e atraído investimentos de empresas chinesas

do setor químico, cimento e manufatureiros no país, demonstrando uma terceira parte das preocupações geopolíticas chinesas: a busca de novos mercados para empresas e produtos chineses.

Os investimentos aumentam as preocupações chinesas e cazaques sobre as questões de segurança e defesa na região. Como procurou-se demonstrar, uma preocupação regional permanente é a questão dos chamados “três males”: terrorismo, separatismo e extremismo. Por consequência, a Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês) realizou diversos treinamentos multilaterais com a preocupação do combate ao terrorismo desde a criação da instituição no início dos anos 2000. A preocupação se manteve após a criação da BRI em 2013 e tem sido sustentada com o possível retorno de fundamentalistas islâmicos da Síria e do Iraque aos seus países de origem. Dentro de tal preocupação, o governo chinês tem buscado aumentar suas exportações de equipamentos militares para a Ásia Central e, em particular, para o Cazaquistão. Por ter sido parte da União Soviética e ser parte integrante da Organização para Cooperação do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), o Cazaquistão tem a Federação Russa como maior fornecedora de equipamentos militares. O destaque russo é potencializado pelo fato de que a própria Federação Russa é uma importante fornecedora de equipamentos militares para a China.

Assim, o argumento central que foi desenvolvido durante o capítulo é o de que o Cazaquistão, por uma miríade de fatores geográficos, econômicos e geopolíticos possui uma importância destacada dentro da BRI. Os fatores vão desde a presença de recursos naturais estratégicos no país – em especial, o petróleo – bem como a sua conformação territorial pouco acidentada em comparação com seus vizinhos da Ásia Central. Esses elementos permitiram ao país desenvolver uma política externa que busca a manutenção da autonomia estratégica do país. Ademais, tais elementos também fizeram com que o país tivesse destaque para os investimentos chineses nos setores de energia e infraestrutura – o último após a criação da iniciativa Nurlı Zhol - bem como têm atraído investimentos de empresas chinesas dos setores químico, de cimento e manufatureiro para o país, sendo uma demonstração uma terceira parte das preocupações geopolítica, a busca por mercados para os produtos e empresas chinesas.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho demonstrou como o Cazaquistão é um caso pertinente para se examinar a Nova Rota da Seda. Organizado em três capítulos, procurou-se desenvolver no primeiro uma análise focada na discussão teórica da Geoeconomia e da Geopolítica, seguido de um capítulo focado na Nova Rota da Seda, seus objetivos, componentes e desafios e, finalmente, um capítulo analisando o estudo de caso do Cazaquistão - seu papel como fonte de recursos energéticos - como hub logístico e os impactos no setor de Defesa do país.

No primeiro capítulo, a compreensão teórica do uso de ferramentas econômicas serve para a consecução de fins geopolíticos, como sugeridos por Blackwill e Harris (2016), foi uma das principais referências. De acordo com os autores, a China é o país que mais fez uso de ferramentas geoeconômicas. Aplicando ao tema, isto é, a Nova Rota da Seda, pôde-se perceber que a mesma pode ser analisada como um projeto geoeconômico no sentido de que busca acessar recursos naturais estratégicos – como o petróleo – ao mesmo tempo em que busca diminuir a dependência da economia chinesa de rotas marítimas que passem por “choke points” (pontos de estrangulamento, em inglês) e a busca por novos mercados para as empresas e produtos chineses. Essa análise tem um paralelo interessante com a perspectiva da geopolítica, na medida em que Nicholas Spykman não só traz a importância de uma economia industrial sólida para o funcionamento das Forças Armadas, bem como o seu diagnóstico da dependência chinesa de recursos naturais estratégicos oriundos do exterior.

Outro ponto interessante a ser feito com a perspectiva da geopolítica é a percepção do Cazaquistão como um país que reúne parcialmente as características do que Mackinder descreveu, no início do século XX, como sendo o Heartland. Por sua conformação territorial e por ser um país detentor de recursos naturais estratégicos, o Cazaquistão pode ser analisado de acordo com tal perspectiva. A conjunção dos fatores permite dar um destaque para o Cazaquistão dentro da BRI, o que se traduz na quantidade de investimentos chineses, no fluxo comercial com a China e na instalação de empresas chinesas no país.

No segundo capítulo, o foco foi a composição da BRI e os desafios por ela enfrentados. Analisando sua composição em duas vertentes, a terrestre e a marítima, percebe-se que a preocupação com a dependência de rotas marítimas instáveis é evidenciada no desenho dos corredores econômicos, em especial na sua vertente terrestre. Novamente, a posição do Cazaquistão como parte integrante dos corredores destaca a análise feita no capítulo 1 sobre seu destaque na BRI. Além disso, demonstrou-se as dificuldades no seu financiamento e nos impactos que ela pode gerar nos países receptores. Além de tais desafios, a BRI também

enfrenta desafios no aspecto de segurança. Os últimos documentos militares chineses demonstram a modernização militar para um modelo intensivo em tecnologia e maior interoperabilidade, bem como uma preocupação com os “3 males”: o separatismo, extremismo e terrorismo.

Uma das formas que a China tem de abordar as questões de segurança que podem impactar no andamento da BRI – muitas delas já existentes antes da criação da iniciativa – é a realização de exercícios conjuntos. A literatura existente sobre o tema demonstra ser recorrente a realização dos exercícios com os países da Ásia Central e a Federação Russa, especialmente dentro do escopo da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês). A preocupação com as questões geopolíticas e eventuais impactos delas no andamento da BRI fizeram com que a China elaborasse reformas no seu aparato militar, tanto em termos de estrutura quanto em termos de investimentos. No que tange à sua estrutura, as reformas implementadas pelo governo chinês criaram os “Comandos de Teatro” (“Theater Commands”), uma nova divisão das Forças Armadas chinesas baseada nos Teatros e não mais nas forças específicas. Com tal mudança, pretende-se criar Forças Armadas mais enxutas e baseadas na interoperabilidade entre suas forças. No entanto, a mudança significou a renomeação de várias unidades militares, tornando difícil a avaliação do emprego das unidades nos exercícios militares anteriormente citados. Ao mesmo tempo, os gastos militares chineses têm aumentado conforme o crescimento do PIB chinês, de modo que a proporção de gastos militares chineses se manteve em 1,9% do PIB de acordo com os dados do SIPRI.

No entanto uma análise da composição dos gastos revela que o setor da Defesa que passou por maior crescimento no seu orçamento foi o setor de “Equipamentos”, o que para a Estratégia Militar chinesa de 2019 envolve pesquisa e desenvolvimento. Com isso, corroborou-se a argumentação de que o governo chinês tem buscado desenvolver uma força armada mais intensiva em tecnologia. Como desafios a serem abordados por futuras pesquisas estão como os gastos militares chineses são aplicados em cada “Comando de Teatro” e como quais deles participaram dos exercícios regionais.

No capítulo 3, realizou-se o estudo de Cazaquistão como fonte de recursos energéticos e hub logístico, bem como os impactos no setor de Defesa do país. Quando se analisa a distribuição de petróleo pelo mundo, se percebe a importância da Ásia Central e do Cazaquistão em particular como produtores e exportadores dessa commodity. Devido a destacada importância do Cazaquistão e sua localização entre duas potências - China e Rússia - o país adota como conceito de política externa, a Política Externa Multivetorial, na qual busca-se contrabalançar à influência das duas potências ao buscar acordos que se contrabalançam, com

o intuito de se buscar a autonomia estratégica do país. Um caso ilustrativo disso é o programa “Nurly Zhol” (“Bright Path”, em inglês), um conjunto de investimentos em infraestrutura criado para desenvolver o papel do país como hub logístico e reduzir a dependência na exportação de commodities. No aspecto da Defesa, o país mantém com a China uma preocupação acerca dos supracitados 3 males, como a estratégia militar do país demonstra. No entanto, a preocupação da China e o Cazaquistão com tais desafios, especialmente o transbordamento de grupos terroristas atuantes no Afeganistão, não se traduziu em uma maior parceria militar entre os dois países. Uma explicação possível é a origem russa da maior parte do equipamento cazaque e a atenção chinesa no Corredor de Wakhan, área montanhosa na fronteira entre Afeganistão e Tadjiquistão, a qual pode abrigar grupos terroristas que podem influenciar os separatistas uigures de Xinjiang.

O tema é de importância para o Brasil devido à análise sobre as formas de projeção de poder e a influência internacional de uma potência global, com a 2ª maior economia do mundo e o maior parceiro comercial brasileiro desde 2009. Ademais, o estudo da inserção internacional chinesa em geral e a Nova Rota da Seda em particular pode trazer a possibilidade de novas pesquisas voltadas para a análise de como tal comportamento se aplica no entorno estratégico brasileiro, onde a China é uma potência extra-regional atuante. No aspecto da Defesa, a evolução chinesa em tal setor pode demonstrar como esta deve ser parte de um projeto de desenvolvimento associado a uma estratégia de inserção internacional autônoma.

Ademais, o estudo do caso cazaque, por sua vez, pode demonstrar como um país é capaz de buscar uma inserção no sistema internacional de forma a buscar a autonomia. À semelhança com o Brasil, o Cazaquistão é um exportador de produtos primários e tem no setor o motor do seu comércio externo, especialmente com a China. Mesmo assim, o país tem se esforçado para desenvolver outros setores da sua economia e reduzir a sua dependência econômica do setor primário. Para tanto, tem usado da sua inserção geopolítica e das suas riquezas naturais para atrair investimentos e empresas chinesas dentro de um programa de desenvolvimento próprio – o programa “Nurly Zhol”. O programa busca desenvolver os setores de infraestrutura e construção civil no país para diversificar a sua economia e reduzir a sua dependência econômica das exportações de produtos primários. A adoção de tal estratégia é de interesse para o Brasil, dado que – como o Cazaquistão – o Brasil é um relevante exportador de produtos primários e tem na China uma parceira relevante de comércio e investimentos. Nesse sentido, faz-se mister a criação de uma estratégia de desenvolvimento que busque usar tais recursos para desenvolver a economia brasileira. A discussão é uma oportunidade futura para o desenvolvimento de pesquisas acerca dos impactos da BRI no Brasil. Assim, evidencia-se a possibilidade de novas

pesquisas a partir do tema em estudo.

Por fim, os dados dos investimentos chineses no setor de Defesa evidenciam que os gastos militares podem aumentar em quantidades absolutas, mantendo-se a proporção do PIB quando isso ocorre em um contexto de crescimento econômico. Inversamente, os gastos de Defesa poderiam aumentar proporcionalmente em relação ao PIB em um contexto de decréscimo econômico. Tal observação corrobora o argumento usado por Spykman (1970, p.34) na sua obra de que uma guerra não se faz somente com os equipamentos militares, mas mobilizando a totalidade da economia de um país. Por conseguinte, a riqueza de um país amplia o poder, o qual – por seu turno – sustenta e amplia a riqueza. Observa-se, portanto, a existência de uma interdependência entre Defesa e Desenvolvimento econômico, elementos indissociáveis tanto de uma estratégia de projeção de poder e influência externa – no caso da China – quanto no desenvolvimento de uma estratégia de dissuasão via busca pela autonomia, no caso do Cazaquistão.

5. REFERÊNCIAS

- ASIAN DEVELOPMENT BANK (Philippines). *Central Asia Atlas of Natural Resources*. Manila: Central Asian Countries Initiative For Land Management, 2010. 223 p.
- AMINJONOV, Farkhod et al. BRI in Central Asia: Industrial Projects. *Central Asia Regional Data Review*, Bishkek, v. 24, n. 1, p.1-14, jun. 2019.
- AMINJONOV, Farkhod et al. BRI in Central Asia: Overview of Chinese projects. *Central Asia Data Regional Review*, Bishkek, v. 20, n. 1, p.1-5, jun. 2019
- BAIZAKOVA, Zhulduz. Kazakhstan's Military-Industrial Complex: "its own" or "Someone Else's". *Foreign Military Studies Office*, Fort Leavenworth, v. 3, n. 1, p.2-25, jul. 2014
- BAIZAKOVA, Zhulduz. Central Asia in the Crossfire Survival or War? *Foreign Military Studies Office*, Fort Leavenworth, v. 3, n. 1, p.4-12, nov. 2012
- BÉRAUD-SUDREAU, Lucie. *China's 2019 Defence White Paper: the long road to transparency in defence spending*. International Institute For Strategic Studies Washington. Disponível em: <<https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2019/08/china-white-paper-defence-spending-transparency>>. Publicado em: 30 ago. 2019
- BERKOFISKY, Axel. China's Strategic Involvement in Central Asia-Strategies, Results and Obstacles. *Ispi Analysis*, Milão, v. 1, n. 128, p.1-7, jul. 2012. Disponível em: <https://www.ispionline.it/it/documents/Analysis_128_2012.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019
- BITABAROVA, Assel G. Unpacking Sino-Central Asian engagement along the New Silk Road: a case study of Kazakhstan. *Journal Of Contemporary East Asia Studies*, [s.l.], v. 7, n. 2, p.149-173, 3 jul. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/24761028.2018.1553226>
- BP ENERGY *Outlook 2019*. Londres: British Petroleum, 2019. 73 p
- CHAKRAVORTY, Pk. Impact of PLA Reforms on Indian Armed Forces. In: BAJWA, Js. *China: Threat or Challenge*. New Delhi: Lancer Publisher, 2017. p. 1-6. Disponível em: <http://www.indiandefencereview.com/spotlights/impact-of-pla-reforms-on-indian-armed-forces/>>. Publicado em: 05 jun. 2017. Acessado em: 16 de set. 2019
- CHINA. National Development and Reform Commission. *The 13th Five-Year Plan*. Beijing, 2016. Disponível em: <http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201612/P020161207645765233498.pdf>
- CHINA. 19^o NATIONAL CONGRESS OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA. Beijing, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c_136725942.html.
- CHINA, Ministry of National Defense the People's Republic of China. *China's Military Strategy*. Beijing, 2015. Disponível em: http://eng.mod.gov.cn/Press/2015-05/26/content_4586805.htm
- CHINA's Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape. In: *OECD Business and Finance Outlook*. [s.i]: OCDE, 2018. p. 3-46.

CHINA, Information Office of the State Council. *The Diversified Employment of China's Armed Forces*. Beijing, 2012. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2012.htm>

CHINA, República Popular da. CHINA's National Defense in the New Era. *The State Council Information Office Of The People's Republic Of China*, Beijing, v. 2019, n. 1, p.1-67, jul. 2019.

CHINA, República Popular da. BUILDING the Belt and Road: Concept, Practice and China's Contribution. *Office Of The Leading Group For The Belt And Road Initiative*, Beijing, v. 1, n. 1, p.1-58, maio 2017

CHINA urges Pakistani leaders to resolve issues over CPEC project. *Dawn*, Islamabad, v. 3, n. 1, p.1-3, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1231852>>. Publicado em: 09 jan. 2016. Acessado em: 27 de setembro de 2019

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, [s.l.], v. 37, n. 2, p.381-400, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572017v37n02a07>

COHEN, Ariel. *Kazakhstan: The Road to Independence: Energy Policy and the Birth of a Nation*. Washington: Central Asia - Caucasus Institute & Silk Road Studies, 2007. 289 p.

COHEN, Saul. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 3. ed. Londres: Rowman & Littlefield, 2015

CORRE, Philippe Le. *Kazakhs Wary of Chinese Embrace as BRI Gathers Steam*. *Carnegie Endowment For International Peace*, S.i, p.1-6, fev. 2019. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2019/02/28/kazakhs-wary-of-chinese-embrace-as-bri-gathers-steam-pub-78545>>. Publicado em: 28 fev. 2019

DJANKOV, Simeon (Ed.). The rationale behind Belt and Road Initiative. In: DJANKOV, Simeon; MINER, Sean. *China's Belt and Road Initiative: Motives, Scope and Challenges*. [s.i]: Peterson Institute Of International Economics, 2016. p. 6-11

DUARTE, Paulo. China in the Heartland: The Challenges and Opportunities of OBOR for Central Asia. In: LARUELLE, Marlene (Ed.). *China's Belt and Road Initiative and its impact on Central Asia*. Washington: George Washington University, 2018. Cap. 2. p. 11-20

FAZILOV, Fakhmiddin; CHEN, Xiangming. China and Central Asia: A significant new energy nexus. *The European Financial Review*, [s.i], v. 1, n. 1, p.38-43, abr. 2013

GARCIA-HERRERO, Alicia; XU, Jianwei. Recent Developments in Trade, Investment and Finance of China's Belt and Road. *Hkust Iems*, Hong Kong, v. 2018, n. 50, p.1-17, jan. 2018

GERACE, Michael P.. Between Mackinder and Spykman: Geopolitics, containment, and after. *Comparative Strategy*, [s.l.], v. 10, n. 4, p.347-364, out. 1991. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01495939108402855>

HALLGREN, Henrik; GHIASY, Richard. Security and Economy on the Belt and Road: three country case studies. *Sipri*, Solna, v. 2017, n. 4, p.1-12, dez. 2017

HAIQUAN, Liu. The Security Challenges of the “One Belt, One Road” Initiative and China’s Choices. *Croatian International Relations Review*, [s.l.], v. 23, n. 78, p.129-147, 1 ago. 2017. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/cirr-2017-0010>

HAAS, Marcel de. War Games of the Shanghai Cooperation Organization and the Collective Security Treaty Organization: Drills on the Move!. *The Journal Of Slavic Military Studies*, [s.l.], v. 29, n. 3, p.378-406, 2 jul. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13518046.2016.1200383>

HENDRIX, Cullen. Rough Patches on the Silk Road? Security Implications of China's Belt and Road Initiative. In: DJANKOV, Simeon; MINER, Sean. *China's Belt and Road Initiative: Motives, Scope and Challenges*. [s.i]: Peterson Institute Of International Economics, 2016. p. 25-30

INTERNATIONAL Investment Agreements Navigator. *Unctad Investment Policy Hub*, S.i, v. 3, n. 1, p.1-3, nov. 2019

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES (IISS). *Military Balance* (2014). Washington, 504p

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES (IISS). *Military Balance* (2015). Washington, 504p.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES (IISS). *Military Balance* (2016). Washington, 504p.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES (IISS). *Military Balance* (2017). Washington, 576p.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES (IISS). *Military Balance* (2018). Washington, 520p.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES (IISS). *Military Balance* (2019). Washington, 520p.

IVANOV, Igor; VOLOVOJ, Vadim. Geopolitics of Kazakhstan: theory and practice. *The Russian Academic Journal*, [s.i], v. 29, n. 3, p.26-31, jun. 2014

KAZAKHSTAN ministry of foreign affairs. *Fight Against Terrorism and extremism in Kazakhstan*. Disponível em: <http://mfa.gov.kz/en/content-view/borba-s-terrorizmom-i-ekstremizmom-v-kazakhstane>. Publicado em: 9 de maio de 2014. Acessado em: 13 de novembro de 2019.

KAZAKHSTAN Ministry of Defense. *Military Doctrine of The Republic of Kazakhstan 2017*. Disponível em: Publicado em: https://www.mod.gov.kz/rus/dokumenty/voennaya_doktrina/ 29 de setembro de 2017. Acessado em: 13 de novembro de 2019

KAZAKHSTAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Foreign Policy Concept for 2014 – 2020 Republic of Kazakhstan*. Disponível em: <http://mfa.gov.kz/en/content-view/kontseptsiya-vneshnoj-politiki-rk-na-2014-2020-gg>. Acessado em :13 de nov. de 2019.

KAZAKHSTAN NATIONAL BANK, *Flows of Direct Investment in Kazakhstan, by sector and country, abril de 2019*. Disponível em: <https://nationalbank.kz/?docid=469&switch=english>. Acessado em: 13 de novembro de 2019

KAZAKHSTAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Nurly Zhol*. Disponível em: <http://mfa.gov.kz/en/tashkent/content-view/nurly-zol>. Publicado em 28 de maio de 2018. Acessado em: 13 de novembro de 2019

KASSENOVA, Nargis. China's Silk Road and Kazakhstan's Bright Path: Linking Dreams of Prosperity. *Asia Policy*, [s.l.], v. 24, n. 1, p.110-116, 2017. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/asp.2017.0028>

KLEY, Dirk van Der. China's Security Activities in Tajikistan an Afghanistan Wakhan Corridor. *The National Bureau Of Asian Research*, Seattle, v. 80, n. 1, p.71-89, set. 2019

KOPARKAR, Rashmini. Belt and Road Initiative: Implications for Central Asia. *Vivekananda International Foundation*, [s.i.]. Disponível em: <<http://www.vifindia.org/article/2017/june/14/belt-and-road-initiative-implications-for-central-asia>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

KUGELMAN, Michael. GREAT POTENTIAL, MANY PITFALLS: UNDERSTANDING CHINA'S BELT AND ROAD INITIATIVE. *Asian Affairs*, [s.l.], v. 50, n. 2, p.180-186, 15 mar. 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03068374.2019.1602383>

KUNG, James kai-sing; LIN, Justin yifu. The Causes of China's Great Leap Famine, 1959–1961. *Economic Development And Cultural Change*, [s.l.], v. 52, n. 1, p.51-73, out. 2003. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/380584>

LEONARD, Mark. Introduction. *Geo-economics with Chinese Characteristics: How China's economic might is reshaping world politics*. World Economic Forum, Regional Agenda, 2016.

LEVINE, Steve. *Kazakh Oil: A War of Nerves*. Business Week, Stanford. Disponível em: <<http://large.stanford.edu/publications/coal/references/levine1/>>. Publicado em: 11 set. 2008. Acessado em: 28 de set. 2019

LIND, Michael. *The Return of Geoeconomics*. The National Interest. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/print/feature/return-geo-economics-87826>>. Publicado em: 13 out. 2019

LÓPEZ, Ernesto Justo. Defesa. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luiz et al. *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Unesp, 2018. p. 327-353

LUTTWACK, Edward N. From Geopolitics to Geoeconomics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. *National Interest*, [s.i.], v. 20, n. 1, p.17-23, jul. 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/42894676?seq=1>>. Publicado em: 29 out. 2015

MACKINDER, Halford. O Pivô Geográfico da História. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 2, n. 2, p.3-27, jul. 2011. Semestral.

MACKINDER, Halford. *Democratic Ideals and Reality*. New York: Henry Holt & Company, 1919.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 1999.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. A industrialização chinesa por meio da tríade autonomia-planejamento-controle. *Leituras de Economia Política*, Campinas, v. 22, n. 1, p.69-98, dez. 2014.

MCCAULEY, Kevin. Snapshot: China's Western Theater Command. *China Brief*, Washington, v. 17, n. 1, p.3-8, jan. 2016

MUNDORAMA. Transições estruturais na economia chinesa e a Nova Rota da Seda: uma ideia convenientemente vaga. *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*. [Acessado em 14/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=23666>>

MUNDORAMA. The 19th CCP Congress: a new China in a changing world? *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*. [Acessado em 14/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=24157>>.

MUNDORAMA. O Partido nos quarenta anos da reforma e abertura chinesas. *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*. [Acessado em 14/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=25024>>.

NG, Nicole; STRONSKI, Paul. Cooperation and Competition: Russia and China in Central Asia, the Russian Far East, and the Arctic. *Carnegie Endowment For International Peace*, New York, v. 1, n. 1, p.1-49, fev. 2018. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2018/02/28/cooperation-and-competition-russia-and-china-in-central-asia-russian-far-east-and-arctic-pub-75673>>. Acesso em: 28 fev. 2018

NOGUEIRA, Isabela; HENDLER, Bruno. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: “arquipélago de economias de mercado” ou palco da competição interestatal capitalista? *Carta Internacional*, [s.l.], v. 11, n. 3, p.199-221, 30 dez. 2016. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v11n3.2016.489>

OECD Investment Policy Reviews: Kazakhstan 2017. Kazakhstan 2017. *Oecd Investment Policy Reviews*, [s.l.], p.1-325, 15 jun. 2017. OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264269606-en>

"ONE Belt, One Road" Initiative: The Implications for Hong Kong. *Hong Kong Trade Development Council*, Hong Kong, p.1-6, abr. 2015. Disponível em: <<http://economists-pick-research.hktdc.com/business-news/article/Research-Articles/One-Belt-One-Road-Initiative-The-Implications-for-Hong-Kong/rp/en/1/1X000000/1X0A23WV.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2015

PANTUCCI, Raffaello. The Dragon's Cuddle: China's Security Power Projection into Central Asia and Lessons for the Belt and Road Initiative. *The National Bureau Of Asian Research*, Seattle, v. 80, n. 1, p.59-69, set. 2019

PEYROUSE, Sebastian. Chinese Economic Presence in Kazakhstan. *China Perspectives*, Hong Kong, v. 3, n. 2018, p.34-49, set. 2018

RADCHENKO, Sergey. *The Sino-Soviet split*. The Cambridge History Of The Cold War, [s.l.], p.349-372, jan. 2010. Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/chol9780521837200.018>

RATNER, Ely. Geostrategic and Military Drivers and Implications of the Belt and Road Initiative. *Council Of Foreign Relations*, [s.i.], v. 3, n. 1, p.1-8, jan. 2018. Disponível em:

<<https://blogs.cfr.org/report/geostrategic-and-military-drivers-and-implications-belt-and-road-initiative>>. Acesso em: 25 jan. 2018

ROLLAND, Nadège. Securing the Belt and Road: Prospects for Chinese Military Engagement Along the Silk Roads. *The National Bureau Of Asian Research*, Seattle, v. 80, n. 1, p.1-6, set. 2019

SANO, Akihiro. *Kazakhstan 'dry port' key hub for China's 'Belt and Road' scheme*. *Nikkei Asian Review*, S.I. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Economy/Kazakhstan-dry-port-key-hub-for-China-s-Belt-and-Road-scheme2>>. Acesso em: 14 out. 2017

SEMPA, Francis P.. *China and the World-Island*. *The Diplomat*. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/01/china-and-the-world-island/>>. Publicado em: 26 jan. 2019

SINGH, Hemant Krishan; SAHGAL, Arun. OBOR: China's Neo-Colonial Great Game. *Delhi Policy Group*, New Delhi, v. 2, n. 5, p.1-6, maio 2017. Disponível em: <<http://www.delhipolicygroup.org/publication/policy-notes/dpg-policy-note-vol-ii-issue-5-obor-chinas-neo-colonial-great-game.html>>. Acesso em: 9 de maio 2017

SHICOR, Yitzhak. China's Central Asian Strategy and the Xinjiang Connection: Predicaments and Medicaments in a Contemporary Perspective. *China And Eurasia Forum Quarterly*, S.i, v. 6, n. 2, p.55-73, jan. 2008.

SPYKMAN, Nicholas John. *America's Strategy in World Politics: the united states and the balance of power*. S.i: Archon Books, 1970. 480 p

SORKHABI, Rasoul. *Kashagan Comes Onstream*. *Geoexpo*. Disponível em: <<https://www.geoexpo.com/articles/2013/12/kashagan-comes-onstream>>. Acesso em: 28 set. 2019.

STERNBERG, Troy; AHEARN, Ariel; MACCONNEL, Fiona. Central Asian 'Characteristics' on China's New Silk Road: The Role of Landscape and the Politics of Infrastructure. *Land*, [s.l.], v. 6, n. 3, p.55-71, 23 ago. 2017. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/land6030055>

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE STUDIES (SIPRI). *IMPORTER/EXPORTER TIV TABLES*. Disponível em: http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php. Acessado em 13 de novembro de 2019

STRONSKI, Paul. KAZAKHSTAN AT TWENTY-FIVE: STABLE BUT TENSE. *Carnegie Endowment For International Peace*, S.i., p.1-8, fev. 2016. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2016/02/04/kazakhstan-at-twenty-five-stable-but-tense-pub-62642>>. Publicado em: 04 fev. 2016.

SWANSTROM, Niklas. The Security Dimension of the China--Central Asia Relationship: China's Military Engagement with Central Asian Countries. *Institute For Security & Development Policy*, Stokholm, v. 3, n. 1, p.1-16, mar. 2015

TAZHIN, Marat. The Geopolitical Role of the Main Global Players in Central Asia. *American Foreign Policy Interests*, [s.l.], v. 30, n. 2, p.63-69, 18 abr. 2008. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10803920802022662>

USA. Department of Defense (2018). *Annual report to congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019*. Washington, DC: Department of Defense

USA. Department of Defense (2019). *Annual report to congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019*. Washington, DC: Department of Defense

ZHANG, Zhexin. The Belt and Road Initiative: China's New Geopolitical Strategy?. *China Quarterly Of International Strategic Studies*, [s.l.], v. 04, n. 03, p.327-343, jan. 2018. World Scientific Pub Co Pte Lt. <http://dx.doi.org/10.1142/s2377740018500240>

ZHANG, Chuchu; XIAO, Chaowei. *China's Belt and Road Initiative faces new challenges in 2018*. *The Diplomat*. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/12/chinas-belt-and-road-initiative-faces-new-security-challenges-in-2018/>>. Acesso em: 21 dez. 2017

ZOGG, Benno. Kazakhstan: A Centrepiece in China's Belt and Road. *Css Analysis In Security Policy*, Genebra, v. 249, n. 1, p.1-4, set. 2019

YU, Shirley. THE BELT AND ROAD INITIATIVE: MODERNITY, GEOPOLITICS AND THE DEVELOPING GLOBAL ORDER. *Asian Affairs*, [s.l.], v. 50, n. 2, p.187-201, 15 mar. 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03068374.2019.1602389>

YUTONG, Wang. Riding the Western Europe-Western China Highway: a connection between Europe and Asia. *China Global Television Network*, Pequim. Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/3d3d514e7749544f33457a6333566d54/index.html>>. Acesso em: 16 abr. 2019

WEY, Adam Leong Kok. A Mackinder–Mahan Geopolitical View of China's Belt and Road Initiative. *Royal United Services Institute (rusi) Newsbrief*, London, v. 39, n. 6, p.1-3, jul. 2019.

WHAT a U.N. Ruling Against China Means. *Stratfor*, Washington. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/what-un-ruling-against-china-means>>. Publicado em: 12 jul. 2016. Acessado em: 27 de setembro de 2019